

MARIANA: CELLULA MATER DAS GERAIS. Academia Marianense de
Letras, Ciências e Artes - 2020

MARIANA: CELLULA MATER DAS GERAIS



Casa de Cultura – Academia Marianense de
Letras, Ciências e Artes / Presidente: Hebe Rôla
Coordenação: Andreia Donadon Leal



2020

MARIANA: CELLULA MATER DAS GERAIS. Academia Marianense de
Letras, Ciências e Artes - 2020



MARIANA: CELLULA MATER DAS GERAIS

**Casa de Cultura - Academia Marianense de Letras,
Ciências e Artes**

**Dia 16 de julho de 2020
Edição: 324 ANOS**

ALDRAVA LETRAS E ARTES
Mariana- MG/Brasil
2020



Copyright – Aldrava Letras e Artes -2020

Direitos reservados à Aldrava Letras e Artes. Reprodução
autorizada desta obra, desde que citada a fonte

Projeto Gráfico e Diagramação: Gabriel Bicalho

Montagem e Coordenação da edição: Andreia Donadon Leal

Foto da Capa: Ailton Fernandes

Revisão: AUTORES

LEAL, Andreia Donadon / RÔLA, Hebe/ DONADON-LEAL, J.B.
(ORGANIZADORES)

Aldrava Letras e Artes; Mariana – MG; 2020;

1ª Edição; 165 páginas

ISBN: 978.65.991310-2-8

1. Ensaios
2. Poesia
3. Arte

CDD 800

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme legislação em
vigor.///

EDITORA ALDRAVA LETRAS E ARTES

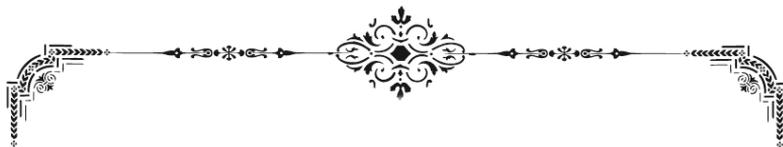
Rua São Gonçalo, 123

Bairro: São Gonçalo.

CEP: 35420.000 = Mariana – MG

www.jornalaldrava.com.br

MARIANA: CELLULA MATER DAS GERAIS. Academia Marianense de
Letras, Ciências e Artes - 2020



MARIANA

CELLULA MATER DAS GERAIS

Edição: 324 ANOS



Apresentação

Acadêmicos e amigos da Casa de Cultura – Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes, 16 de julho é o dia de Minas Gerais, instituído pela Lei 7.561, de 19 de agosto de 1979 e referendado pelo Art. 256 da Constituição do Estado em 21 de setembro de 1989. O reconhecimento de Mariana como cidade mãe de Minas Gerais só se deu, porque abnegados componentes da Casa de Cultura de Mariana e Academia Marianense de Letras substanciaram a Assembleia Legislativa e o governo de Minas Gerais com irrefutável documentação histórica comprobatória da natividade deste Estado às margens do Ribeirão do Carmo em 16 de julho de 1696, sendo oficialmente o primeiro arraial, primeira vila, primeira cidade, primeira capital e primeiro bispado de Minas Gerais.

Mas este ano de 2020 é atípico. Diante do cenário caótico da pandemia do coronavírus, as tradicionais festividades comemorativas do dia 16 de julho estão suspensas. No entanto, a Casa de Cultura – Academia Marianense de Letras celebra a efeméride em grande estilo com a edição do LIVRO DIGITAL: **MARIANA: CELLULA MATER DAS GERAIS**, inspiração da Presidente da Casa de Cultura - Hebe Rôla, coordenado pela acadêmica efetiva Andreia Donadon Leal, através de postagens, na página Facebook, de textos de seus acadêmicos e de intelectuais amigos desta Casa de Cultura, em prosa ou verso, escritos ou em vídeo, além de fotografias e pinturas, em louvação ao Dia de Minas Gerais, ou ao estado de Minas Gerais, ou aos acadêmicos que protagonizaram a conquista do reconhecimento do Dia de Minas, ou aos cidadãos marianenses que ajudaram a escrever a história gloriosa de Minas Gerais.

Contemplem Mariana e marianenses em
textos, telas e fotografias; na claridade feita da
eternidade real de portas e janelas do século XXI.

Hebe Rôla

Presidente da Casa de Cultura -Academia Marianense de
Letras, Ciências e Artes

J.B.Donadon-Leal

Vice-presidente da Casa de Cultura -Academia
Marianense de Letras, Ciências e Artes

Andreia Donadon Leal

Acadêmica Coordenadora do livro e das postagens

[Página do Facebook criada em 01 de junho de 2020](#)

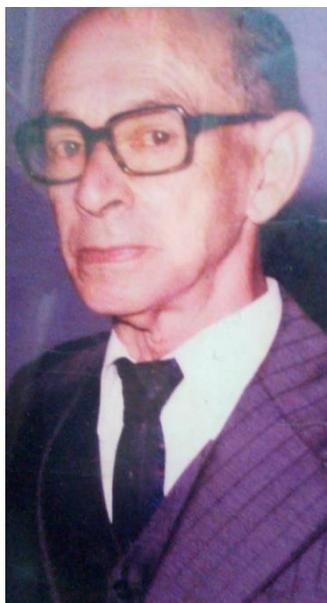
[https://www.facebook.com/Casa-de-Cultura-de-Mariana-
Academia-Marianense-de-Letras-Ci%C3%A4ncias-e-Artes](https://www.facebook.com/Casa-de-Cultura-de-Mariana-Academia-Marianense-de-Letras-Ci%C3%A4ncias-e-Artes)

MARIANA: CELLULA MATER DAS GERAIS. Academia Marianense de
Letras, Ciências e Artes - 2020

MARIANA

CELLULA MATER DAS GERAIS

Edição: 324 ANOS



Soneto do fundador da Casa de Cultura – Academia
Marianense de Letras, Ciências e Artes

Professor Waldemar de Moura Santos



RIBEIRÃO DO CARMO

Acadêmico-fundador Waldemar de Moura Santos

“Surge ao olhar audaz do Bandeirante
Manso riacho ao pé da verde serra:
Era a descoberta do oiro que avante
Levaria à opulência a nova terra.

Visão sublime que a alma delirante
Quando à terra linda, a poesia erra,
Descobre, reza e canta, alto e vibrante,
A Bandeira que uma cruzada encerra.

E missão grandiosa deu-lhe a sorte,
Da Virgem no dia anunciado,
Ao despertar da Fé, daqui ao Norte.

Tudo paira! Silêncio na amplidão!
Só a voz do chefe emocionado
Se eleva e diz: ‘É Carmo, o Ribeirão’!”

Acadêmicos efetivos da Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes

Andreia Donadon Leal

Angelo Oswaldo

Anicio Chaves

Danilo Gomes

Francisco José dos Santos Braga

Gabriel Bicalho

Hebe Rôla

José Anchieta da Silva

J.S.Ferreira

Luiz Tyller Pirola

Ozanan Santos

Regina Almeida

Samylla Mól

Participações Especiais em textos

Ana Cláudia Rôla Santos – Coordenadora do Museu Casa
Alphonsus de Guimaraens

José Carlos Baeta – Trovador Gaveteiro

José Luiz Foureaux de Souza Júnior – Professor da UFOP e
Delegado da Academia Portuguesa de Ex-Libris no Brasil

Luiz Carlos Abritta – Presidente do Instituto Histórico e Geográfico
de Minas Gerais

Rogério Faria Tavares – Presidente da Academia Mineira de
Letras

Paschoal Motta – Poeta

Participações Especiais em imagens

Elias Layon – Artista Plástico

César do Carmo – Fotógrafo

Lauro Soares – Fotógrafo

Participação Especial - Movimento Renovador de
Mariana



Artigos e Ensaios





MINAS E GERAIS EM DIA DE FESTA

**Angelo Oswaldo – Membro da Academia Marianense de
Letras**

O Dia de Minas se inscreve na Constituição do Estado como uma conquista da vila, cidade e capital primaz dos mineiros. Os geralistas complementaram a referência ao surgimento das Minas de Ouro, consagrando também a celebração do nascimento dos Gerais. Reportaram-se a Matias Cardoso e seu arraial pioneiro nas barrancas do rio São Francisco, portal da “formosa província”, como a denominou o poeta Francisco Otaviano.

Minas se comemora em 16 de julho, quando, sob os escapulários de Nossa Senhora do Carmo, em 1696, Salvador

Fernandes Furtado e sua geste destemida fundaram a primeira povoação na região do Itacolomi, às margens do rio batizado com o título da Virgem naquele dia festejado. Os Gerais têm sua efeméride no dia 8 de dezembro, festa de Nossa Senhora da Conceição, orago da capela que ainda se vê, imponente, na curva do São Francisco em que Matias Cardoso arranchou sua entrada. Dom João IV deu a coroa real à Senhora da Conceição e aos seus cuidados entregou a descoberta do ouro.

A missão régia se cumpriu do Norte para o Sul, ao longo do Rio dos Currais, como era chamado o São Francisco margeado por imensas fazendas de gado. E do Sul para o Norte, a partir do empenho dos paulistas que, nômades pelas áreas meridionais em busca dos bugres aprisionados para a escravidão nas lavouras nordestinas de cana, decidiram atravessar a Mantiqueira e penetrar nos sertões desconhecidos do que para eles era o Norte, entre o Paraíba do Sul e a cordilheira “onde a chuva dorme” (amant-kira).

Embora o ouro estivesse na região central do território que se tornaria maior do que a França, os reflexos da civilização mineradora alcançaram todos os quadrantes e o barroco se fez emblema das Minas e dos Gerais.

No ano em que se assinala o tricentenário da criação da Capitania de Minas Gerais, separada da Capitania de São Paulo, junto à qual nascera como Distrito em 1709, o Dia de Minas evoca também o auge da sedição que tomou conta de Vila Rica e várias localidades mineradoras, exatamente em julho de 1720. A revolta foi duramente reprimida pelo conde

de Assumar, a partir de seu palácio e de seu quartel na Vila do Carmo, em 1745 elevada a cidade de Mariana.

Um grande marianense, do qual não podemos nos esquecer pelo legado cultural extraordinário, foi o autor principal da instituição do Dia de Minas e articulador da decisão salomônica de se compartilhar o marco inaugural com a criação do Dia dos Gerais, pacificando os espíritos. Trata-se do professor Roque José de Oliveira Camello, prefeito, presidente da Academia Marianense e diretor da Fundação Cultural da Arquidiocese, de cuja ausência tanto se ressentem a cultura mineira. Rendo uma homenagem a Roque Camello, na certeza de que suas lições permanecem vivas na “cellula mater” de Minas Gerais e na nossa consciência cidadã. No Dia de Minas, saudemos nele a inteligência proverbial dos mineiros.

Angelo Oswaldo: Nasceu em Belo Horizonte, MG, filho de Christino Teixeira Santos e Maria Clélia de Araújo Santos. É neto de José Oswaldo de Araújo, ex-presidente da Academia Mineira de Letras e ex-prefeito de Belo Horizonte. É escritor, curador de arte, jornalista profissional, advogado e gestor público. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1971, e cursou o Instituto Francês de Imprensa, em Paris, França, 1973/1975. Foi crítico literário do Diário de Minas e editor do Suplemento Literário de Minas Gerais. Redator e editor da cultura do Estado de Minas, colaborou com a Folha de São Paulo, na condição de editorialista. Foi crítico de cultura da Rede Globo Minas e colaborador do Jornal do Brasil. Colaborou, ainda, no Le Monde, e foi consultor literário das Edições Gallimard, também em Paris. É membro da Academia Mineira de Letras, para a qual foi eleito em 2006, sucedendo a Oscar Dias Correia na cadeira de Alphonsus de Guimaraens, que tem por patrono Aureliano Lessa.



"DIA DE MINAS" COMPLETA 40 ANOS EM 2019

Francisco José dos Santos Braga – Membro da Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes, ocupante da cadeira nº 23 patroneada pelo Prof. Roque José de Oliveira Camêllo

Mariana é "berço da civilização mineira", aqui compreendidas a tradição cultural e a religiosidade cristã de Minas Gerais. Essa cidade, cujo principal epíteto é "*primaz de Minas*", foi descoberta em data de 16 de julho de 1696, dia em que a bandeira chefiada pelo Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça chegou a um ribeirão denominado do Carmo, por ser aquele dia dedicado a Nossa Senhora do Carmo; muito

naturalmente, a localidade onde hoje se localiza o município de Mariana tomou a santa como sua padroeira. O primitivo Arraial do Ribeirão do Carmo nasceu, sendo depois sucedido por outros como Camargos, Furquim, Cachoeira do Brumado, Bento Pires e outros. Em 1711 o Arraial do Ribeirão do Carmo foi elevado à vila, a primeira de Minas, com o nome de Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo (1711) e nela se estabeleceu a capital (1712) da então Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, criada em 1709. A seguir, foi a primeira cidade da Capitania de Minas Gerais, desmembrada da de São Paulo a partir de 2 de dezembro de 1720 por Dom João V de Portugal. Também em 1745 a Vila Real do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Mariana, em homenagem à esposa de D. João V, rainha Maria Ana D'Austria. Ainda em 1745 o Papa Bento XIV fez de Mariana a sede do primeiro Bispado de Minas Gerais, desmembrado da diocese do Rio de Janeiro. Relembrando, Mariana foi a primeira vila (1711), a primeira capital (1712), a primeira cidade (1745) e a primeira diocese (1745) de Minas, sendo com justa razão chamada de "primaz de Minas". Cabe ainda acrescentar que em 1906 Mariana foi julgada digna de ser Arcebispado e em 6 de julho de 1945, em homenagem aos 200 anos de sua elevação a cidade, o Presidente Getúlio Vargas erigiu em **Monumento Nacional** todo o acervo arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Mariana (DL 7713, de 06/07/1945).

Em 16 de julho de 1977, o saudoso professor Roque José de Oliveira Camêllo, então membro da Casa de Cultura de Mariana - Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes,

durante a sessão comemorativa do 281º aniversário de Mariana, lançou a ideia de se instituir o **16 de julho** como data cívica estadual, recebendo o apoio do então presidente da Casa, historiador Waldemar de Moura Santos, dos Acadêmicos, das Autoridades Municipais e da comunidade marianense. Sendo esse projeto encaminhado ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa, o governador Francelino Pereira dos Santos sancionou a Lei nº 7561, em 19 de outubro de 1979, consagrando o **16 de julho** como Dia do Estado de Minas Gerais, no art. 256 da Constituição mineira. Originalmente tal artigo dizia que o Dia de Minas Gerais era data cívica do Estado e seria celebrado anualmente na cidade de Mariana, com transferência simbólica da capital para o referido município, mas silenciava quanto à obrigatoriedade de a mesma data ser considerada feriado estadual, diferentemente de outros Estados da Federação, que decretam feriados estaduais as suas datas magnas, por exemplo São Paulo (9 de Julho) e Bahia (2 de Julho).

Ozanan dos Santos, no seu **Blog do Ozanan**, nesta data que se comemora o 40º aniversário do Dia de Minas Gerais (16/07/1979 - 16/07/2019), denuncia dois fatores que já levaram a Assembleia Legislativa mineira a emendar três vezes o art. 256 da Constituição mineira: "*caprichos eleitoreiros de políticos oportunistas e a inveja de cidades históricas que ainda não se conformam com a celebração do Dia do Estado de Minas Gerais em Mariana*".

Embora o governador Romeu Zema tenha feito promessa de extinção de pelo menos 11 medalhas em fevereiro deste ano à participação em solenidades de entrega das homenagens, aí incluídas a medalha da Advocacia Geral do Estado (AGE) e a medalha do Dia de Minas entregue em Mariana, em fins de junho, Romeu Zema recebeu a medalha da AGE no prédio Tiradentes, na Cidade Administrativa. A homenagem não tinha sido colocada na agenda oficial.

Já em relação à medalha Dia de Minas, que foi considerada pelo próprio governo como "a honraria que mais demanda recursos", o governador participou da cerimônia do Dia de Minas em Mariana, neste dia 16 de julho. Sobre a comemoração do ***Dia de Minas***, o governo tinha declarado que a Prefeitura de Mariana seria responsável pela realização e pelas despesas. Já o prefeito de Mariana, Duarte Junior (PPS), afirmou que o Dia de Minas deste ano seria em local fechado e que iria utilizar medalhas que já haviam sido compradas em anos anteriores, não acarretando em custos para a cidade. Segundo ele, o governo estadual nunca custeou a cerimônia, mas que, em gestões anteriores, havia um aparato e estruturas "enormes", o que gerava custo para os cofres públicos.

O site da Rádio Itatiaia acaba de noticiar que

“o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, recebeu nesta terça-feira (16/07/2019) a medalha de Minas, em Mariana, na região central do Estado. Depois da homenagem, Zema visitou o novo Bento Rodrigues, conversou com moradores e com o prefeito da cidade, Duarte Júnior.

De acordo com Duarte, o governador prometeu começar a pagar de imediato o parcelamento das dívidas de repasses constitucionais, que estão atrasados. O assunto é alvo de um acordo judicial que as prefeituras têm aderido.

O parcelamento dos atrasados começaria a ser pago em 2020 e começará para os outros municípios, mas, de acordo com o Duarte Júnior, prometeu iniciar o pagamento do parcelamento para Mariana de imediato.”

Ou seja, vê-se que continua válida a conclusão do mais conhecido dramaturgo inglês: "Tudo vai bem, quando termina bem."

A cidade de Mariana é guardiã de importante acervo do patrimônio cultural e histórico de Minas Gerais. Pode-se citar os seguintes pontos turísticos mais apreciados: casarios coloniais, com destaque para a casa do Barão de Pontal; conjunto arquitetônico e urbanístico da vila (1711), hoje cidade de Mariana (enquanto vila, Mariana já apresentava traçado moderno com ruas retas e praças retangulares projetado pelo arquiteto português José Fernandes Pinto Alpoim, distanciando-se, nesse aspecto, das demais vilas do ciclo do ouro, ainda no período colonial); a antiga Casa de Câmara e Cadeia, hoje sede da Prefeitura e Câmara Municipal;

Igreja de São Francisco de Assis e de Nossa Senhora do Carmo; Catedral Basílica de Nossa Senhora da Assunção, a Sé marianense, antiga matriz; o órgão Arp Schnitger, aí existente; antigo Palácio dos Bispos de Mariana, atual Museu da Música de Mariana, certificado e inscrito no programa “*Registro Memória del Mundo*” da UNESCO, deferido em 2011; Seminário Menor de Nossa Senhora da Boa Morte (atual ICHS da UFOP) com sua bela capela; Seminário Maior São José; o histórico solar ocupado pela Casa de Cultura de Mariana-Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes, etc.

Texto publicado em 2019:

<https://bragamusician.blogspot.com/2019/07/dia-de-minas-completa-40-anos-em-2019.html>

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS BRAGA, natural e residente em São João del-Rei, é escritor, pianista e compositor, além de tradutor para o português de obras da literatura grega, latina, russa, polonesa, alemã, inglesa, francesa e israelense. Graduiu-se em Letras pela Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João del-Rei (1968-1971) e em Música com habilitação em Composição pela UnB (2002-2008). Em 1983 obteve o grau de Mestre em Administração Financeira pela EAESP-Fundação Getúlio Vargas. Participa como sócio efetivo de seguintes Academias de Letras: São-joanense, Divinopolitana e Marianense. Foi agraciado com os seguintes títulos e honrarias: Comenda da Liberdade e Cidadania em sua 1ª edição (Fazenda do Pombal, 13/11/2011); Medalha do Mérito Cívico “Tomás Antônio Gonzaga” (Ouro Preto, 15/11/2011); e Medalha “Frei Orlando-Patrono do SAREx (1913-2013)” concedida pelo Comando Militar do Oeste (dezembro de 2013).

Santo do Pau Oco 2020 (06/07/2020)

O ‘Santo do Pau Oco’. Sua presença nas Minas Gerais



(José Anchieta da Silva. Advogado. Do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Da Academia Mineira de Letras Jurídicas)

Sumário: 1 – Introdução. 2 – No alvorecer da Capitania. 3 – As Minas e os mineradores. O topônimo: Minas Gerais. 4 – A vida e a rede de poder na Capitania de Minas Gerais. 5 – A cobrança dos impostos na Capitania. 6 – Levantes, sedições e inconfidências. 6.1 – A Guerra dos Emboabas. 6.2 – A Sedição de Vila Rica. 6.3 – A Inconfidência Mineira. 6.4 – Notícias sobre outras inconfidências. 7 – O ‘Santo do Pau Oco’ na história da Capitania das Minas do Ouro. 7.1 – Origem e significados da expressão. 7.2 – O ‘Santo do Pau Oco’ na vida da Capitania. 8 – Conclusões. 9 – Referências e fontes bibliográficas.

1 – Introdução.

A pretensão de enfrentar o tema ‘Santo do Pau Oco’ relacionando-o com os eventos e fastos da Capitania das Minas Gerais é antiga para este escriba. A publicação antecipada, todavia, desse pequenino e introdutório ensaio se dá por uma justa causa, motivado que foi pela celebração dos trezentos anos de criação da Capitania de Minas (1720-2020), monumentalizada em obra coletiva organizada pelo centenário Instituto dos Advogados de Minas Gerais - IAMG. Fica, portanto, o registro de que o texto deve ser adotado apenas como primeiras notas de um estudo já iniciado, que merece e necessita ser aprofundado.

Necessário registrar, à partida, o desapontamento do pesquisador quanto ao título que se pretendia para o trabalho. O seu título original seria: ‘*Santo do Pau Oco. Mineiro, inconfidente e anônimo*’. Ocorre que o ‘Santo do Pau Oco’, como imagem e como expressão, não nasceu em Minas Gerais e, portanto, não se justificaria manter na chamada aquilo que seria desmentido no curso da pesquisa; não seria cientificamente correto. Essa compreensão, todavia, evocativamente, não será abandonada, na medida em que, como adiante se verá, o mineiro sempre foi um indivíduo ‘virador’. Na construção da personalidade do mineiro minerador está um plexo de dificuldades vencidas representado por variadas agruras vivenciadas na saga das descobertas; na surpresa das lavras; no relacionamento do dia-a-dia com os próprios habitantes da terra;

numa sociedade composta por aventureiros brancos e negros; na relação com os representantes da Coroa Portuguesa; na obediência a atos religiosos numa sociedade que já nascia sob a influência da Igreja Católica com práticas carregadas de obrigações construídas nos seus primórdios e valorizadas durante toda a Idade Média. Foi assim que no vasto, distante de tudo e inóspito território das Minas Gerais se desenvolveu todo um processo de vida, regido de longe pela metrópole do reino, Lisboa, e pelo estamento do vice-rei do Brasil, assentado no Rio de Janeiro, atendendo-se, ainda, a caprichos que não eram poucos, das chefias locais. Por longo tempo, o ouro e o diamante foram fartos e a ganância, a ausência de escrúpulos por parte de quase todos os atores era uma regra.

Convivia-se permanentemente com levantes, sedições e inconfiências. Na capitania das Minas sobreviver era para os bravos, em todos os sentidos do termo e nessa dimensão a figura evocativa do ‘Santo do Pau Oco’ teve seu espaço com variados graus de originalidade, dando os contornos da personalidade do mineiro.

Como consideração introdutória ainda, é necessário acusar a escassez de fontes para bem desenvolver o tema. A História de Minas na fase de descobrimentos de pedras e metais preciosos está muito bem escrita pelos mais autorizados historiadores que a tanto se dedicaram. Não existe, no entanto, trabalho que tenha enfrentado o tema sob a perspectiva que por aqui se pretende abordar. Foi, o pesquisador, lembrado pelo professor Eduardo Vera-Cruz Pinto, da

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, da necessidade de se recorrer aos arquivos da Torre do Tombo em Portugal e da necessidade de se visitar registros históricos relevantes nas antigas possessões portuguesas da Ásia, com destaque para Macau e Goa, o que, todavia, em tempos de pandemia de coronavírus (2020) são etapas que ficaram adiadas para quando da apresentação do texto definitivo. O que se fez, portanto, para esta primeira apresentação, na medida do possível, não passa de um garimpo, algumas catas de aluvião.

2 – No alvorecer da Capitania.

O Brasil foi descobrindo o seu interior a partir dos movimentos das entradas e bandeiras, no caso de Minas, vindas de São Paulo. Em resumido texto do histórico do descobrimento das minas de metais preciosos, aponta Raimundo José da Cunha Matos, ainda no século XVI, para o ano de 1554, quando alguns aventureiros encontraram amostras de ouro nas serras de Jaraguá e de Paranaguá, próximos, portanto, da costa do mar. Não foi, todavia, suficiente para despertar o interesse dos paulistas. Pela legislação das ordenações as descobertas de metais preciosos pertenciam ao monarca. As pessoas que se dedicassem à mineração, além de correr todos os extraordinários riscos da empreitada teriam que destinar sua produção à Fazenda Real.

O surgimento das minerações na Capitania, embora não reúna a unanimidade dos pesquisadores quanto a uma data, dos relatos se recolhe absoluta coerência com relação aos eventos. Tendo Portugal nomeado a Artur de Sá e Menezes governador da Província do Rio de Janeiro e São Paulo (16 de dezembro de 1695) foi-lhe recomendado pela Coroa severas providências com relação ao trânsito entre capitanias, muito provavelmente em função do aberto contrabando praticado. Trava-se já de notável preocupação com relação à exploração das minas do sul. Essa ordem foi repetida em carta de 27 de janeiro de 1697. Registra a história que Manuel Garcia, natural de Taubaté e João Lopes de Lima, natural de São Paulo, descobriram ouro no ano de 1700 no Ribeirão do Carmo, hoje Mariana. Antônio Dias, também natural de Taubaté, Padre João de Faria Fialho, natural da Ilha de São Sebastião e Tomás Lopes de Souza Camargo, natural de São Paulo, também descobriram o metal nos anos de 1699, 1700 e 1701, fazendo referência às diversas faisqueiras no lugar onde hoje está a cidade de Ouro Preto. Noticia-se, noutra fonte, descoberta de ouro no sertão recém-devassado, em 1693, por Antônio Rodrigues Arzão, no lugar então denominado 'Casa da Casca'. A criação do quinto do ouro se daria em 18 de abril de 1701, criando, também, para sua administração, os cargos de superintendente, escrivães, tesoureiros e registros nos caminhos dos campos reais para o Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Bahia. Com isto restou proibida a circulação e a saída de pessoas de Minas

sem as guias do ouro, pelas quais se comprovasse pagamento do tributo.

A notícia de que havia ouro em abundância nas montanhas do Brasil correu o mundo. Diversos anônimos, diante da notícia do ouro fácil para cá se mudaram, de modo que no ano de 1700 a região já era tratada como território das Minas Gerais. Encontrava-se já nas terras mineiras, Manuel de Borba Gato, genro de Fernão Dias Pais, por aqui refugiado, mais precisamente nos sertões do Rio Doce, acusado da morte de Rodrigo de Castelo Branco. A acusação teria sido negociada, obtendo, o acusado, não apenas o perdão por parte do governador, mas, também, o posto e a honraria de tenente-general, ao relatar à autoridade a existência de grandes riquezas no território do Rio das Velhas. O precioso metal estava concentrado em tipos de depósitos distintos. O ouro de aluvião ficava às margens e nos leitos dos rios, córregos e encostas e vales, nas fendas levadas pelas chuvas. As minas representavam o próprio eldorado, celebrado como uma nova Goa. A supremacia e a presença majoritária dos paulistas, diante da crescente presença de forasteiros se fez sentir e seria foco de grandes problemas por vir. A atividade mineradora de ouro aluvionar, diferentemente de qualquer outra, não exigia grandes capitais, ao contrário, por exemplo, dos empreendimentos vinculados à produção do açúcar e estava ao alcance do rústico imigrante, destituído de grandes cabedais. A exploração, nos primórdios, correspondia à ouro de lavagem e as ‘catas’ eram abertas

nos tabuleiros. Pouco a pouco o ouro já era explorado morro acima, à procura de aluviões de meia encosta. Eram as ‘grupiáras’, as ‘catas altas’ com a adoção dos processos primitivos e predatórios. O caráter aleatório dos achados revelava o lado aventureiro da empreitada que reunia, na exploração, próximos uns dos outros, os senhores e os escravos. A sorte, indistinta, premiaria tanto o grande quanto o pequeno, inclusive o escravo capaz de, com sorte, adquirir meios para resgatar a sua liberdade, sua alforria. Logo se percebeu, todavia, fácil o desvio e o descaminho das pepitas encontradas. Os lavradores trabalhavam um de olho no outro. A desconfiança, o contrabando para fugir da tributação, a expectativa da riqueza fácil são os ingredientes, a matéria prima, da aventura que representava viver nas Minas Gerais no seu tempo de capitania do ouro e do diamante.¹

¹ - ROMEIRO, Adriana, ***A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações***, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, em ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 1, Editora Companhia do Tempo – Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 540; SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves, ***O Descobrimento e a colonização portuguesa no Brasil***, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 2000, p. 358; REIS, Liana, VALADARES, Virgínia, ***Capitania de Minas em Documentos***, Editora C/Arte, Belo Horizonte, 2012, p. 122; PEIXOTO, Gilberto Madeira, ***Termo de criação da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará***, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, XXXV, Belo Horizonte, 2011, p. 105-106.

Na percepção de Maria Efigênia Lage Resende, essas descobertas do ouro foram orientadoras na divisão dos tempos da história, afirmando que o setecentismo mineiro, antecipando-se, teria se iniciado em 1674, com a bandeira de Fernão Dias e seus desdobramentos. Do ponto de vista da organização da colônia, do vice-reinado do Brasil, institucionalmente, primeiramente se contou com a criação de uma só Capitania, do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas do ouro. As Minas passaram a ser exploradas na virada dos séculos XVII para o século XVIII (segundo os registros históricos, nos anos de 1667, 1699, 1700 e 1701).²

² - MATOS, Raimundo José da Cunha, **Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)**, Volume 1, Livraria Itatiaia Editora Limitada, Belo Horizonte, 1981, p. 309 e 317; BRASIL, Ministério da Cultura, Estado de Minas Gerais, Anglo Gold Ashanti, S. A. Estado de Minas 90 anos, **Ouro de Minas – 300 aos de História**, Empresa das Artes, Fábio Ávila, Editor, (sem a informação do ano), p. 39; RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, (organizadores), **História de Minas – As Minas Setecentistas**, volume 2, Editora Companhia do Tempo – Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 13-14; PAULA, João Antonio, **A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII**, na obra **História de Minas – As Minas Setecentistas**, volume 1, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 280.

3 - As Minas e os mineradores. O topônimo: Minas Gerais.

Não mais se falava na busca das esmeraldas e outras pedras preciosas, à exceção do diamante que tem sua própria história, embora vários tipos de pedras continuassem a ser exploradas no território. O que ganhou fama e relevância foi a lavra do ouro, tornando a região das minas cenário de gigantesca movimentação de gente de todo tipo. Levados pelo sonho da riqueza fácil uma multidão de aventureiros tomou conta de vilas, arraiais e fazendas da vastíssima Colônia. Calcula-se que, no espaço de uma década, a partir o segundo decêndio do século XVIII, mais de oitenta mil pessoas chegaram à Minas. Era a febre do ouro.³

Na república, por razões geograficamente justificáveis, se passou a admitir que o patronímico do Estado, agregando ao substantivo Minas o adjetivo Gerais teria sido o reconhecimento e a homenagem que se concedia às plagas do norte e nordeste mineiros que, não sendo propriamente área de mineração, seria o território das gerais, na amplidão de seus campos e na sua vegetação rareada e rasteira. A conclusão é correta e se justifica, merecendo ser anotada, mas, não corresponde à verdadeira concepção histórica. Fere o

³ - SANTOS, Márcio Vicente Silveira, *Tiradentes em Sete lagoas (Um mergulho na História que inscreve a Cidade no cenário da Inconfidência Mineira)*, Editora Kosmos, Sete Lagoas, 2010, p. 41.

ponto, em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, dentre outros, Fernando Antônio Xavier Brandão, colocando os acontecimentos em ordem cronológica. A divisão da Capitania de Minas e de São Paulo se deu mediante alvará do rei Dom João V, datado de 2 de dezembro de 1720. Este é o ato formal que separou a Capitania paulista da Capitania das ‘Minas do Ouro’. Até então, várias eram as expressões utilizadas, dentre as quais ‘Minas das Esmeraldas’ ou ‘Minas dos Cataguases’. Por vezes se utilizava a denominação dirigindo-se a certa mina em particular. Anota o historiador que em provisão para Garcia Rodrigues Paes, em 1705, há referências à designação como ‘Minas dos Cataguases’ e ‘Minas do Sabará’. Com a designação ‘Minas dos Cataguases’ se estava a referir às minas da região de Ouro Preto e com a designação ‘Minas do Sabará’ se estava a designar as minas da região do Rio das Velhas. Há documentos datados de 1701 a 1709 que já faziam uso da denominação ‘Minas Gerais’, como designação geral. Carta Régia datada de 1732 usava, oficialmente, a denominação de ‘Minas Gerais’. O seu primeiro governador foi Dom Lourenço de Almeida, figura com relevantes serviços prestados à Coroa em missões na Índia e no governo da Capitania de Pernambuco.⁴

⁴ - BRANDÃO, Fernando Antônio Xavier, *Sabará e o quinto do ouro*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, volume nº XXV, Belo Horizonte, agosto de 2004, 317-318.

4 – A vida e a rede de poder na Capitania de Minas Gerais.

Sem tempo de se organizar, afinal, a exploração do ouro tinha objeto e fim em si mesma, enriquecer-se sempre mais e rapidamente, a pirâmide social na Capitania Mineira foi se compondo com os senhores da elite, os livres e bem nascidos, dentre esses uma elite intelectual, seguida dos pobres, dos libertos e dos escravos. Os pobres, libertos e escravos negros e mestiços, numericamente superiores formavam a base dessa pirâmide. Como camada intermediária, entre proprietários e escravos, apareciam artesãos, músicos, pintores e escultores, quase todos mestiços.

Formaram-se vilas e arraiais situados nos vales próximos do ouro de aluvião. Vila Rica se formou com a união dos arraiais de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, de Padre Faria e de Antônio Dias, localizadas em três vales contíguos. Esses aglomerados em construções rústicas e próximas umas das outras, de pau-a-pique, se transformaram em focos de conflitos. A manutenção da ordem e do sossego naquelas vilas era tarefa perto do impossível e a Fazenda Real disso fazia pretexto para (também) aumentar impostos e taxas. O tema é tratado sob o título de ‘redes de poder’ em elaborada tese de Laura de Mello e Souza, tratando dos desclassificados do ouro. Anota-se, a respeito, a partir de leituras das Cartas Patentes concedidas pelos governadores, a preocupação com a recompensa pelos serviços prestados por recomendados vassallos na manutenção da ordem. Noutro relato, Paulo Rodrigues Durão, pai do futuro frei

Santa Rita Durão fora nomeado sargento-mor de Mato-Dentro por ter auxiliado ao Visconde de Assumar na repressão de quilombos. Há anotação atribuindo à pessoa de Joaquim Felipe dos Santos, em resposta a seu superior, a expressão segundo a qual a sorte dos povos seria indiferente ao governo quando se tratasse dos interesses da Fazenda. Sugeriu que àquela gente se deveria deixar o suficiente para os seus meios de subsistência, devendo o mais ser-lhes tomado a bem da metrópole.⁵

A vida na Capitania, de um modo em geral, acabou por se tornar extraordinariamente cara. Nos primeiros anos da mineração e em decorrência dela ocorreu em Minas uma explosão de preços e uma escassez de produtos, incluindo comestíveis. Alguns preços eram cinco vezes maiores em relação aos que praticados nas praças do Rio de Janeiro e de Salvador, metrópoles aqui na colônia. O relato de Richard Burton, a respeito, é elucidativo. Registra que entrando na Vila do Carmo, no Largo da Praça, coberto de relva, se hospedara no Hotel Marianense, a melhor das três hospedarias naquele paradeiro. A sala de recepção era, na verdade, um salão de barbeiro e cobrou-se caro *'pelo pasto e pelo milho'*. Sobre a conta final anota que poderia competir com a do *Hotel des Ambassadeurs* de São Petersburgo. A luz de lamparina não era de óleo de mamona, mas,

⁵ - SOUZA, Laura de Mello, ***Desclassificados do Ouro – A pobreza mineira no século XVIII***, Editora Graal, 4ª edição, Rio de Janeiro, 2004, p. 158 e 184.

de velas de espermacete pelas quais também se pagou caro. E arremata, *‘no entanto, para três malditas hospedarias, há, na cidade, nove igrejas’*.⁶

A estrutura político-administrativa e o exercício do poder nas Minas Gerais, no correr do século XVIII impôs uma organização que, por óbvio, valorizava os interesses políticos e administrativos, mas, voltados para os serviços tributário-fiscais, atento ao recolhimento do tributo e à possibilidade do contrabando do ouro e do diamante que precisava ser estancado. Dessa organização política cuidou, em 1711, o governador Antônio de Albuquerque Coelho e Carvalho que elevou à condição de vilas os mais importantes arraiais mineradores, neles criando um órgão administrativo para lidar com os problemas e vicissitudes do governo local. Na organização das estruturas locais havia um contratador dos pesos e medidas denominado aferidor; o contratador de inspeção, que seria o vendeiro do ver, o almotacé (almotacel), inspetor encarregado da exata aplicação dos pesos e medidas, o escrivão e o meirinho da almoçataria, além do alcaide e do capitão-do-mato que, dentre outras funções, trabalhavam no controle do mercado local, com a

⁶ - WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José C. M., **Formação do Brasil Colonial**, Editora Nova Fronteira, 5ª edição, Rio de Janeiro, 2012, p. 197; BURTON. Richard, **Viagem do Rio e Janeiro a Morro Velho**, Livraria Itatiaia Editora Ltda., Editora da Universidade de São Paulo, volume 36, Belo Horizonte, 1976, p. 273.

atribuição de prender atravessadores e inspecionar as licenças. Especialmente com relação ao controle fazendário, competia ao provedor-mor e aos provedores das Capitânicas, (com Pombal foram criados o Erário Régio [em Portugal] e as Juntas de Fazenda [no Brasil]). Havia um conselho de administração composto pelo chanceler da relação ou ouvidor, o provedor, o procurador, o tesoureiro-geral e o contador-geral, os fiscais. Nos principais portos foram criadas as mesas da alfândega, cuidando da execução das políticas do Estado e da repressão ao contrabando. No interior, a justiça real estava distante, o que facilitava o mandonismo local e as várias formas de justiça privada. O precário sistema de justiça, onde e quando funcionava deixava muito a desejar, caracterizando-se pela morosidade e pela aberta corrupção. Recorrem à oração do Padre Antônio Vieira, os historiadores Arno Wehling e Maria José Wehling, reproduzindo pregação que ficou famosa. Disse Vieira sobre a justiça da época em Portugal e nas Colônias: *‘Come-o o meirinho, come-o o carcereiro, come-o o escrivão, come-o o solicitador, come-o o advogado, come-o o inquiridor, come-o a testemunha, come-o o julgador e ainda não está sentenciado, já está comido (...) o que anda em juízo, ainda não está executado nem sentenciado e já está comido.’* A pregação, grave e assustadora, dá a medida da corrupção que já naqueles tempos de capitania campeava por aqui. Dentre as figuras de Estado, merece realçar as múltiplas funções atribuídas aos ouvidores gerais. Considerando que o preenchimento dos cargos era absolutamente aleatório, atendia-se

aos interesses da Coroa; nem todos os cargos e funções do sistema pelas mais variadas razões eram preenchidos e, assim, os ouvidores gerais exerciam por conta própria e na medida em que instados funções de provedores de defuntos, ausentes, resíduos, capelas e Fazenda Real, corregedores supremos em toda a comarca e intendentes da real fundição. Eram, na verdade, quase-reis nas suas jurisdições, por sinal mal definidas.⁷

O descobrimento do ouro acabou por proporcionar a ilusão da existência de uma sociedade rica e igualitária. O falso fausto que mais se agravaria na parte final do século XVIII, na medida em que o ouro fácil foi ficando raro, não fugiu à percepção de Eduardo Frieiro que cunhou a expressão ‘Vila Rica, Vila Pobre’. De fato, para o povo em geral, nunca houve a tão propalada riqueza. A situação de miséria da gente mais pobre se agravava exatamente por causa da exploração do ouro. Enquanto oitenta por cento da população se dedicava à mineração o restante cuidava de outras tarefas, sendo frequente a falta de víveres inclusive (segundo cálculos de W. Cano).⁸ Minas foi urbana antes de ser rural.

⁷ - SILVA, Flávio Marcus da, ***O Senado da Câmara e o pequeno comércio nas Minas setecentistas***, Oficina do Inconfidência, Museu da Inconfidência revista de trabalho, Ouro Preto-MG, ano 4, nº 3, dez. 2014, p. 164-165; WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José C. M. obra citada, 2012, p. 389; SILVA, Dario A. F. da, ***Memória Sobre o Serro Antigo***, Tipografia Serrana, cidade do Serro, 1928, p. 62-63.

⁸ - SOUZA, Laura de Mello, obra citada, 2004, p. 45 e 48.

Em que pese essas considerações relevantes, houve progresso em várias frentes, como a criação do bispado de Mariana em 1745 e sua instalação em 1748, com a criação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte em 1749 pelo primeiro bispo Dom Frei Manuel da Cruz. Anota Adalgiza Campos que Minas não teve um Vieira, um Nóbrega, um Anchieta, embora tenha tido eremitas notáveis, que suscitaram verdadeiras rotas de peregrinação, como os Santuários de Congonhas, do Caraça e da Serra da Piedade. Em vez da problematização religiosa, na Capitania dominava a crença no milagre, própria de uma religiosidade profundamente devocional. Este é um dos pontos do tema examinado que faz conexão direta com a figura do ‘Santo do Pau Oco’ na sua perspectiva com a vida na região das Minas do Ouro. Fere o tema o acadêmico Caio Boschi. Como a diocese de Mariana só viria a ser criada quando a Capitania já havia sido tomada pela exploração do mineral precioso, em Minas, diferentemente do que se deu nas demais partes do império colonial português, floresceram as ordens religiosas, abrigando leigos e cuidando de implementar a vida religiosa local. Os primeiros sacerdotes que vieram para as frentes mineradoras, muito provavelmente o fizeram atraídos pelo ouro e eram contratados pelas irmandades para a celebração de ofícios e práticas religiosas, o que, em boa medida, relativizava a sua autoridade eclesial. Essas irmandades, precedendo o Estado e a própria Igreja, mantenedoras de capelas e igrejas e dos altares que se construíram no seu interior, assumiram função e papel nucleares na promoção das sociabilidades

coloniais mineiras. São essas irmandades as responsáveis pela substituição de pequenos e frágeis templos originalmente erguidos, pois que por iniciativa delas foram sendo construídas as mais belas igrejas, marco e legado daquela Minas barroca. Seus financiadores, além da contribuição dos fieis eram comerciantes e mineradores, gente graúda dessas localidades. Essas organizações, na primeira hora, como ‘confrarias’ professando a fé católica, sob a natureza de associações, foram alterando o seu próprio perfil, transformando-se em ‘irmandades’, tipologia de maior destaque. Destacaram-se as chamadas ‘ordens terceiras’, agremiações que perseguiram, fundamentalmente, a perfeição da vida cristã de seus membros. Embora seculares, os terceiros mantinham certa vinculação institucional com determinada ordem religiosa, dela extraindo regras para o exercício da vivência cristã dos congregados. Essas irmandades das ordens terceiras se caracterizavam na sua composição, tendo como membros os que compunham as mais elevadas camadas da sociedade. As confrarias e irmandades criadas nas Minas Gerais, na percepção de Caio Boschi, diferem significativamente de seus similares em Portugal onde essas entidades, geralmente, eram criadas ou orientadas por instituições eclesiásticas. Em Minas, a sua criação era espontânea, resultante da iniciativa dos próprios leigos, seus inspiradores, de acordo com as suas crenças e com a fé que devotavam a seus santos padroeiros, suas afinidades, crenças e simbolismos. A sua manutenção era assegurada pela própria comunidade de leigos. Enquanto em

Portugal a função social das irmandades era de caráter essencialmente beneficente e mutualista, nas Minas Gerais se apresentavam também e marcadamente, como organismos sociais multiformes, oferecendo a seus confrades vários outros benefícios num espaço de convívio social. As confrarias e as irmandades em Minas serviam de veículos e instrumentos de manifestações sociais, sobretudo para as camadas socialmente inferiores.⁹

5 – A cobrança dos impostos na Capitania.

O chamado quinto (quinta parte do ouro físico produzido) era tradição do sistema português desde sempre, os ‘vieiros’, ‘minas’ ou ‘betas’ do ouro devidos à Coroa por direito senhorial constava das ordenações Alfonsinas, Manuelinas e no Código

⁹ - CAMPOS, Adalgisa Arantes, *Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco das Geraes*, na obra *História de Minas – As Minas Setecentistas*, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 401; FILGUEIRAS, Carlos A. L., *A Ciência e as Minas Gerais do Setecentos* na obra *História de Minas – As Minas Setecentistas*, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 165; BOSCHI, Caio César, *Irmandades, religiosidade e sociabilidade* na obra *História de Minas – As Minas Setecentistas*, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 60- 64.

Filipino (nos cânones 2:34:4 e 2:26:16). No Brasil, os primeiros habitantes da Capitania de São Vicente a conheceram desde o ano de 1554.¹⁰

Em Minas, o ouro começou a ser tributado em 1700, valendo, como tributo, a quinta parte do ouro em pó produzido, cobrança que se manteve até o ano de 1710. Entre 1710 e 1713 o quinto passou a ser exigido por bateias. Equivale dizer que o quinto continuou a prevalecer, arbitrado, todavia, em doze oitavas de ouro por escravo empregado na mineração. Essa alteração se deu com a Carta Régia de 24 de julho de 1711 e a seu respeito há contestação por parte de alguns historiadores, ao improvável fundamento de que, no período, o pagamento seria voluntário. Entre 1714 e 1718 prevaleceu o sistema de convênio, ajuste ou finta pelo qual os mineiros comprometiam-se a remeter o correspondente a trinta arrobas de ouro, desde que fosse destinada às câmaras e a renda aos Registros das Entradas e desde que o ouro pudesse circular livremente. Há mais dúvidas do que certezas quanto a esse procedimento, lembrando-se que o período precede à conhecida sedição de Vila Rica. Entre 1718 e 1722 vigorou o sistema de convênio, equivale dizer, mediante ajuste realizado entre o fisco e

¹⁰ - MATOS, Raimundo José da Cunha, ***Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)***, volume 2, Livraria Itatiaia Editora Limitada, Belo Horizonte, 1981, p. 205-206.

os mineiros através do qual se remetia à Coroa vinte e cinco arrobas mais as rendas dos Registros que retornariam ao tesouro régio. No período, a Coroa começou a construir as famosas ‘Casas de Fundição’ (1719) o que motivou reação e revolta por parte dos mineiros. Entre 1722 e 1725 se retornou à quota fixa de cinquenta e duas arrobas. Entre 1725 e 1730 vigorou o sistema do quinto do ouro fundido. Entre 1730 e 1732 vigorou a tributação de doze por cento do ouro em pó. Entre 1732 e 1735 estabeleceu-se a quota fixa de cem arrobas. Declara-se a intenção de fazer vigorar o sistema de capitação por novos escravos e censo das indústrias. Entre 1735 e 1751 prevalece um sistema de capitação, admitindo-se a circulação do ouro em pó e proibindo-se o uso da moeda. Pelo novo sistema de capitação todos seriam tributados, mineradores ou não. Entre 1751 e 1803 vigorou o sistema do quinto do ouro fundido com cláusula de quota fixa de cem arrobas anuais. Entre 1803 a 1808 vigorou a alíquota do décimo do ouro fundido. Entre 1808 a 1827 se retornou ao quinto do ouro produzido. E em 26 de outubro de 1848 a cobrança do quinto veio a ser abolida.¹¹

¹¹ - PAULA, João Antonio, ***A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII***, na obra ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 1, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 290-292; RABÊLO, José Maria, PAULA, João Antônio de, DIAS, Fernando Correia, FARIA, Ricardo de Moura, ***História Geral de Minas – da chegada***

A questão da tributação, no entanto, não se limitaria à cobrança do quinto. Várias eram as cobranças que recaiam sobre pessoas e atividades desenvolvidas na Capitania do século XVIII. Segundo Miguel Augusto Gonçalves de Souza, pesava sobre os contribuintes as seguintes cobranças: a) sobre os direitos de entradas; b) sobre os direitos de passagem; c) os dízimos; d) as rendas dos ofícios de justiça; e) os subsídios voluntários; f) os subsídios literários; g) a taxa dos correios; h) a contribuição do Tejuco (esta, sobre a produção de diamante); i) o quinto do ouro. A cobrança dos subsídios literários se deu a partir de 1773, com a finalidade de custear a subsistência dos professores régios da Capitania. Cobrava-se essa exação sobre aguardente de cana e sobre o gado entre outros gêneros. Seu recolhimento era geralmente feito por contratadores que, uma vez satisfeitas as necessidades da Coroa recolhiam o excedente para si próprios. O dízimo era imposto que incidia sobre os produtores em geral, produtos agrícolas, produtos da terra, sobre o gado, aves, produtos dos engenhos dentre outros.¹²

Na confirmação de que a vida na Capitania não era fácil, é preciso somar àquele custo de vida elevadíssimo, para além da cobrança do quinto, por acréscimo, a cobrança, nas celebrações

dos primitivos habitantes 12 ou 1 mil anos atrás, até os dias atuais,
Livreria & Editora Legraphar, Ouro Preto, 2018, p. 143.

¹² - SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves, obra citada, 2000, p. 742; SOUZA, Laura de Mello, obra citada, 2004, p. 184.

religiosas, das onerosas ‘conhecenças’. Na monarquia portuguesa, o clérigo, ao se tornar oficialmente pároco, com direito a ocupar outros cargos na hierarquia eclesiástica, recebia do governo, oficialmente, as chamadas ‘côngruas’, remuneração oficial, correspondente a um salário anual que, todavia, era insuficiente para fazer frente às despesas, e isso levou à autorização de se cobrar, pelas celebrações, valores em separado, as ‘conhecenças’. Os clérigos eram, pelo sistema, um profissional exercendo um ofício do rei. Ser padre era, também, fazer uma carreira profissional. A ‘conhecença’ era exigida dos fieis pelo menos uma vez por ano, por ocasião da ‘desobriga pascal’ ou confissão obrigatória na páscoa. Há notícia de abusos em tais cobranças.¹³

A capitação, sistema confuso de tributação que se rivalizou num ir e vir com o facilmente reconhecível sistema do quinto constava da Carta Régia de 9 de novembro de 1709, na qual se ordenava ao governador da Capitania (que reunia o Rio de Janeiro, São Paulo e as Minas do ouro) outro meio de cobrança do imposto, levantando as casas de fundição em cada comarca para nelas se fundir o ouro produzido sob pena de confisco. A providência não foi bem recebida, uma vez que além de outros inconvenientes, os

¹³ - VILLALTA, Luiz Carlos, *A Igreja, a sociedade e o clero*, em *História de Minas – As Minas Setecentistas, História de Minas – As Minas Setecentistas*, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 29-30.

mineradores teriam que, para o efeito, abandonar suas lavras indo até as casas de fundição. Largar os pontos de lavra era sempre um risco. Submeter-se à fundição todo o ouro produzido tinha lá também seus inconvenientes, já que o contrabando era uma prática. O novo governador, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho reuniu uma junta composta por oficiais da câmara de São Paulo e procuradores de outras câmaras, nobreza e clero para tratar do que pudesse ser o método mais favorável para a arrecadação do quinto (a reunião se deu em data de 17 de julho de 1710). Ficou assentado então o sistema de cobrança por bateias, o que correspondia à cobrança por cabeças de escravos e outros empregados existentes em cada mineração. Com esse método se passou a cobrar de cada um o correspondente a doze oitavas de ouro por ano. O governo de Portugal em Carta Régia de 24 de julho de 1711, um ano depois, portanto, aquiesceu ao novo método, identificado como ‘pagamento do quinto por bateia’. Ocorre que, posto em prática o novo método, os mineiros, aconselhados por alguns eclesiásticos passaram a ludibriar os efeitos dessa ‘capitação’ diminuindo, por óbvio, quando das informações nos arrolamentos, o número de escravos e empregados. O governo, rapidamente, não obstante a aprovação pela Coroa, logo percebeu que o método não funcionaria, dele resultando prejuízo para a Fazenda Régia. A necessidade de se interromper esse sistema de capitação foi levado a conhecimento do rei antes mesmo de se por em prática aquela autorização que, afinal, já constava da Carta Régia. Esta nova comunicação teria ocorrido em 7 de agosto

daquele mesmo ano de 1711 e cuidou-se da convocação de nova junta para tratar do assunto em 1º de dezembro, com a clara intenção de se reformar aquele primeiro assento. Ocorre que, naquela altura, com a possibilidade de os próprios mineradores se taxarem, ainda que o fazendo pelo método da sonegação por omissão, e contando nesse intento com a complacência (se não participação) dos eclesiásticos estava criado um grande problema. Pelo menos nominalmente, é fato, por razoável período teria vigorado o sistema com o nome de capitação que só seria abolido por ato datado de 3 de dezembro de 1750.¹⁴

O tema tributação, quinto, capitação, nos tempos da Capitania é, ao mesmo tempo, instigante e inconcluso. Não reúne a unanimidade dos pesquisadores a não ser em torno de um ponto comum, o da constatação de que era, a tributação, motivo e foco de revoltas, intrigas e desassossego geral. Dentre as várias motivações para a cobrança do imposto, a partir de 1755, estava a necessidade de recursos para a reconstrução de Lisboa destruída pelo histórico terremoto, trabalho levado a cabo pelo marquês de Pombal. Na entrada do século XIX, em 1808, a família real portuguesa teve que

¹⁴ - MATOS, Raimundo José da Cunha, obra citada, volume 2, 1981, p. 205-215; SOUZA, Laura de Mello, obra citada, 2004, p. 185; BRANDÃO, Fernando Antônio Xavier, obra citada, 2014, p. 322; MARTINS, Tarcísio José, **Quilombo do Campo Grande – A História de Minas que se devolve ao povo**, Editora Santa Clara, Contagem, 2008, p. 326-327 e 569-573.

fugir às pressas da invasão napoleônica, instalando-se no Rio de Janeiro. A Corte chegou ao Brasil empobrecida. O séquito de Dom João VI que deixou para trás uma Lisboa falida se compunha de mais de dez mil pessoas.¹⁵ Esses novos hóspedes, todos amparados pela Corte, necessitavam de tudo. A história registra a expulsão de moradores do Rio de Janeiro de suas residências se à entrada aparecesse pichadas as duas letras ‘PR’, sigla que sinalizava a requisição sumária do imóvel para uso da comitiva do príncipe regente e que os cariocas da época bem traduziram por um ‘Ponha-se na Rua’. A presença da família real pôs à mostra também na metrópole do Rio de Janeiro uma realidade cruel que já se vivia nas províncias, a presença dos brancos pobres; aqueles que não sendo senhores, nem cativos, não tinham qualquer papel a desempenhar na sociedade. O trabalho braçal era socialmente inaceitável para quem não fosse escravo. Os brancos pobres afundavam-se numa miséria terrível à margem da sociedade colonial. Por razões distintas, metrópole e província conviviam com esse problema comum.¹⁶

¹⁵ - GOMES, Laurentino, **1808 (como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil)**, Editora Planeta, São Paulo, 2007, p. 188-189.

¹⁶ - WILCKEN, Patrick, **Império à Deriva – A Corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**, Editora Objetiva, tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, 2004, p. 209.

6 – Levantes, sedições e inconfidências.

Levantes, sedições e inconfidências na Capitania do ouro foram vários. Movimentos praticamente permanentes permearam aquela sociedade, dando muito trabalho ao governo. Pela limitação de tempo e espaço e para não fugir à análise pontual do tema proposto serão repassados, ligeiramente, os movimentos que, de alguma maneira, foram emblemáticos: a Guerra dos Emboabas; a Sedição de Vila Rica; a Inconfidência Mineira e, apenas a título de registro, algumas outras inconfidências menores mas não menos importantes.¹⁷

6.1 – A Guerra dos Emboabas.

A primeira revolta na Capitania que colocou em alerta a Coroa foi a Guerra dos Emboabas e a sua consequência foi a separação das capitanias do Rio de Janeiro da de São Paulo, compreendendo esta também a região das minas, o que se deu 1710. Foram criadas nesse tempo três comarcas com sedes,

¹⁷ - Pesquisadores, vários, para além dos movimentos já citados reconhecem e identificam os levantamentos da Vila do Carmo, em 1713 e 1715; Motim do Morro Vermelho em 1715; os motins de Catas Altas, entre 1717 e 1718; os motins de Pitangui em 1718; a Sedição do São Francisco em 1736 e os levantamentos em Campanha do Rio Verde, em 1746.

respectivamente, em Vila Rica, em Sabará (ou Rio das Velhas) e em São João Del Rei, a comarca do Rio das Mortes.¹⁸ A separação das capitanias foi vista como uma forma de a Coroa restabelecer sua autoridade na região das minas.

A exploração do ouro, que estava longe de terminar via o ouro de aluvião rareando, fazendo desaparecer a fase do ouro catado, do ouro fácil, e dando-se início à fase propriamente da mineração quando ocorreu o primeiro grande conflito. Portugal não conseguia impedir um maior ingresso de forasteiros que continuavam a migrar para a região, principalmente portugueses. Esse contingente, numeroso e movido por ambições de quem largara tudo para trás fez nascer uma guerra aberta (1708-1709) reunindo, de um lado, os paulistas que se julgavam donos da terra e portanto das minas, e de outro lado, os recém-chegados que, tendo incorporado no seu traje um tipo de polaina, as emboabas, acabaram por dar nome ao conflito. Noutra versão, a palavra emboaba, de origem tupi,

¹⁸ - A Comarca de Vila Rica compreendia também a Vila de Nossa Senhora do Carmo (Mariana). A de Sabará compreendia o Rio das Velhas (região de). A de São João D'El Rey compreendia o Arraial do Rio das Mortes. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Comarcas de Minas – 1711-2014**, Memória do Judiciário Mineiro, organizado por Lúcio Urbano Silva Martins e Rosane Vianna Soares, Belo Horizonte, 2016, p. 210, 380, 441.

A expressão consagrada 'Termo de', imprecisa, era uma tentativa de identificação da região e que à ausência ainda de uma organização geográfica (cartográfica) deixava a jurisdição, do ponto de vista territorial, bastante aleatória.

significava pinto-calçado, aquele que usava calçado. Era, enfim, alcunha utilizada pelos paulistas para se referirem a todos aqueles que não eram paulistas. Aos grupos dos chamados emboabas reuniram-se baianos, cariocas e demais forasteiros os quais, vitoriosos, aclamaram seu chefe o fazendeiro português Manuel Nunes Viana, ‘governador de todas as minas’. A guerra terminou com uma rendição dos paulistas que, ao se entregarem, na região do Rio das Mortes, foram emboscados e massacrados. A matança dos paulistas se deu no chamado Capão da Traição, local situado nas proximidades do hoje município de Tiradentes. Questiona Adriana Romeiro se a denominação ‘guerra’ seria mesmo a mais correta para o conflito. Afinal, foram os emboabas que se insurgiram contra o domínio paulista. Teria, portanto, ocorrido uma rebelião e não embate simultâneo de dois grupos rivais.¹⁹

6.2 – A Sedição de Vila Rica.

Ocorrida em 1720, na base do conflito estava uma daquelas mudanças na forma de cobrança do quinto do ouro, com o início da construção das famosas casas de fundição. Era governador e capitão-general de Minas, Dom Pedro de Almeida, Conde de Assumar a

¹⁹ - SOUZA, Laura de Mello, obra citada, 2004, p. 320; ROMEIRO, Adriana, obra citada, 2007, p. 529-535; REIS, Liana, VALADARES, Virgínia, obra citada, 2012.

quem coube, em 1719, propor o sistema de cobrança com as casas de fundição. Os mineradores se revoltaram. Na localidade de Ouro Podre, considerada como a mais rica nas cercanias da Vila Rica, cerca de dois mil homens pegaram em armas e na madrugada de 28 de junho invadiam e arrasaram os alicerces do que seria o edifício da casa de fundição que ali estava sendo construída e tentaram contra a vida do ouvidor geral da comarca, Martinho Vieira, obrigando-o a fugir. Os revoltosos continuaram amotinados e o governador foi obrigado a praticar um recuo estratégico. Animados, os sediciosos impuseram-lhe quinze condições. Numa delas, pretendiam os insurgentes que os integrantes da temida Companhia de Dragões passassem a ser alimentados à sua própria custa e não às expensas do público. O soldo dos Dragões da Independência era quatro vezes superior ao que se pagava ao seu correspondente em Lisboa. O governador acenava no sentido de atendê-los, começando por anunciar o perdão aos revoltosos. Quando, então, entre os sediciosos já se distribuía o que seriam os despojos da guerra que teriam vencido veio o contra-ataque. Em enérgica reação, com reforços que o Conde de Assumar obtivera no Rio de Janeiro veio uma sucessão de prisões. O líder do grupo, que se encontrava em Cachoeira do Campo, descrito pelo governador como um vil canalha, pagaria o preço. Escolhido para atemorizar os demais, Felício dos Santos foi

preso, morto, e o seu corpo amarrado a quatro cavalos bravos foi feito em pedaços pelas ruas de Vila Rica.²⁰

O líder do movimento, Felipe dos Santos Freire, era português de Cascais, aparentemente analfabeto, de profissão almocreve ou muladeiro, aquele que conduzia conjunto de bestas de carga. Além de tropeiro era mestre ferrador que pagava, como tributos, 7 (sete) oitavas de quintos pelo seu ofício. Nas horas vagas, atuava ainda como cômico, o que se comprovou pelas peças de roupas coloridas e listradas de acordo com a relação de seus bens sequestrados. Para cá veio de Portugal por volta de 1713, em busca de riqueza e largou para trás uma esposa, Tereza Maria Caetana. Residia na Vila de Antônio Dias. Era, no entanto e curiosamente, homem de posses. Entre seus bens constavam uma casa em Antônio Dias, um rancho coberto de telhas, uma negra, Francisca Mina, dois negros, João Benguela e Izeph Ambu, um negro muito velho, Manoel Mina e um moleque de nome Thomé crioulo, conforme os autos de arrematação de seus bens, ocorrido em junho de 1721 para pagamento do processo e das dívidas. O fato de Felipe dos Santos ter atuado de maneira tão ostensiva é atribuído à enorme confiança que depositava em dois outros líderes do movimento que, todavia, muito menos se expuseram, o mestre-de-campo Pascoal da Silva Guimarães e o fazendeiro Manuel Nunes Viana, o mesmo que

²⁰ - BURTON. Richard, obra citada, 1976, p. 320-321; SOUZA, Laura de Mello, obra citada, 2004, p. 183.

liderara o movimento dos Emboabas. Pascoal da Silva veio de Portugal para o Rio, ali se estabelecendo como caixeiro. Tornou-se, em seguida, mascate nas minas, enriquecendo-se rapidamente. Tendo amealhado maior parte de seu patrimônio com o contrabando, com a instalação das casas de fundição e com a cobrança de direitos de entrada na Capitania, no registro de Borda do Campo, a Pascoal interessava o êxito da sedição. Somente Felipe dos Santos, no entanto, pagou com a vida e com o seu patrimônio o preço do levante.²¹

Se o conflito dos Emboabas foi determinante para a separação da Capitania do Rio de Janeiro, desmembrando dela a de São Paulo e das Minas do Ouro, a Sedição de Vila Rica foi o marco da separação da Capitania de São Paulo e das Minas Gerais, o que se consumou pelo alvará do rei Dom João V, datado de 2 de dezembro de 1720.

²¹ - ANASTASIA, Carla Maria Junho, **Introdução e Um exercício de auto-subversão: rebeldes facinorosos na Sedição de 1736 - A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII**, na obra **História de Minas – As Minas Setecentistas**, volume 1, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Autêntica, Editora Companhia do Tempo – Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 527; FONSECA, Alexandre Torres, **A Revolta de Felipe dos Santos**, na obra **História de Minas – As Minas Setecentistas**, volume 1, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, 549-566.

6.3 – A Inconfidência Mineira.

Não se propõe, nessas linhas, dissertar sobre o mais célebre dos movimentos libertários, tendo em vista os estreitos propósitos da pesquisa. Diferentemente dos movimentos anteriores, a Inconfidência Mineira tem seu realce próprio porque na sua trama se encontravam próceres da sociedade provincial, clérigos e homens das letras. A pretensão, não obstante sua raiz comum com os demais movimentos, quanto à insatisfação geral com aquele incômodo quinto do ouro, era bem maior, pretendia-se a independência de Portugal, sua finalidade era a de fazer o Brasil uma república independente.

O tempo era outro, último decêndio do século XVIII e a cidade de Vila Rica, a despeito de todos os problemas, vivia uma época cultural sem precedentes. O ouro já havia deixado um expressivo legado. A cidade contava com trinta escolas onde se ensinava latim e filosofia. Um grande número de filhos de fazendeiros e mineradores terminava seus estudos na Europa, de lá trazendo novidades culturais. Era significativo o número de letrados portugueses que ocupavam postos-chaves no comando da sociedade.

As construções eram representação legítima do Arcadismo, Barroco e Rococó.²²

A conspiração corria solta e a transcrição de diálogo havido em uma de suas reuniões, uma síntese do pensamento inconfidente, revela a disposição de seus líderes. Questões relevantes dividiam os inconfidentes no debate sobre a estratégia para o levantamento do povo e o enfrentamento militar. Com o produto da cobrança do quinto do ouro se faria algumas das despesas, incluindo-se o pagamento da tropa que fosse necessária. Presentes à reunião Freire de Andrade, seu cunhado José Álvares Maciel, Alvarenga Peixoto, o padre Toledo, o padre Rolim²³ e Tiradentes, Alvarenga Peixoto,

²² - TOSTO, Ricardo, GUILHERME, LOPES, Paulo Guilherme, **O Processo de Tiradentes**, Conjur Editorial, www.editoraoutraspalavras.com.br, São Paulo, (sem identificação do ano), p. 15; BRASIL, Ministério da Cultura, Estado de Minas Gerais, Anglo Gold Ashanti, S. A. Estado de Minas 90 anos, **Ouro de Minas – 300 aos de História**, Empresa das Artes, Fábio Ávila, Editor, (sem a informação do ano), p. 55.

²³ - Especialmente sobre a biografia do padre Rolim é preciso acrescentar a sua fama de um dos mais notórios contrabandistas do Tejuco. Acrescenta Júnia Ferreira Furtado que *‘Seu relacionamento com os inconfidentes em muito antecedia a preparação do levante. O contratante dos dízimos Domingos de Abreu Vieira e Cláudio Manoel da Costa usavam as atividades de concessão de crédito para acobertar a sua intermediação no tráfico de diamantes.’* FURTADO, Júnia Ferreira, **O Livro da Capa Verde – o regimento diamantino de 1771 e a vida do distrito diamantino no período da Real Extração**, Unnablume, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012 (reimpressão), p. 47.

tomando a palavra, explicou que o levante poderia dar-se, ‘à razão da derrama que vexava o povo e que por isso seria fácil em se mover a sacudir o jugo’. Ou seja, a opressão tributária representada pela derrama seria a argumentação externa que justificaria levar o povo à rebelião. A sutileza precisa ser observada. O movimento, construído por inconfidentes, pessoas bem nascidas e letradas, não tinha o apoio do povo. A derrama era argumento de arrebatamento porque, verdadeiramente o que com a conspiração se pretendia era antecipar a independência do Brasil de Portugal, construindo-se uma república, na esteira de movimentos de outros povos, tomando como exemplos países da América espanhola e os Estados Unidos da América do Norte. Pretendia-se uma nova capital e uma universidade tomando por modelo a de Coimbra.

Voltando àquela reunião, Álvares Maciel prosseguiu, lembrando que os negros, em número muito maior do que os brancos, poderiam, em troca da liberdade, tomar o partido contrário ao da sedição, o que representava um risco. Alvarenga retrucou sugerindo que se poderia dar-lhes a liberdade em troca do apoio, com o que Maciel não concordou, pois isso traria enorme prejuízo ‘ao serviço das minas’. Prosseguindo, Alvarenga saiu-se com o que seria a solução, endossada, por sinal, pelo padre Toledo: dar-se-ia a alforria aos crioulos (os escravos nascidos no Brasil) e aos mulatos. A reunião ainda continuou a tratar de um tema espinhoso. Afinal, era preciso decidir o que se faria com os europeus, considerando-se

que esses não teriam '*animo de residir*' em Minas após o êxito da inconfidência. O padre Toledo apoiou a ideia de lhes cortar a cabeça, solução que foi prontamente rechaçada por Alvarenga Peixoto que a considerava um ato de impiedade.²⁴

O malogro da conspiração se deu com a delação de Joaquim Silvério dos Reis²⁵ e após longo processo e longa devassa, vários dos inconfidentes cumpriram pena de degredo e o seu líder, Tiradentes, foi enforcado no Largo da Lampadosa, no Rio de Janeiro.

6.4 – Notícias sobre outras inconfidências.

São vários os outros movimentos, levantes e sedições que se deram na Capitania, cada um deles com a sua relevância local.²⁶ É preciso apontá-los como calço final à conclusão que se adotará e que

²⁴ - VILLALTA, Luiz Carlos e BECHO, André Pedroso, ***Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira***, em ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 558.

²⁵ - Sobre o delator, Joaquim Silvério dos Reis há registro de que a sua dívida para com a Fazenda Real em 1784 (vésperas da conspiração) era de exatos 220.430\$149 réis. FURTADO, Júnia Ferreira, obra citada, 2012, p. 122. É dizer, não havia, de fato, santos naquela trama geral.

²⁶ VILLALTA, Luiz Carlos ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 552.

já é de todos conhecida: na Capitania de Minas decididamente não se teve espaço para tempos de paz.

Na década de 1730 eclodiu no sertão do São Francisco uma série de motins contra a cobrança da taxa de capitação que taxava negros e mulatos forros. Inaugurou-se, naquelas paragens, sem qualquer base sustentável, um comportamento segundo o qual os brancos não pagavam imposto por graciosa mercê de sua majestade. Em consequência, os índios não queriam pagar porque, não sendo negros, invocavam sua equiparação aos brancos. Estabeleceu-se uma confusão generalizada e não há registros claros sobre consequências mais graves, para além daquela região, derivadas de tais motins.²⁷

O arraial de Curvelo, pertencente à comarca do Rio das Velhas, caminho de ligação com a Capitania da Bahia, que tinha como principal atividade econômica o abastecimento das regiões de mineração foi palco de duas inconfidências, entre 1760-1763 e 1776. Figura curiosa, grande proprietário de terras, prestador de dinheiro a juros e dono de expressiva biblioteca para os padrões da época, o padre Carlos José de Lima, vigário da freguesia de Santo Antônio do Curvelo protagonizou delitos considerados crimes de

²⁷ - VILLALTA, Luiz Carlos, *As origens intelectuais e políticas da inconfidência Mineira*, Em *História de Minas Gerais – a Minas setecentista* obra coordenada por maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 596; SOUZA, Laura de Mello, obra citada, 2004, p. 596.

inconfidência. O papel desse nomeado prelado, todavia, naquelas duas inconfidências não foi o mesmo. Naquela, iniciada em 1760 teria feito circular dentre os paroquianos e seguidores o que seria cópia de um ‘breve papal’, missiva de caráter oficial escrita e proclamada pelo santo padre, dirigindo-se à comunidade cristã. Na verdade, o texto circulado correspondia a panfleto altamente ofensivo ao rei de Portugal. O tal ‘breve papal’ seria uma resposta às tiranias de sua majestade, como o suplício e a condenação à morte de vários nobres acusados de tentativa de regicídio contra Dom José, em 1758. O conflito da época, em plena reconstrução de uma Lisboa destruída por terremoto, tratada com certo eufemismo pela história como a ‘questão religiosa’, implicara na expulsão dos padres jesuítas do império português, por ordem do marquês de Pombal. Esses fatos tiveram forte e relativamente rápida repercussão pelas Minas Gerais. Como resultado, abriram-se três devassas no arraial. As duas primeiras foram habilmente presididas exatamente pelo padre Carlos José de Limas. A terceira, em 1763, foi iniciada quando passava por Curvelo, em visitação, Lopo Gomes Corte Real, representante do arcebispado da Bahia. O resultado das três devassas, cujo conjunto é considerado como a primeira inconfidência de Curvelo foi a incriminação do franciscano Antão de Jesus Maria e de seu amigo, o irmão leigo Lourenço Feliz de Jesus Cristo, ambos conhecidos como inimigos do referido vigário. A segunda inconfidência de Curvelo se deu em 1776, compreendendo outro episódio. Desta vez, o padre Carlos de Lima

passara à condição de acusado do crime de vitupério contra o monarca português a quem chamava de demente, de pateta, comparando-o a Nero e a Diocleciano, dois imperadores romanos conhecidos como grandes detratores da Igreja Católica, perseguidores dos cristãos. As denúncias contra o vigário vinham de muitos paroquianos. O padre foi preso, levando junto várias outras pessoas que declararam em seus testemunhos conhecer os vitupérios proferidos pelo vigário sem, todavia, tê-los denunciado.²⁸

A inconfidência de Mariana ocorreu em junho de 1769. O vigário capitular na governança do bispado de Mariana, Ignácio Correa de Sá, foi preso sob a alegação de atacar o monarca. Eram responsáveis pela denúncia os cônegos do seu cabido, que o acusavam de usurpar a jurisdição que lhes pertencia, além de afirmarem que a procuração que dava ao prelado condição de governador do bispado teria perdido a validade, uma vez que o bispo que a expedira teria sido promovido a outro cargo. A prisão de Ignácio provocou alvoroço por toda a região. Apesar de ter o acusado negado com veemência a acusação, a devassa concluiu pela culpa do eclesiástico que ficou preso no seminário de Mariana até

²⁸ CATÃO, Leandro Pena, *Inconfidência(s), jesuítas e redes clientelares nas Minas Gerais*, na obra *História de Minas – As Minas Setecentistas*, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 670-671.

que, mais tarde, viesse a ser beneficiado pelo perdão concedido, em 1777, por Dona Maria I, sucessora de Dom José, num indulto geral que a rainha concedera a todos os perseguidos da era pombalina. Em Portugal, à altura, quem havia caído em desgraça era o próprio Pombal, que faleceria em 1782, proibido inclusive de pisar na cidade de Lisboa.²⁹

Na comarca de Sabará, em 1775, as duas principais autoridades locais, o ouvidor local, José de Goes Ribeiro Lara de Moraes e o vigário-geral, José Correa da Silva se desentenderam na condução dos interesses da Coroa e foram ambos acusados do crime de inconfidência e de vários outros delitos dentre os quais o de descaminho de ouro e de diamantes, manipulação de cargos públicos e perturbação do sossego dos povos. Ouvidor e vigário-geral se colocaram em campos opostos, um contra o outro. A inconfidência de Sabará repercutiu por toda a Capitania. O conflito envolvia também a figura de Manuel Figueiredo de Sá e Silva, juiz de órfãos e ausentes. Desentenderam-se as elites do Sabará. Manoel de Figueiredo de Sá e Silva havia sido feito prisioneiro em Sabará e convocado para depor na capital Vila Rica, com o propósito de detalhar o teor dos crimes de inconfidência e seus autores. Apressou-se o próprio ouvidor José de Goes em evitar o depoimento,

²⁹ - CATÃO, Leandro Pena, obra citada, 2007, p. 673-674; VICENTE, António Pedro, *Marquês de Pombal: um governante controverso*, Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas, janeiro-junho nº 15-16, ano 2003, p. 17-21.

recusando-se a enviar o prisioneiro à capital, temeroso do resultado que certamente o comprometeria. De Lisboa veio a ordem de se ‘conhecer daqueles delitos’, ordenando a abertura da devassa e desde logo se determinou a condenação de Manuel Figueiredo. Seguiu-se, por iniciativa do ouvidor, astutamente, escancaradas ameaças às testemunhas. Foram espalhadas cartas fabricadas, a fim de se criar a impressão de que o povo estivesse sedicioso. O ouvidor fez mais, abriu, ele próprio, uma devassa concorrente em Sabará com muitas prisões. Estabeleceu-se uma desordem generalizada. Foi rápida a reação da população, com apresentação de pomposa representação em Vila Rica contra o ouvidor, acusando, também, os crimes do vigário-geral. A representação era assinada por trinta pessoas dentre os próceres da comarca, incluindo-se eclesiásticos, militares e bacharéis. Antônio de Noronha, militar de carreira, assumindo o governo da capitania em 13 de dezembro de 1774, cumprindo ordens acelerou o processo. Os crimes se confirmaram e os culpados foram presos. A pedido de Pombal os condenados foram embarcados para Lisboa e os seus bens confiscados, incluindo-se peças de ouro e prata. Restabelecia-se a ordem na comarca de Sabará.³⁰

Ao lado dessas sedições que a história da Capitania identifica é preciso colacionar um outro acontecimento em si sedicioso, qual seja a criação de casas de fundição clandestinas, sem

³⁰ - CATÃO, Leandro Pena, obra citada, 2007, p. 686-688.

autorização, com a emissão inclusive de moedas falsas (não autorizadas). A criação das casas de fundição oficiais era uma imposição da Coroa, como método de controle do recolhimento do quinto, dificultando o tráfico e o contrabando do ouro em pó. Algumas dessas casas chegaram a funcionar, fraudando, por evidente, o recolhimento do imposto. A mais famosa delas se instalou na localidade de Paraopeba e, quando delatada, abriu-se processo do qual resultou prisão e degredo dos responsáveis. Houve outras casas de fundição não autorizadas. Noticia-se a sua existência nas matas do Piracicaba e nos limites da comarca do Rio das Velhas. Uma delas tornou-se famosa pela emissão não autorizada de moedas, que a oficialidade considerava moedas falsas e se localizava perto de ‘Itaubira do Campo’, hoje Itabirito, e teria resultado na denominação da conhecida ‘Serra da Moeda’.³¹

7 – O ‘Santo do Pau Oco’ na história da Capitania das Minas do Ouro.

³¹ - RENGER, Friedrich E., *Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos* – na obra *História de Minas – As Minas Setecentistas*, volume 1, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 103-126; MENEZES, Ivo Porto de, *A Casa de Moeda Falsa na Serra do Paraopeba*, Casa dos Contos – Revista do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, Julho de 2007, ano I, nº 2, Ouro Preto, 2007, p. 36-46.

O ‘Santo do Pau Oco’ não é uma imagem, um santo, uma representação iconográfica apenas. É uma consagrada expressão popular, originária de uma prática furtiva, contravencional, malandra, esperta, identificando, assim, essas não-qualidades numa pessoa. A figura de linguagem, bem como as imagens construídas, veneradas e utilizadas para fins contravencionais (esconderijo e contrabando) na Capitania das Minas do ouro é que inspiraram a sua tomada como título e como tema, na sua identificação com a vida, com o proceder, com as práticas, com os levantes, com o comportamento enfim da gente que construiu a Capitania das Minas Gerais. Esse ‘Santo do Pau Oco’ é encontrado em cada passo e em cada evento dessa história. A expressão, ‘Santo do Pau Oco’ é daquelas que melhor incorpora e vivifica as figuras de linguagem literária da sinédoque ou metonímia aplicadas à vida daqueles mineradores. É preciso, para essa demonstração, garimpar a construção da figura.

7.1 – Origem e significados da expressão.

Na verdade, dizendo-se ‘santo’, o que da expressão ‘Santo do Pau Oco’ se extrai é exatamente a antítese da santidade. Da expressão se recolhe fina ironia ao dizer ‘santo’ a pessoa que passa

longe das virtudes da bem-aventurança.³² Sobre santidade, bem a descreve Tomás de Aquino, em sua Suma Teológica, demonstrando a tentação em relação às riquezas mundanas, seus atrativos e seu alto poder de corrupção das consciências (*‘tudo obedece ao dinheiro’* contém o Eclesiastes), para concluir que seria impossível que a bem-

³² - Na sua Suma Teológica, Tomás de Aquino, tratando dos atos humanos e das paixões da alma, na questão 2 trata da proposição: em que consiste [consistiria] a bem-aventurança, perguntando e respondendo: *‘parece que a bem-aventurança do homem consiste nas riquezas. 1. Com efeito, sendo a bem-aventurança o último fim do homem, ela consiste [consistiria] naquilo que ao máximo domina [dominaria] o afeto humano. Ora, no livro do Eclesiastes se diz ‘Tudo obedece ao dinheiro’. E ‘o avaro jamais se satisfaz [se satisfaria] com as riquezas’ Logo, a bem-aventurança consiste [consistiria] nas riquezas’* Prossegue com Boécio que reconhecia a bem-aventurança como *‘o estado perfeito da união de todos os bens’* e, em seguida, propõe sua resposta: *‘É evidente que a bem-aventurança do homem não pode estar nas riquezas naturais. Buscam-se essas riquezas em vista de outra coisa, para sustentar a natureza humana. Por isso não podem ser o último fim do homem, porque mais se ordenam ao homem como fim. Donde na ordem natural, todas elas estão abaixo do homem, e são feitas em vista dele, conforme o Salmo 8 ‘submetestes todas as coisas a seus pés’. (...) Logo é impossível que a bem-aventurança, que é o último fim do homem, esteja nas riquezas. AQUINO, Tomás de **Suma Teológica**, Edições Loyola, 2ª edição, São Paulo, 2009, volume III, seção I, parte II, questões 1-48, p. 47-48.*

A santidade tem sua matriz numa referência bíblica segundo a qual Deus é Santo. A Igreja Católica passou a celebrá-lo como ‘Santíssimo’ (proporcionando que as pessoas criadas à imagem e semelhança Dele pudessem vir a ser ‘santos’). *“Disse o Senhor a Moisés ‘Fala a toda a congregação de Israel e dize-lhes: santos sereis, porque eu, o Senhor vosso Deus, sou santo’”* (Levítico, 19-1-2)

aventurança, como último fim do homem, pudesse estar nas riquezas desse mundo. Entende-se por ‘santo’ a pessoa essencialmente pura, soberanamente perfeito. Aquele que vive conforme a lei de Deus ‘um santo homem’. Em torno do verbete foram sendo criadas expressões por si próprias autoexplicativas, mas sempre no sentido de identificar e qualificar a santidade: ‘vida santa’, ‘santo templo’, ‘campo santo’ (os cemitérios), ‘santo remédio’ (unguento eficaz no trato dos males do corpo), ‘santo padre’ (o papa), ‘terra santa’ (a cidade de Jerusalém), ‘santa família’ (a família de Jesus, José e Maria), ‘santo sepulcro’ (sepultura onde se depositou o corpo do Cristo crucificado), ‘dia santo de guarda’ (feriado religioso), ‘imagem do santo’ (imagem de barro ou de madeira representando aquele que canonizado pela Igreja Católica).

Considera-se ‘santo’³³ aquele que como tal é canonizado pela Igreja Católica Apostólica Romana, aquele que obteve no céu a recompensa prometida aos que observam os ensinamentos evangélicos, o eleito; aquele que vive conforme a lei de Deus; que inspira benevolência e piedade, bondoso; aquele que cumpre os seus

³³ - *Sanctitas e sanctitudo*: caráter augusto, sagrado, inviolável, piedade, santidade, inocência de costumes, moralidade, integridade, castidade, austeridade de estilo. *Sanctus*: participio passado de *sancio* sancionado: divino, venerável, santo, virtuoso, probo, puro, casto. *Sancta oratio* ‘linguagem elevada’. *Vir sanctissimus* ‘homem de rara probidade’. *Sanctae artes* ‘raras virtudes’.

deveres religiosos e morais, o virtuoso. É santo aquilo que se refere à religião ou ao rito sagrado; digno de respeito e veneração pelo seu caráter, talento, virtudes. Na linguagem comum o santo é aquela pessoa que não faz mal a ninguém, ingênuo, inocente, simples, benemerente, profícuo, útil, caritativo, esmolero, bondoso.

À margem dessas expressões e tomando a direção oposta, surgiram outras, dentre as quais a paráfrase ‘santo de casa não faz milagre’ (expressão para dizer que os valores de casa não são prestigiados); ‘devagar com o andor que o santo é de barro’ (expressão que, na verdade, quer recomendar cautela diante de uma necessária tomada de posição).

Como antônimo de tudo isto que representa o santo e a santidade, cunhou-se a expressão ‘santo do pau oco’ que, na linguagem geral, representa criatura travessa com aparência de quieta, pessoa sonsa, velhaquete, atribuída àquele que finge ser inocente, o dissimulado.

A Igreja Católica Apostólica Romana, diferentemente de outras igualmente cristãs, sempre prestigiou a relação dos fiéis com os seus santos. Há uma relação direta entre o fiel e o seu santo (o seu escolhido, o santo de sua devoção), numa relação sem intermediários. Os grupos de fiéis têm certa liberdade para escolher os santos de sua preferência, numa identificação entre a vida do santo e as necessidades ou crenças de cada região. O povo conhece os santos pelos seus atributos. O São Pedro, de quem próprio Cristo

disse *‘Tu és pedra e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja’*, fez-se primeiro papa, portanto, São Pedro detém a chave; São José tem o lírio (sinal de pureza); São Benedito e Santo Antônio carregam o menino Jesus; São Francisco tem nas suas mãos replicada as chagas do Cristo crucificado; Santa Luzia tem o prato com os dois olhos. O contato entre o santo e seu devoto é direto. A gente do povo deixa recados para o santo, dele carregando medalhas, santinhos e patuás. Era comum, nos tempos da capitania, como ainda hoje em alguns lugares ter-se, em casa, altares, ermidas ou oratórios do santo de devoção. Ao santo de sua predileção tudo se pede ou encomenda, chuva para a lavoura, cura para os males do corpo, luz para resolver as questões intrincadas e sorte nas conquistas da vida.

Abusando desse tipo de fé tão difundida como hábito arraigado em todas as comunidades da Capitania, com uma farta e variada santaria, imagens construídas de barro ou esculpidas em madeira, descobriu-se, nos idos do século XVII e daí para frente, o uso de imagens por contrabandistas, recheando o vazio das imagens esculpidas em madeira, seu interior vazado (oco), com ouro e pedras preciosas. O oco do santo era utilizado ainda para guardar, como inexpugnável esconderijo, as riquezas do dono da casa. Essa prática propiciava realmente o inusitado. Rezava-se ao pé do santo, em ato de fé, ao mesmo tempo que dele se servia para o contrabando, para o esconderijo, para uma inconfidência anônima contra a Fazenda Real da qual se sonegava a informação do ouro produzido (e

escondido). Ali se tinha, ao mesmo tempo, o santo preferido e um guarda valores. Autorizados literatos, dentre os quais Antônio Houaiss, Luiz da Câmara Cascudo e Carlos Galvão Krebs concluíram por essa disseminada prática não apenas em Minas Gerais, mas, também, no Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo e Rio Grande do Sul. A origem dessa prática, no entanto, não nasceu no Brasil. Dela se tem notícia no contrabando de metais e pedras preciosas e moedas entre Portugal e suas colônias. Em seu ‘Tesouro da fraseologia brasileira’ Antenor Nascentes mencionando Menezes de Oliva, chama a atenção para as imagens ocas que *‘vinham de Lisboa recheadas de dinheiro falso’*. Em Portugal fazia-se uso, também, de antiga expressão *‘santo de pau carunchoso’*. Carunchoso tem o significado de carcomido por carunchos, o que evoca alguém bonito ou virtuoso por fora, mas podre por dentro. Encontrar-se-á, também e com o mesmo sentido, o uso da expressão *‘santo de pau podre’*.³⁴

Dentre as conclusões que necessitam ser antecipadas está a de que o ‘Santo do Pau Oco’, enquanto imagem, enquanto expressão, enquanto ideia não nasceu por aqui, já existia em Portugal e era usado para a prática delituosa dos descaminhos e contrabandos. É, todavia, improvável que a construção do ‘Santo do Pau Oco’ tenha se inspirado na prática desses delitos. Na verdade, o trabalho de se retirar o cerne da madeira tinha por finalidade

³⁴ - <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras>.

diminuir o peso da imagem tornando menos penosa a sua remoção e, principalmente, o seu carregamento ou condução nas procissões e celebrações de época.

7.2 – O ‘Santo do Pau Oco’ na vida da Capitania.

Resumir a presença do ‘Santo do Pau Oco’ na vida da Capitania das Minas do ouro é trabalho facilitado a partir do testemunho que se recolhe dos escritos de Salomão de Vasconcellos que, como pesquisador, registrou sua experiência pessoal em visita pelos caminhos do Rio das Velhas e do Rio São Francisco. Conta o autor sobre a descoberta de escombros de uma antiga fortaleza existente às margens do Rio das Velhas, nas proximidades da fazenda do Jaguára. Tratava-se de um reforçado e avançado posto de interceptação de contrabando de ouro e diamante rumo ao rio São Francisco, de Minas para a Bahia e dali para outros pontos. Ali, segundo os registros, fazia-se uso *‘de artefatos adrede preparados e principalmente dos chamados santos do pau ôco, então muito em uso.’* Prosseguindo na sua excursão, Vasconcellos desceu o Rio das Velhas até o seu desemboque no São Francisco e fazendo pouso na localidade de Guaicuí, outrora próspero arraial, fundado em 1663 pelo baiano Antônio Guedes de Brito, após visitar antigos escombros, avistou-se com o vigário local que lhe exibiu belo crucifixo de marfim. Surpreso com a leveza da peça atendeu o visitante à recomendação do velho sacerdote e passando a mão pela

cabeça do Cristo deparou com uma discreta tampinha, também de marfim, que dava acesso ao espaço oco da imagem. Era o que restava da história da Capitania naquele perdido entreposto, onde se embarcava uma santaria que, na verdade, conduzia as riquezas do ouro em pó e do diamante mineiros em contrabando.

8 – Conclusões.

Para bem ajustar as conclusões finais, será necessário prosseguir em estudo, na análise da personalidade de vários dos atores com os quais a pesquisa deparou, desde os desbravadores que se fizeram mineradores, os agentes da Coroa portuguesa do vice-reinado cuja sede era o Rio de Janeiro, os ocupantes dos postos em chefe, governadores, ouvidores, generais-de-campos e todos os que, de alguma forma exerciam autoridade na Capitania, os religiosos³⁵,

³⁵ - Sobre a participação ativa dos religiosos na Inconfidência Mineira, bem anotou Maria de Lourdes Dias Reis: *'seria natural que os clérigos se envolvessem no movimento da Conjura Mineira. Eram pessoas intelectualizadas e ativas para a época, em comparação com o homem mediano do momento. Estudaram em seminários, considerados os centros de educação mais avançados e respeitados. Alguns tiveram ainda oportunidade de passar por universidades europeias, completamente sintonizadas com o ideário iluminista, que impregnava a mente da classe burguesa. Vários deles eram possuidores de vastas bibliotecas, guarnecidas de obras de peso de filósofos, desde os clássicos aos avançados iluministas. Não estavam satisfeitos com o poder reinante na ocasião, nem com a opressão ditada pelo fisco e, muito menos com a falta*

tonsurados ou não, os intelectuais, os mascates, a gente comum, os escravos e os libertos. Esta será a fase próxima da pesquisa, uma vez que, como anunciado, este é apenas um ensaio introdutório a respeito do tema.

A figura do ‘Santo do Pau Oco’, não a localização da imagem, mas o uso da expressão, o comportamento e a personalidade daquela gente, foi criada para dizer o contrário do que seja santidade, com ela se quer demonstrar exatamente o antônimo da bem-aventurança de São Tomás de Aquino, o não-santo; e os atores da epopeia que representou a descoberta, a conquista e a exploração das riquezas minerais da Capitania do Ouro dão foros de realidade a essa criação.³⁶ Nos atos e comportamentos próprios e típicos da vida da Capitania, com seus levantes, sedições e

*de liberdade de pensamento, expressada pela ausência de imprensa na colônia, bem como a proibição da entrada de livros.’ REIS, Maria de Lourdes Dias. **As negras batinas da conjura de Minas**, 3i Editora Limitada, Belo Horizonte, 2018, p. 18-20.*

³⁶ - Os aventureiros que se propunham a se mudar para as minas não eram, de fato, pessoas cercadas por escrúpulos. Fraseado que se atribui a escritos de Antonil (André João Antonio, jesuíta, 1711) fere o ponto: ‘*O que passou a serra da Amantiqueira aí deixou dependurada ou sepultada a consciência (Antonil, 1711) (p. 519) VAINFAS, Ronaldo, **Sodomia, amor e violência nas Minas Setecentistas**, na obra **História de Minas – As Minas Setecentistas**, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, 519.*

inconfidências, percebe-se que a personalidade daquela gente era marcada pela constante dissimulação de atos entre os próprios e em relação às autoridades que, por sua vez, não agiam de forma diferente. O fingimento, a tolerância de práticas sediciosas, tudo era muito próprio dos chamados ‘santos do pau oco’. Dessa classificação não escapam as autoridades civis e eclesiásticas³⁷, os inconfidentes³⁸ anônimos ou conhecidos, os mineradores, a gente livre e os escravos, todos.

³⁷ - Para além da participação ativa dos integrantes do clero nas sedições e inconfidências, quanto aos atos religiosos, transcreve-se de Laura de Mello Souza, a respeito das procissões solenes na capitania: *‘O Triunfo Eucarístico’ retrata muito bem o estado de euforia da sociedade mineradora numa festa ‘mais de regozijo dos sentidos do que propriamente de comprazimento espiritual’. O que está sendo festejado é antes o êxito da empresa aurífera do que o Santíssimo Sacramento, e nessa excitação visual caracteristicamente barroca, é a comunidade mineira que se celebra a si própria, esfumaçando, na celebração do metal precioso, as diferenças sociais que separam os homens que buscam o ouro daqueles que usufruem do seu produto.’* SOUZA, Laura de Melo, obra citada, 1981, p. 37.

³⁸ - Com relação ao comportamento social dos inconfidentes não se recolhe, propriamente, vida exemplar de qualquer deles. Foi o que anotou João Pinto Furtado: *‘no plano da moralidade sexual, muitos dos inconfidentes desenvolviam práticas pouco cristãs, pequenos pecadilhos e ‘desordens’ de toda natureza, relativamente comuns à época, mas inaceitáveis para a vertente historiográfica regionalista mineira. Cláudio sempre vivera com uma escrava que lhe deu cinco filhos. Rolim levava, publicamente, vida inteiramente dissoluta para um padre: já havia constituído extensa família por ocasião do degredo e, após sua volta, apressou-se em reconstituir as relações anteriores. Outros prelados sobre*

Sendo esta uma conclusão geral, apontando a face desprovida de nobreza daquela sociedade colonial, é preciso, também a título de conclusão, trazer a texto que, no conjunto, as dificuldades vivenciadas, a luta pela sobrevivência, os conflitos permanentes, os ensinamentos da fé no sincretismo de uma reza e de um pecado, tudo praticado num mesmo tempo, diante de um santo e com a cumplicidade de sua imagem, ajudaram a construir a personalidade do mineiro, atento e astuto, desconfiado (diz-se que o mineiro trabalha em silêncio), resiliente e conspirador, inteligente e trabalhador, inquieto; são valores e traços que mais tarde seriam identificados numa palavra que só cabe e só diz respeito à gente de Minas: a mineiridade.

os inconfidentes de Minas nos dizem que, em outubro de 1788, estando vários deles presentes ao batizado do filho do Coronel Alvarenga Peixoto em casa do Padre Toledo, cada um teria saído, após a cerimônia 'com uma mulher pelo braço pela rua afora'. A expressão é indicadora de certo escândalo mais pela publicidade do ato que pela demonstração de desprezo pelos valores 'cristãos' envolvidos no batizado. De fato, o alferes Tiradentes andava em casa de prostitutas, moças às quais o alferes alardeava as vantagens da nova ordem em verdadeira bravata.'
FURTADO, João Pinto, ***A Inconfidência Mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime?***, na obra ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 632-633.

9 – Referências e fontes bibliográficas.

ANASTASIA, Carla Maria Junho, **Introdução e Um exercício de auto-subversão: rebeldes facinorosos na Sedição de 1736 - A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII**, na obra **História de Minas – As Minas Setecentistas**, volume 1, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 525-527 e p. 567-584.

AQUINO, Tomás de, **Suma Teológica**, Edições Loyola, 2ª edição, São Paulo, 2009, volume III, p. 1-48.

BOSCHI, Caio César, **Irmandades, religiosidade e sociabilidade** na obra **História de Minas – As Minas Setecentistas**, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 59-75.

BRANDÃO, Fernando Antônio Xavier, **Sabará e o quinto do ouro**, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, volume nº XXV, Belo Horizonte, agosto de 2004, p. 302-329.

BRASIL, Ministério da Cultura, Estado de Minas Gerais, Anglo Gold Ashanti, S. A. Estado de Minas 90 anos, **Ouro de Minas – 300 aos de História**, Empresa das Artes, Fábio Ávila, Editor, (sem a informação do ano).

BURTON. Richard, ***Viagem do Rio e Janeiro a Morro Velho***, Livraria Itatiaia Editora Ltda., Editora da Universidade de São Paulo, volume 36, Belo Horizonte, 1976.

CATÃO, Leandro Pena, ***Inconfidênci(s), jesuítas e redes clientelares nas Minas Gerais***, na obra ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 669-689.

CAMPOS, Adalgisa Arantes, ***Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco das Geraes***, na obra ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 381-425.

CHICO, Frei, Francisco van der Poel, ***Dicionário da religiosidade popular – Cultura e Religião no Brasil***, Editora Nossa Cultura, Curitiba, 2013, verbetes.

COELHO, Beatriz, QUITES, Maria Regina Emery, ***Estudo da escultura devocional em madeira***, Editora Fino Traço, 1ª Edição, Belo Horizonte, 2014.

FERNANDES, Orlandino Seitas, ***Aspectos estilísticos da estatuária religiosa no século XVIII em Minas Gerais***, <http://www.grupooficinaderestauero.com.br/publicacoes/aspectos-estilisticos-da-estatuaria-religiosa-no-seculo-xviii-em-minas-gerais.html>.

FILGUEIRAS, Carlos A. L., ***A Ciência e as Minas Gerais do Setecentos*** na obra ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 159-185.

FIGUEIREDO, Darcy Duarte de, ***Documentos em defesa da memória do caluniado Barão de Catas Altas*** (inédito).

FONSECA, Alexandre Torres, ***A Revolta de Felipe dos Santos***, na obra ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 1, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo- Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 549-566.

FURTADO, João Pinto, ***A Inconfidência Mineira: um novo tempo ou reedição dos motins do Antigo Regime?***, na obra ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 627-648.

FURTADO, Júnia Ferreira, ***O Livro da Capa Verde – o regimento diamantino de 1771 e a vida do distrito diamantino no período da Real Extração***, Unnablume, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012 (reimpressão).

GOMES, Laurentino, **1808 (como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil)**, Editora Planeta, São Paulo, 2007.

MARTINS, Tarcísio José, **Quilombo do Campo Grande – A História de Minas que se devolve ao povo**, Editora Santa Clara, Contagem, 2008.

MATOS, Raimundo José da Cunha, **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)**, volume 1, Livraria Itatiaia Editora Limitada, Belo Horizonte, 1981.

MATOS, Raimundo José da Cunha, **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)**, volume 2, Livraria Itatiaia Editora Limitada, Belo Horizonte, 1981.

MENEZES, Ivo Porto de, **A Casa de Moeda Falsa na Serra do Paraopeba**, Casa dos Contos – Revista do Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, Julho de 2007, ano I, nº 2, Ouro Preto, 2007.

NASCENTES, Antenor, **Tesouro da fraseologia brasileira**, Editora Nova Fronteira, 3ª Edição revisada por Olavo Anibal Nascentes, Rio de Janeiro, 1986.

NEMER, José Alberto, **A mão devota – Santeiros populares das Minas Gerais nos séculos 18 e 19**, Editora Bem-Te-Vi, Rio de Janeiro, 2008.

PAULA, João Antonio, ***A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII***, na obra ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 1, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Caminho do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 279-301.

PAULA, Rodrigo Teodoro de, ***A memória sonora***, na obra ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 451-473.

PEIXOTO, Gilberto Madeira, ***Termo de criação da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará***, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, XXXV, 2011, p. 31-39.

RABÊLO, José Maria, PAULA, João Antônio de, DIAS, Fernando Correia, FARIA, Ricardo de Moura, ***História Geral de Minas – da chegada dos primitivos habitantes 12 ou 1 mil anos atrás, até os dias atuais***, Livraria & Editora Legraphar, Ouro Preto, 2018.

REIS, Liana, VALADARES, Virgínia, ***Mineiridade: identidade regional e ideologia***, Cadernos de História, Belo Horizonte, volume 9, nº 11, 1º semestre, 2007, p. 89-97.

REIS, Liana, VALADARES, Virgínia, ***Capitania de Minas em Documentos***, Editora C/Arte, Belo Horizonte, 2012.

REIS, Maria de Lourdes Dias. ***As negras batinas da conjura de Minas***, 3i Editora Limitada, Belo Horizonte, 2018.

RENGER, Friedrich E., ***Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos*** – na obra ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 1, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 103-126.

RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, (organizadores), ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 1, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007.

ROMEIRO, Adriana, ***A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações***, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, em ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 1, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 529-548.

SANTOS, Márcio Vicente Silveira, ***Tiradentes em Sete lagoas (Um mergulho na História que inscreve a Cidade no cenário da Inconfidência Mineira)***, Editora Kosmos, Sete Lagoas, 2010.

SILVA, Dario A. F. da, ***Memória Sobre o Serro Antigo***, Tipografia Serrana, cidade do Serro, 1928.

SILVA, Flávio Marcus da, ***O Senado da Câmara e o pequeno comércio nas Minas setecentistas***, Oficina do Inconfidência, Museu da Inconfidência revista de trabalho, Ouro Preto-MG, ano 4, nº 3, dez. 2014, p. 161-179.

SOUZA, Laura de Mello, ***Desclassificados do Ouro – A pobreza mineira no século XVIII***, Editora Graal, 4ª edição, Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves, ***O Descobrimento e a colonização portuguesa no Brasil***, Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 2000.

TOSTO, Ricardo, GUILHERME, LOPES, Paulo Guilherme, ***O Processo de Tiradentes***, Conjur Editorial, www.editoraoutraspalavras.com.br, São Paulo, (sem identificação do ano).

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – Comarcas de Minas – 1711-2014, Memória do Judiciário Mineiro, organizado por Lúcio Urbano Silva Martins e Rosane Vianna Soares, Belo Horizonte, 2016, p. 210, 380, 441.

VAINFAS, Ronaldo, ***Sodomia, amor e violência nas Minas Setecentistas***, na obra ***História de Minas – As Minas Setecentistas***, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo, Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 519-530.

VASCONCELOS, Agripa, **Gongo Soco**, Editora Garnier, Belo Horizonte, 2020.

VASCONCELLOS, Salomão de, **Fortaleza no Rio das Velhas (Santos de pau ôco e o contrabando do ouro)**, Revista de História, XXIX, nº 59, julho-setembro, São Paulo, 1964.

VICENTE, António Pedro, **Marquês de Pombal: um governante controverso**, Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas, janeiro-junho nº 15-16, ano 2003, p. 17-21.

VILLALTA, Luiz Carlos, **A Igreja, a sociedade e o clero**, em **História de Minas – As Minas Setecentistas, História de Minas – As Minas Setecentistas**, volume 2, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 24-57.

VILLALTA, Luiz Carlos e BECHO, André Pedroso, **Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira**, em **História de Minas – As Minas Setecentistas**, obra organizada por RESENDE, Maria Efigênia Lage, VILLALTA, Luiz Carlos, Editora Companhia do Tempo - Autêntica, Belo Horizonte, 2007, p. 558-566.

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José C. M., **Formação do Brasil Colonial**, Editora Nova Fronteira, 5ª edição, Rio de Janeiro, 2012.

WILCKEN, Patrick, **Império à Deriva – A Corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821**, Editora Objetiva, tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, 2004.



DIA DE MINAS – DADOS DA FUNDAÇÃO DE MINAS GERAIS

Doutor José Benedito Donadon-Leal*
Membro da Academia Marianense de Letras

Para demonstrar as razões que levaram o professor Roque Camêllo, em 16 de julho de 1977, a propor na Casa de Cultura, Academia Marianense de Letras, a instituição do Dia de Minas Gerais, é importante levantar as razões históricas de sustentação da primazia de Mariana como marco de origem e existência legal do território mineiro. Um mês depois, Waldemar de Moura Santos publica artigo no jornal Estado de Minas, abordando o tema. Os deputados Jésus Trindade, Domingos Lanna, Agostinho Patrus e outros apresentaram em 1979 Projeto 180/79, declarando o 16 de julho como o Dia do

Estado de Minas Gerais, que aprovado no mesmo ano, tornando-se a Lei 7.561/79, sancionada pelo governador Francelino Pereira em 10 de outubro de 1979. A luta dos intelectuais marianenses, liderados por Roque Camêllo, não se encerra aí. Em 21 de setembro de 1989 é promulgada a nova Constituição de Minas Gerais, editando em seu Título V, das Disposições Gerais, o Art. 256 que torna constitucional o Dia do Estado de Minas Gerais, a Semana de Minas Gerais e a transferência simbólica da Capital do Estado para Mariana no dia 16 de Julho, marcando assim, definitivamente a conquista desses bravos defensores do reconhecimento de Mariana como primaz de Minas Gerais.

Assim, trago neste texto uma exposição sobre as fontes documentais disponíveis, para a comprovação daquilo que serviu de base para a instituição do dia de Minas Gerais e da Semana de Minas Gerais, e reconhecimento irrefutável de Mariana como o primeiro arraial, a primeira vila, a primeira cidade e a primeira Capital deste Estado.

Recorro à publicação magnífica editada pelo Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, em dois volumes, do Termo de Mariana – história e documentação (Volume I em 1998 e Volume II em 2004). Os trabalhos de pesquisa nos arquivos históricos, de transcrição e fac-símiles de documentos, especialmente do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, demonstram que todo ritual de formação de um povo, de um arraial, de uma vila, de uma capital, enfim, de um povo, foi cumprido pelos pioneiros que assentaram lugar às margens do Ribeirão do Carmo. Não se trata de algum vestígio de passagem de algum bandeirante, mas de apresentação de documentos que testemunham o

nascimento de uma sede de governo. Para qualquer fim, histórico ou simplesmente comemorativo, a implantação de uma ordem administrativa e jurídica é o que conta e o que deve ser considerado. A implantação dessa ordem administrativa e jurídica de Minas Gerais se deu primeiramente em Mariana.

Por outro lado, recorro também à história atual, viva, da Câmara Municipal de Mariana, que não só é guardiã da memória de Minas Gerais, que continua a produzir essa história. É necessário relatar mais um episódio relevante da história de Minas Gerais, ocorrido no último 13 de março de 2006, em que o professor Roque Camêllo, presidente da Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes e Vice-Prefeito de Mariana, num pronunciamento memorável, conclamou os edis daquela casa a se posicionarem em defesa do Dia de Minas, uma vez que não se pode apagar da história a documentação comprobatória do surgimento de Minas Gerais, inclusive em suas instâncias administrativa e jurídica, através de Carta Régia, assinada por Dom João V. Mas, pede aos vereadores que não se pode esquecer de que a Semana de Minas Gerais, conforme dita a Constituição Estadual, é para ser comemorada em todo o Estado, não só em Mariana. Acrescenta ainda que Mariana, a primeira capital de Minas Gerais de fato e de direito, precisa solidarizar-se com as reivindicações do Norte de Minas Gerais, especialmente com as de dar atenção política àquela região mineira. Reitera o acadêmico que a primeira capital de Minas Gerais, a URBS MEA CELLULA MATER, portanto, não é uma ficção discursiva, é uma realidade documentada, viva e motivo de orgulho a todos os mineiros, não só aos marianenses, pois soube registrar a sua história e, mais que isso, sabe preservar a sua memória e sabe se renovar na construção de uma história que se eterniza nas suas realizações atuais.

Requerem destaques dois textos publicados no Termo de Mariana – história e documentação, Vol. I. O primeiro é “O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações”, de Cláudia Damasceno Fonseca (pág. 27 a 66) e o segundo é “A Leal Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo”, de Íris Kantor (pag. 147 a 153).

O itinerário histórico esboçado no texto de Fonseca traça pormenores da criação do arraial que se forma aos arredores da simples cruz de madeira e da rústica capelinha dedicada à Nossa Senhora do Carmo, consagrada pelo capelão Francisco Gonçalves Lopes, da bandeira de Miguel Garcia e do Coronel Salvador Fernandes Furtado, os descobridores do rio rico em ouro, como “símbolo da sacralização, do domínio, da posse de um território antes considerado profano, porque desconhecido.” Em 1698, Salvador Furtado solicita ao Bispo do Rio de Janeiro a criação de paróquia na capela do Carmo, solicitação atendida por aquele bispado em 1701, com a nomeação do primeiro pároco, o padre Manuel Brás Cordeiro. Esse evento histórico representa o batismo institucional de Minas Gerais, uma vez que nesse território há uma instância oficial da igreja católica, acontecimento que marca a disposição de se obter o reconhecimento da existência de um grupo social organizado disposto a consolidar-se naquele espaço e não apenas de um aglomerado ocasional ou de passagem.

Conforme atestam os termos oficiais, diz Kantor no Termo de Mariana – história e documentação, Vol. I, pág. 147, “a Capitania do Rio de Janeiro foi desmembrada, criando-se a Capitania de São Paulo e Minas Gerais”. É no ano de 1711, no entanto, que o Arraial do Carmo foi elevado à categoria de Vila. Destaca ainda Kantor, que “a definição do termo, a

delimitação do rossio, a construção de um lugar para o funcionamento da Câmara e Cadeia, a ereção do pelourinho e a adequada conservação da igreja matriz (...) deveriam ser financiados pelos próprios moradores que concorriam ‘conforme suas posses para tudo o que fosse necessário’”. Além disso, atesta ainda que a eleição dos vereadores ocorreu “três meses após a ereção da Vila de Nossa Senhora do Carmo de Albuquerque, com todas as liturgias políticas que tais cargos demandavam: processo eleitoral com lista tríplice válida por três anos, cerimônia de posse e juramento público”. Primeiro Termo da formação jurídica de Minas Gerais produzido em Mariana.

Termo 01.

Termo de uma Junta que fez no Arraial do Ribeirão do Carmo o Senhor Governador e Capitão Geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para se haver de levantar no dito Arraial uma das Vilas que Sua Majestade tem ordenado se erijam nestas Minas.

Aos 08 dias do mês de abril de mil setecentos e onze, nas casas em que mora o Senhor Governador e Capitão Geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, acham-se presentes em uma junta geral, que o dito Senhor ordenou para este mesmo dia, as pessoas e moradores principais deste distrito do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, lhes fez presente o dito Senhor que na forma das ordens de Sua Majestade que Deus guarde tinha determinado levantar uma Vila neste dito distrito, e Arraial, por ser o sítio mais capaz para ela, e que como para esta se erigir era somente e preciso recorrerem os ditos moradores para a fábrica de Igreja, elevando Câmara e Cadeia, como era estilo e pertencia a todas as Repúblicas, deviam eles ditos moradores, cada um conforme suas posses, concorrerem para o dito efeito com que aquele zelo e vontade que esperava de tão bons vassallos do dito senhor, e assim deviam neste particular dizer o que entendiam, sujeitando-

se a viverem com aquela boa forma a que são obrigados. O que foi visto e ouvido por todos eles, uniformemente ajustaram e concordaram que eles desejavam viver neste distrito com Vila e forma de República, sujeitos às leis e justiças de Sua Majestade que Deus guarde e como leais vassallos concorrerem, conforme suas posses, para tudo que fosse necessário para se levantar a Vila neste distrito e Arraial de Nossa Senhora do Carmo, por ser a mais capaz, e assim ajudariam para se fazer Igreja, Casa da Câmara não só os presentes, mas também todos os mais da jurisdição deste distrito, a que não deviam faltar fiados, em que Sua Majestade que Deus guarde lhe ponha também aquela boa forma de justiça a que desejam viver sujeitos, e da mesma parte esperavam dele Senhor Governador que em tudo os ajudasse e protegesse e advertisse para que com todo acento se igualassem os seus procedimentos às obrigações de vassallos, e de como todos nosso sobredito convieram, assinaram aqui comigo, Manuel Pegado, secretário deste governo que escrevi este termo por ordem do Senhor Governador e Capitão Geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. (Seguem mais 35 assinaturas de moradores)

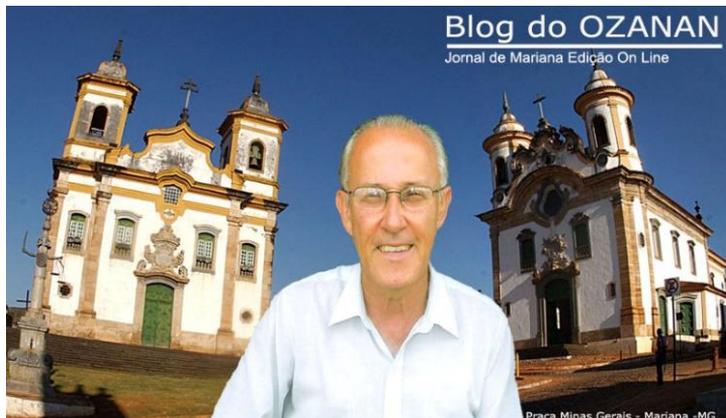
Fica demonstrado que a Junta Geral reunida em 08 de abril de 1711 foi convocada pelo governador e Capitão Geral. Portanto, há, por certo, um documento anterior de nomeação desse governador, para o qual foi dada uma casa no Arraial do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Dom João V já reconhecia, então a existência desse arraial, e determina ao governador a convocação dessa junta para que consigam meios para ereção de uma Vila, com Igreja, Câmara e Cadeia. Assim como a Carta de Caminha documenta a chegada da frota de Cabral às terras brasileiras e dá notícias dessa chegada ao Rei de Portugal, esse Termo documenta a aceitação dos moradores do arraial do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo

em levantar Vila e de viver sujeitos às leis da Coroa Portuguesa, sob ordens do governador ali instalado. Essa disposição, esse desejo e esse compromisso assinado nesse Termo constituem a marca inicial da formação jurídica de Minas Gerais. Um empreendimento foi instituído nessa data, nessa reunião da Junta e dele a Vila se tornou realidade. Dom João V, por sua vez, só tomou a decisão de ordenar a ereção da Vila porque tinha boas notícias do Arraial, com as quais pode concluir que os moradores se haviam fixado no local, com desejo de se perpetuarem com a formação de famílias, com paróquia já constituída desde 1701, portanto com dez anos, aos olhos do Rei, já consolidada. O Rei tinha certeza de que não se tratava de um grupo em busca de ouro, de apenas uma bandeira à procura de riqueza. Havia ali um lugar habitado, capaz de abrigar um governador que garante a ordem jurídica da Coroa.

Não há dúvida, atestam os documentos oficiais sob guarda do arquivo da Câmara de Mariana: Minas Gerais nasceu em Mariana.

José Benedito Donadon-Leal: Vice-presidente da Casa de Cultura - Academia Marianense de Letras. Professor emérito da UFOP. Diretor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFOP. Pós-Doutor em Análise do discurso pela UFMG e Doutor em Semiótica pela USP. 22 livros publicados. Membro da Academia Marianense de Letras, da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, da ALACIB-MARIANA, Presidente da Comissão Editorial da Aldrava Letras e Artes. Membro Honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa. Casado com a escritora e artista plástica, Andreia Donadon Leal.

Bastidores do Dia de Minas Gerais



Ozanan Santos- Membro da Academia Marianense de Letras

Data constitucional

Em 1º. 02.1989, em nome da Casa de Cultura de Mariana – Academia Marianense de Letras e do município de Mariana, o Professor Roque Camêllo compareceu ao plenário da Constituinte Mineira e apresentou uma proposição no sentido de que fosse o 16 de Julho – Dia do Estado de Minas Gerais – declarado data cívica constitucional, requerendo ainda que, nesse dia, a Capital do Estado fosse transferida

simbolicamente para Mariana e a semana em que recaísse a data constituísse período de celebrações cívicas denominando-se Semana de Minas. Em 21.09.1989, é promulgada a nova Constituição do Estado de Minas Gerais, editando em seu Título V, das Disposições Gerais, o artigo 256 que reproduz a proposta apresentada em 1º. 02.1989.

Em 12.09.1995, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, sancionou a Lei federal nº 9.093, que dispõe sobre feriados civis. No seu artigo 1º, são considerados feriados civis os declarados em lei federal e a data magna do Estado.

Devido a essa lei federal, em 16 de julho de 1996, quando Mariana completou o tricentenário de sua fundação, o Dia do Estado Minas Gerais foi comemorado pela primeira e última vez num feriado estadual. Além de causar inveja às cidades históricas vizinhas, o feriado estadual desagradou a Câmara de Diretores Lojistas de Belo Horizonte que alegou o estúpido argumento de que o feriado estava causando prejuízo econômico ao povo e aos cofres públicos. Na ocasião, até o então prefeito de Mariana foi contra o feriado estadual só por que a ideia do Dia de Minas partira de um adversário político dele.

Emenda Constitucional

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais - pressionada pelos inimigos políticos de Mariana, como os prefeitos de cidades históricas vizinhas, que não suportavam a ideia de o Dia de Mariana e de Minas ser feriado estadual – tentou transferir a comemoração do Dia de Minas Gerais para Ouro Preto, no dia 21 de abril, Dia de Tiradentes. Esta proposta indecente causou indignação à população de Mariana, levando

a Câmara Municipal a lançar uma moção de repúdio à ideia do deputado Sebastião Navarro, autor da emenda constitucional.

Para não descumprir a lei federal que estabelece que seja feriado estadual a data magna do Estado, os deputados estaduais usaram um ardil semântico: transferiram para o dia 21 de abril a data magna do Estado. Com isso Mariana ficou sem o feriado, mas não perdeu o Dia do Estado de Minas Gerais. A salomônica emenda constitucional ficou assim redigida.

Artigo 256 – É considerada data magna do Estado o dia 21 de abril, Dia de Tiradentes, e Dia do Estado de Minas Gerais, o dia 16 de julho. (Redação alterada pela Emenda à Constituição 22, de 03.07.97).

§ 1º - A Semana em que recair o 16 de julho constituirá de celebrações cívicas em todo o território mineiro, sob a denominação de Semana de Minas. (Redação alterada pela Emenda à Constituição 22, de 03.07.97).

§ 2º - A Capital do Estado será transferida simbolicamente para a cidade de Ouro Preto no dia 21 de abril e para a cidade de Mariana, no dia 16 de julho. (Redação alterada pela Emenda à Constituição 22, de 03.07.97)

Desde o ano passado até hoje, a cidade de Matias Cardoso, por intermédio de uma deputada estadual de Montes Claros, está insistindo na esdrúxula, ridícula e eleitoreira forma de comemorar alternadamente o Dia de Minas da

seguinte maneira: um ano lá e outro cá. Como Minas Gerais tem 853 municípios já pensou se a moda pega?

Como se vê, a manutenção do Dia de Minas Gerais, data muito importante para o prestígio político de Mariana, não tem sido uma tarefa fácil para os seus autores e idealizadores. Várias tentativas já foram feitas para sabotar essa gloriosa e pioneira conquista marianense, que os outros municípios, invejosos e sem nenhuma criatividade, tentam copiar. Uma vergonha!

Em sinal de protesto contra essa proposta indecente dos deputados estaduais de reformar a Constituição mineira apenas para prejudicar Mariana, na época, eu escrevi um artigo no jornal “Estado de Minas, de 11.09.1996, o qual eu transcrevo abaixo.

OS COMERCIANTES E O DIA DE MINAS

Causou repercussão desfavorável em lideranças isoladas do comércio a lei federal 9.093 sancionada pelo presidente da República instituindo como feriado estadual a data magna do Estado de Minas Gerais. Ao contrário do que pensam alguns dirigentes comerciais, o Congresso Nacional aprovou a lei exatamente para coibir a plethora de decretação de pontos facultativos que, na realidade, são disfarçados feriados criados pelas administrações estaduais.

Foi em decorrência desse número elevado de recessos clandestinos que, de fato, prejudica a atividade econômica da nação, que o então presidente da República houve por bem limitar a instituição do feriado estadual somente à data magna de cada Estado da Federação. Inconcebível numa democracia como a nossa, que consagra pluralidade religiosa, é o Poder Civil ainda decretar vários

feriados religiosos. Aliás, até a própria Igreja Católica, com inteligência e realismo, à exceção da sexta-feira da Paixão e Natal que são comemorações universais, já transferiu todas as

cerimônias de suas grandes festas litúrgicas, que caem durante a semana, para o domingo mais próximo, contribuindo assim para a racionalização dos feriados.

Na hierarquia das datas históricas, no plano nacional, jamais haveria o 15 de novembro, Proclamação da República, se não houvesse o 7 de setembro, Independência do Brasil. Da mesma maneira, no plano estadual, o 21 de abril, Inconfidência Mineira, jamais seria comemorado se não existisse o Dia de Minas, 16 de julho, data de fundação do Estado de Minas Gerais. As datas de 16 de julho e 7 de setembro, principais, são causas e o 21 de abril e 15 de novembro, acessórias, são meramente efeito delas.

Daí a conclusão: mudar a comemoração do Dia de Minas Gerais para o dia 21 de abril, como proposto por alguns dirigentes lojistas seria uma ideia absurda, uma verdadeira inversão hierárquica de datas históricas, sobretudo uma demonstração de falta de cultura.

Ao invés de combater a data de 16 de julho, Dia de Mariana e do Estado de Minas Gerais, aqueles empresários de comércio lojista deveriam pressionar os governos dos Estados para acabar com o abuso de pontos facultativos e recessos brancos que provocam as famosas “pontes” que levam ao “feriadão” de três a mais dias de recesso.

(Artigo com redação dada pelo art. 1º da Emenda à Constituição nº 89, de 7/12/2011.)

Art. 256 – São considerados:

I – data magna do Estado o dia 21 de abril, Dia de Tiradentes;

II – Dia de Minas o dia 16 de julho;

III – Dia dos Gerais o dia 8 de dezembro.

§ 1º – As semanas em que recaírem os dias 16 de julho e 8 de dezembro serão denominadas Semana de Minas e Semana dos Gerais, respectivamente, e constituirão períodos de celebrações cívicas em todo o território do Estado.

§ 2º – A Capital do Estado será transferida simbolicamente para a cidade de Ouro Preto no dia 21 de abril, para a cidade de Mariana no dia 16 de julho e para a cidade de Matias Cardoso no dia 8 de dezembro.

***Postagem no Blog do OZANAN em 23.11.2008**

Frederico Ozanan Teixeira Santos, marianense, advogado, funcionário aposentado do Banco do Brasil, membro da Academia Marianense de Letras e Membro do Conselho Consultivo da Casa de Cultura de Mariana – Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes. Foi editor de dois jornais impressos: “Jornal de Mariana” (1977 a 1981) e “Folha de Mariana” (1985 a 1990), onde sempre manteve as colunas “De Olho na Cidade”, “A Cidade Reclama” e a “Coluna do Ozanan”. O Blog do Ozanan é um espaço informativo e opinativo sobre fatos artísticos, culturais, históricos, políticos e sociais, inclusive sobre tudo aquilo que os jornais impressos aqui em Mariana não costumam informar nem opinar.

MARIANA, CIDADE DE PRIMAZIAS!



**Regina Almeida³⁹ - Membro da Academia Marianense de
Letras**

Mariana madruga na História de Minas como terra de muitos alvoreceres, onde quase tudo nasce ou se faz primeiro. É conhecida e reconhecida como a “cidade primaz”, título que lhe assenta bem e com muita justiça. Mariana é urbe veneranda

³⁹ Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; dos Institutos Históricos e Geográficos de Pitangui e de Pompeu; da Academia Feminina Mineira de Letras; da Arcádia de Minas; da Academia Marianense de Letras, e do Instituto Roque Camêllo.

pela fé, pela história, pela arte, pela cultura, das quais é a grande protagonista mineira.

Se do ponto de vista histórico-político-administrativo coube-lhe ser a primeira vila, a primeira capital e a primeira cidade, do ponto de vista da fé e da religião não lhe faltam primazias. Foi em Mariana que se deu o “primeiro ato formal de religião em Minas Gerais (...), na tarde de 16 de julho de 1696, ao assentar o Pe. Francisco Gonçalves Lopes (“o padre Canjica”) a pedra de ara do altar carmelitano, na primeira capela que o bandeirante Salvador Fernandes Furtado erguera junto ao seu descoberto do ouro. Era ao pé de uma fria corrente, que descia dos serros de Ouro Preto para o nascente: a partir daquele dia, teve o nome de Ribeirão do Carmo, pois o sítio era a futura cidade de Mariana”. (*José Ferreira Carrato em “As Minas Gerais e os primórdios do Caraça”, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963, p.55*).

E mais: A primeira edilidade surgida em Minas foi a de Mariana que ressuscitou em terras mineiras o espírito municipalista do direito romano que não desaparecera do direito português — o município governando-se a si próprio. Foi na terra marianense que teve lugar a primeira eleição democrática” de Minas, no dia 04 de julho de 1711, sob o governo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Eleitos, os integrantes da Câmara tomaram posse no dia seguinte, inaugurando-se, assim “um novo tempo no ordenamento jurídico e administrativo da região das Minas”.

Mariana foi a primeira vila de Minas a ter um “Juiz de Fora” — o Dr. Antônio Freire de Affonso Ozório — designado pelo Rei D. João V, em 1731, em atendimento à representação da Câmara da Vila do Ribeirão do Carmo” que, por mais de sessenta anos, ostentou em toda a Capitania, a exclusividade de ter um Juiz de Fora”.

Ainda: Mariana, sabemos com clareza e segurança documental, foi a primeira diocese de Minas, abrangendo quase toda área da então Capitania, e a primeira arquidiocese, sob o leme seguro, respectivamente, dos bispos Dom Frei Manoel da Cruz e Dom Silvério Gomes Pimenta. O primeiro, Dom Frei Manoel da Cruz, criou, em 1750, o seminário de Mariana, o primeiro e mais importante estabelecimento de cultura religiosa, de nível universitário, em Minas. Por ele, passou, praticamente, todo o clero mineiro do período colonial. Na condição de primeira diocese de Minas, Mariana foi também a primeira diocese do interior do Brasil.

Mariana teve (e tem) o primeiro órgão de Minas, o famoso *Arp Schnitger*, que aqui chegou, em 1752/1753, doado à diocese nascente por Dom João V. Por questões burocráticas e de distância, o órgão aqui chegou já no reinado de Dom José I. Resistindo ao tempo, e sobrevivendo graças às restaurações sucessivas, o órgão de Mariana continua servindo à Igreja e encantando-nos, graças ao talento dos/das organistas, quando

dos célebres concertos na catedral, nas manhãs de sextas-feiras e de domingos.

E mais ainda. Mariana tem a glória de ser a primeira cidade planejada de Minas. Mapa muito antigo, hoje no museu do Itamaraty, RJ, mostra-nos a planta da pequena cidade com ruas retas, dispostas vertical e horizontalmente, compondo o elegante xadrez do miolo atual do centro histórico. E muitos detalhes nele se observam: nas ruas e nas praças, igrejas e casas são posicionadas, graças a uma tentativa inicial de perspectiva; no entorno, veem-se os ribeirões de tanta história e riqueza com a indicação de pontes, bem como dos caminhos (estradas) de chegada e saída. Uma preciosidade documental de uma preciosa realidade!

Em Mariana, nasceu, viveu, profissionalizou-se na arte do douramento e da pintura, o alferes Manoel da Costa Ataíde, o primeiro grande pintor de Minas colonial. Contemporâneo e companheiro de empreitadas do Aleijadinho, Ataíde foi o mestre do pincel, inventor de “cores insabidas” em sua “valente pintura”, que embelezou, com cenas celestiais, o teto de quase 20 igrejas de Minas. Sua obra prima, o teto de São Francisco de Assis, de Ouro Preto, é criatividade e beleza pura! Coros de anjos músicos, mulatinhos de cabelos encarapinhados, acolhem, festiva e alegremente, a Madona, também mulata e, por muitos deles, conduzida aos céus. O cenário é tão belo quanto rico; e o conjunto, pleno de harmonia nas cores, nas formas, na composição, é inovador, mostrando

a mulatice que nascia vigorosa nas Minas Gerais, cheias de sedutoras escravas negras e apetitosos portugueses de linhagem branca. Foram modelos do mestre a mulata Raymunda do Carmo, sua companheira, mãe de seus filhos e, estes, os filhos, os modelos dos anjinhos mulatos do pintor. Ataíde “soube fazer primeiro”, belamente, sem ser desrespeitoso.

Em Mariana, foi instalado, em 1962, por obra e graça do saudoso bispo, Dom Oscar de Oliveira, o primeiro, o maior e o mais rico museu de arte sacra de Minas, que muito encanta e ilustra visitantes, turistas e estudiosos de arte, dando-lhes oportunidade de conhecerem e apreciarem seu fantástico acervo: bela e rica imaginária brasileira e portuguesa, pinturas de grandes artistas mineiros, ricas alfaias, incluindo belíssimos paramentos, precioso mobiliário dos antigos palácios episcopais, trabalhos artísticos em pedra sabão etc etc.

Em 1973, foi ainda Dom Oscar o criador do Museu da Música, o primeiro (e único até agora) do Brasil, já inscrito no Programa Memória do Mundo, da UNESCO, título correspondente a Patrimônio Cultural da Humanidade. O precioso acervo está reunido em grandes coleções temáticas, entre as quais partituras de canto gregoriano que datam desde a Idade Média até o pontificado de Paulo VI (1974); manuscritos de compositores mineiros dos séculos XVIII e XIX (cerca de 500) e composições de bandas de música dos séculos XIX e XX (cerca de 100 manuscritos). O museu

celebrou em 2013, seu jubileu de rubi (40 anos), com programação que incluiu várias expressões artísticas — música, canto, literatura — fazendo acontecer o 1º INTERARTE MARIANA.

MAIS primazias? Sem dúvida que sim. Há muitas outras, aqui não relacionadas, mas as já mencionadas justificam, com sobra, o título de “cidade primaz”, que tanto enobrece e, repito, tanta justiça faz à primeira capital de Minas.

Mariana é a nossa origem. A geratriz da heroica civilização mineira. É o nosso símbolo de fé, de arte, de civismo, de cultura. Os mineiros, temos o dever de conhecer Mariana, amar e respeitar sua história que é a história de Minas, a nossa história. Não nos basta orgulharmo-nos de suas primazias; antes, precisamos conscientizar-nos da sua importância e da responsabilidade que trazem para os habitantes, para os administradores da cidade e para nós, mineiros. São todas elas feitos, conquistas, avanços memoriais do passado. Marcam uma história de lutas, de glórias e de prestígio. Assinalam alvoreceres no campo da fé, da arte, da administração. Deixam claro o papel desempenhado pela Igreja, sobretudo o dos seus grandes bispos, na implantação de uma civilização cristã, rica em arte e cultura, o que lhe tem

valido outros títulos honrosos como “Cidade Episcopal”, “Roma de Minas”, “Célula Mater da Sociedade Mineira”.

Mariana não pode esquecer seus luminosos amanheceres culturais, clareando os caminhos de Minas para a fé, para a música, para as letras, enfim, para as artes e a cultura. Há que se lembrarem sempre os marianenses das ideias de liberdade, das expressões artísticas e culturais que aqui despontaram por primeiro e, por primeiro, se converteram em conquistas e avanços pioneiros, desde a época colonial, continuando no período imperial e chegando ao nosso tempo republicano.

O nosso compromisso — dos que nasceram, em Mariana, dos que em Mariana vivem e de todos os mineiros que não temos nenhum desses privilégios — há de ser o de ajudar Mariana a continuar, hoje como ontem, “Cidade de Primazias”!

Regina Almeida: Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; dos Institutos Históricos e Geográficos de Pitangui e de Pompeu; da Academia Feminina Mineira de Letras; da Arcádia de Minas; da Academia Marianense de Letras, e do Instituto Roque Camêllo.



Crônicas





MARIANA DA MINHA PERPÉTUA SAUDADE

**Danilo Gomes - Membro da Academia Marianense de
Letras**

“Minha mão conduz a pena ligeira
como o vento propício impulsiona o veleiro leve. (...) Meu
coração escorre pelo bico da pena. Faço reviver os meus
mortos com simplicidade, recordo tranquilo momentos de luto
e de mágoa.” (Augusto Frederico Schmidt, no livro de
memórias “O galo branco”.)

Nasci em Mariana em 1942. Um privilégio, uma
graça de Deus Nosso Senhor. A parteira foi Dona Amélia, que

conheci ainda em atividade. Era o dia 30 de dezembro, às 9 horas da manhã. Em casa de meus pais, Daniel e Dorita, na Av. Salvador Furtado, perto da Pensão Souza, de Dona Ritinha e Sô Altivo, dos quais me lembro com nitidez. Sobre aquele tradicional e famoso estabelecimento, o artista plástico e professor Eduardo Campos publicou precioso livreto intitulado “Histórias e causos da Pensão de Dona Ritinha”. O casal era muito amigo de meus pais e Dona Ritinha ia sempre lá em casa, para conversar e tomar café com queijo, brevidades e quecas, com minha mãe, na cozinha, bem à vontade.

Ter nascido e passado a infância em Mariana foi um lance de sorte do destino, digamos assim, e é uma sensação mágica, que o correr dos anos (e já são 77) vai aguçando, no meio de um doce brumado de lembranças.

Foi uma infância feliz, Deus louvado! Tive a sorte de ter duas excelentes professoras: Nívia Maria Santos (aulas particulares, no seu sobrado-solar da Rua Direita, ao lado da Sé) e Didina Vieira (no G.E. Dom Benevides).

Na Praça Dr. Gomes Freire (foi Prefeito, não era meu parente), conhecida por Jardim de Cima, com seu coreto e seu lago de peixes, eu e amigos brincávamos de faroeste, com revólver niquelado, pequeno (e com espoletas), como se fôssemos Roy Rogers, Hoppalong Cassidy, Joel Mc Crea, Tim

Holt, Charles Starret (que, todo de preto e com máscara negra, se transformava no heroico Durango Kid, o implacável Cavaleiro do Bem, a liquidar cruéis bandoleiros). Copiávamos, a nosso modo de fábula, no imaginário, o que víamos nos filmes do Cine Theatro Central, dos irmãos Tropia, que era o nosso Cinema Paradiso. Um dos meus companheiros de aventuras no “Velho Oeste” do Jardim de Cima era Jeronymo Wathos Mol Santos, filho de Dona Tancinha, moradora em casarão da praça, que fazia um inesquecivelmente saboroso e vistoso bolo grande de pão-de-ló, como nunca mais vi e saboreei igual.

Eu gostava de, cortando a Rua Direita à altura da casa do meu amigo Tasso Túlio Mol Muzzi, subir a ladeira que leva às igrejas do Carmo e de São Francisco e à então Prefeitura e Câmara Municipal. Para quê? Para ouvir o “canto” metálico da araponga da casa de Monsenhor Alípio. Aquele sonoro ruído parecia uma martelada. Sim, como se alguém malhasse a bigorna com um martelo. A araponga de Monsenhor Alípio (os mais velhos se lembram) era já um patrimônio da cidade, como a seriema rueira de Dona Ritinha.

No conto “Rikki- tikki-tavi” de seu “O livro da selva”, o escritor anglo-indiano Rudyard Kipling (que eu iria ler décadas depois) nos narra:

“A araponga é um pássaro que faz um barulho exatamente igual à batida de um pequeno martelo numa

panela de cobre, e faz isso porque é o arauto de todos os jardins na Índia e conta as novidades para quem quiser ouvir.”

Pois é, em Mariana, deliciosamente, a gente apurava os ouvidos entre a bigorna e a pancada do martelo ornitológico da hoje quase legendária araponga daquele largo, atualmente Praça Minas Gerais. E a tarde seguia lindamente azul no céu marianense da minha meninice. E tudo parecia durar para sempre, eternamente –até a araponga.

Minha infância terminou em março de 1953, quando fui estudar interno no Colégio Dom Bosco, em Cachoeira do Campo. Primeira calça comprida, a espartana disciplina clerical salesiana e o caricioso odor, o perfume arcádico e silvestre dos altos eucaliptos.

De outro companheiro de infância, que também já partiu (como Jeronymo), Roque Camêllo, não posso, não devo e não quero deixar de escrever nestas linhas de reminiscências.

Como se sabe, foi ideia de Roque José de Oliveira Camêllo, em 1977, a instituição do Dia de Minas Gerais, em 16 de julho, com base no dia de fundação da cidade de Mariana, primeira vila, cidade, comarca e capital de Minas e seu primeiro bispado.

No seu depoimento para o livro “O Roque Camêllo que eu conheci”, o ex-Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvenga (que foi colega de Roque, a

partir de 1º/ 3/1953, no Seminário Menor de Mariana),
escreve:

“Por ter nascido no berço de Minas Gerais, Roque conseguiu, por meio de lei sancionada em 19 de outubro de 1979 pelo Governador Francelino Pereira, tornar realidade seu ideal de criação do “Dia de Minas Gerais” a ser comemorado no mesmo dia do aniversário de Mariana. Conseguiu mais: em 1997, pela Emenda nº 22 à Constituição do Estado de Minas Gerais, o Governo de Minas continuasse a se transferir para Mariana no dia 16 de julho de cada ano.”

E arremata, emocionado:

“A fulgurante vida do meu colega de infância não se apagou em 18 de março de 2017, aos seus 74 anos de idade. Brilhará sempre !!!”

Roque Camêllo, sempre gentil e sumamente simpático, imantava das suas auras positivas aqueles que dele se acercavam, não distinguindo credo, raça, cor, ideologia, posição social. Fez uma legião de amigos.

Cumpramos aqui o trabalho persistente do ilustre historiador Waldemar de Moura Santos, primeiro Presidente da Academia Marianense de Letras-Casa de Cultura, um outro apaixonado pela nossa cidade e suas tradições. Um benemérito da cidade, do município. E meu saudoso amigo e mestre. Foi um operoso parceiro de Roque.

Roque Camêllo deixou-nos livros de sua lavra, dentre eles o monumental “Mariana – assim nasceram as Minas Gerais: uma visão panorâmica da História”. Essa obra admirável, resultado de intensos estudos e de uma afeição sem limites pela cidade natal, já nasceu clássica, digna de compor a seleta Coleção Brasileira.

Sobre o saudoso Roque temos dois livros importantes e fundamentais: “O Roque Camêllo que conheci”, organizado pelo Dr. Mário de Lima Guerra, e “Tributo ao Professor Roque José de Oliveira Camêllo”, do Dr. Arnaldo de Souza Ribeiro, com valioso prefácio do Dr. Francisco José dos Santos Braga, farol de cultura que nos ilumina, tendo como centro de operações sua natal São João del Rei.

Roque Camêllo, professor, advogado, escritor, acadêmico, figura modelar e exemplo para todas as gerações, merece todas as homenagens dos marianenses e do povo mineiro. Sua viúva, a jornalista Merania Oliveira, cultua com carinho sua memória e seu inestimável legado cultural.

Devido à presente temporada cruel de pandemia do coronavírus que assola o mundo, não teremos neste ano as tradicionais e festivas comemorações do dia 16 de julho. Mas não deixamos de celebrar o grande dia. Nesse sentido, a Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes, hoje presidida pela professora e escritora Hebe Rôla, e tendo como

Vice-Presidente o poeta e professor Donadon-Leal, promove, em boa hora, o evento comemorativo do qual, como marianense e acadêmico, tenho a honra e o júbilo de participar.

Quanto à pandemia de covid-19, o vírus que já ceifou tantas vidas mundo afora, transmito aos amáveis e pacientes leitores desta longa crônica memorialística as palavras finais do artigo de dois professores da USP, Mozart Neves Ramos e Francila Novaes, no “Correio Braziliense” de 2-7-2020, sob o título “Este não será um ano perdido”:

“Uma coisa é certa: este não será um ano perdido. Muito pelo contrário: estamos aprendendo muitas outras coisas. Entre elas, saber como lidar com o desconhecido. Apesar do sofrimento, medo e angústia, voltaremos mais fortes.”

São palavras de conforto e esperança, de fé em Deus e em Nossa Senhora do Carmo, mãe dos carmelitas e Padroeira de Mariana.

Vamos vencer a borrasca, a tormenta, o mar revolto e encapelado, cheio de raios e trovões assustadores, como no tempo das caravelas. Oremos, irmãos:

“São Jerônimo, Santa Bárbara Virgem,
lá no céu está escrito, entre a cruz e a água benta:
Livrai-nos, Senhor, desta tormenta!”

Amém, que repiquem nossos sinos barrocos, na
Sé Catedral, São Francisco, Carmo, Mercês, Rosário, Santana,
Confraria, São Pedro.

E, por derradeiro, um vislumbre radioso de poesia
em prosa, um pequeno madrigal de esperança. É a conclusão
do editorial de uma revista portuguesa, da Editora Bertrand,
que de Portugal, onde mora (São Pedro do Estoril) me envia o
escritor Ronaldo Cagiano, mineiro de Cataguases:

“Entretanto, lá fora, indiferente a tudo, a
esplendorosa Primavera dança – talvez ao som de Bach.”

Brasília, 6/7/2020, dia do falecimento, aos 91 anos, de Ennio Morricone,
autor da trilha sonora de “Cinema Paradiso” e outras obras-primas.

Danilo Carlos Gomes nasceu em Mariana, MG, filho de Daniel
Carlos Gomes (tabelião) e Maria das Dores Motta Gomes
(professora primária), ambos já falecidos. Casado, dois filhos, quatro
netos. Tem cinco irmãos: Duílio, Darcílio, Daniel, Djalma e Maria
de Fátima. Mora em Brasília desde 1975. Formado em Direito
(UFMG, Belo Horizonte, 1974) e Jornalismo (CEUB, Brasília,
1985). Escreve em jornais e revistas desde 1961. Tem crônicas,
contos e poemas publicados em antologias. Publicou inúmeros
livros. Pertence à Academia Mineira de Letras, Academia de Letras
do Brasil, Academia Marianense de Letras, Academia de Letras de
Viçosa, AMULMIG, Academia Brasileira de Letras - ABrL e
Associação Nacional de Escritores, sediada em Brasília. De 1985 a
2005, trabalhou na Secretaria da Imprensa e Divulgação da
Presidência da República, como redator e revisor. Em 1997, recebeu
da Prefeitura de Belo Horizonte, com outras pessoas, o título de
Embaixador do Centenário de Belo Horizonte, cidade de que é
Cidadão Honorário.



16 DE JULHO: DIA DE MINAS CÉLLULA MÃE DE MINAS

Andreia Donadon Leal – Membro da Academia Marianense
de Letras

16 de julho é o único dia do ano em que as fadas adormecem nos jardins, segundo a tradição irlandesa. O costume é colocar pequenos travesseiros dentro das flores ou no jardim. No dia seguinte, os travesseiros se transformam em pequenos amuletos impregnados de magia.

Ao olharmos a história da igreja, encontramos também uma página marcada pelos homens de Deus: a história da Ordem dos Carmelitas. A palavra Carmelo significa “jardim”, quando abreviada se diz “carmo”. No cenário bíblico

do velho testamento, no século IX antes de Cristo, viveu numa gruta o solidário profeta Elias, em espírito de penitência.

Defensor da fé de um só Deus profetizou a futura existência da Virgem Maria. Inspirado na vida de Elias, o Carmelo se tornou local de retiro espiritual de eremitas que buscavam o modelo de perfeição monástica alcançada pelo profeta. A partir de 1237 os carmelitas foram quase expulsos do Monte Carmelo, pois a Palestina vivia sob forte pressão dos muçulmanos. A Ordem do Carmo atravessou uma fase difícil com perseguições e rivalidades até por volta de 1250.

No dia 16 de julho de 1251, Simão teve uma visão da Virgem Maria sentada numa nuvem cercada de anjos, confirmando proteção celestial. Como símbolo de sua união aos carmelitas, entregou a Stock o Escapulário do Carmo, prometendo salvação a todos que o usassem com fé.

Na Lenda de Nossa Senhora do Carmo, um forte temporal se manifestou, quando os pescadores trabalhavam no mar. Mulheres fizeram fogueira no adro da igreja procurando orientar seus maridos no caminho do regresso. Dos barcos no mar alto, os pescadores viram a luz e a imagem de Nossa Senhora do Carmo. Eles chegaram sãos e salvos. Tudo isto se passou no dia 16 de julho.

Às margens do ribeirão que traspassa a cidade de Mariana, em 1696, nasceu o arraial de Nossa Senhora do Carmo, primeira vila criada na capitania. Em 1745 nomeada por ordem do reino, Mariana. Aqui começa a história de Minas quando bandeirantes paulistas acharam ouro no Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Se fizermos uma trilogia destes

fatos marcados na história da civilização, poderemos dizer que 16 de julho é data de magia, fé e nascimento da Mãe de Minas. Mariana, Matriz Mineira, uma das cidades mais importantes do Circuito do Ouro, presente na Terra dos Inconfidentes e dos grandes poetas que fazem parte da literatura nacional. Mariana faz parte do universo, que faz parte do ser humano, que faz parte dos contos de fada. Além das montanhas, na fala poética de Durão, Cláudio, Alphonsus e poetas de hoje que bradam ou versejam amor incondicional à mãe de Minas Gerais.

As coisas em que mais acredito atualmente são os contos de fadas. O país das fadas não é outra coisa senão o ensolarado senso comum da democracia e tradição. Os supernaturalistas não falam somente sobre a grama, mas sobre as fadas que voam na grama. Por que não citar o universo de fadas para homenagear a Primaz? No país das fadas não falamos de lei, porque não existe injustiça.

Transformemos a CÉLULA MÃE DE MINAS, no paraíso das fadas, em ouro inestimável que deve ser cuidada com desvelo e amor incondicional feito joia rara, raríssima, nesse cosmo que não tem comparação nem preço. VIVA 16 DE JULHO, DIA DA CELLULA MATER: MARIANA/ Pátria amada de Minas!

Andreia Donadon Leal – Membro da Academia Marianense de Letras - Cadeira 09: Patrono: *Alphonsus de Guimaraens Filho* - Natural de Itabira, reside em Mariana. Graduada em Letras pela UFOP, Especialista em Artes Visuais, Mestre em Literatura pela UFV. Escritora do Movimento Aldravista. Presidente da ALACIB e da ABRAAI, membro da AMULMIG e da AFEMIL. Vencedora do Concurso Nacional Cidade de Manaus com o livro: *Aldravismo – Movimento Mineiro do Século XXI*. Prêmio Murilo Mendes (UBE-RJ) pelo conjunto da obra. **Autora de 16 livros.**



Coração de estudante

Samylla Mól – Membro efetivo da Academia Marianense de
Letras

O dia da festa da cidade era sempre esperado com entusiasmo. Não só porque a primaz de Minas faria aniversário, mas também porque naquela data, 16 de todos os julhos, Mariana virava capital.

Pra mim, menina, a pompa era encantadora. Na praça, em frente às Igrejas de Nossa Senhora do Carmo e de São Francisco, montava-se um palanque. Tinham bandeiras, autoridades, discursos e hinos. As escolas marcavam presença

com as crianças em fila, uniforme de gala, postura solene. Era tudo tão imponente! Eu, dentre elas, ouvia os políticos falando sobre coisas que não compreendia, sentia o sol abafando a manhã de feriado, mas permanecia atenta, pois o melhor estava por vir: a música. Coração de Estudante, do Milton Nascimento. O som dela entre igrejas, pessoas, crianças e bandeiras recém hasteadas era lindo!

Não sei em qual das tantas vezes em que vivi isso decidi. Mas fato é que o fiz: meu coração seria de estudante. Tive momentos podados, destino desviado e meu sorriso de menina já se escondeu por aí. Coisas da vida que a música bem cedo me ensinou. Hoje cá estou, convicta da minha escolha e da sabedoria do Milton. Afinal, um coração que nasce entre as montanhas de Minas, cresce ouvindo os sinos das igrejas e tem como professora D. Hebe Rola, dificilmente se furtaria a ser de estudante e pretendente a espalhar flores e frutos por aí. Privilégio e dádiva que os ares de Mariana inculcam na gente.

Samylla Mól é advogada, historiadora e mestra em Direito Ambiental. Atualmente é Coordenadora de Fauna da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais. Escritora desde a infância. É autora de vários livros e artigos sobre o Direito, os animais e as sociedades, dentre os quais se destacam os livros “A proteção jurídica aos animais no Brasil: uma Breve história”, escrito em co-autoria com o historiador Dr. Renato Venâncio (FGV, 2014); “Carroças Urbanas e Animais: uma análise ética e jurídica” (Lumen Juris, 2016) e “Nós e os animais: um convite ao ver” (Gulliver, 2017). É colunista da Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna do Ministério Público de Minas Gerais e escritora assídua de crônicas sobre o cotidiano.



Poesias



Mariana dos nossos corações

Andreia Donadon Leal

Teriam ladeiras nuas cobertas
Depois da vastidão mineradora
Que a luz divina, chama protetora
Dá em compensa pelas mãos libertas

Teriam poemas doces declamados
Porto seguro a se chamar de umbral
Que Dom João Quinto de olhos deslumbrados
Determinou que fosse a capital

Teriam penas pondo à prova a fé
Nas pedras que erigiam casarões
Ouvindo os toques dos sinos da Sé

Teriam tempo pra canções
Saboreando quitandas com café
Na Mariana dos nossos corações

MARIANA

Andreia Donadon Leal

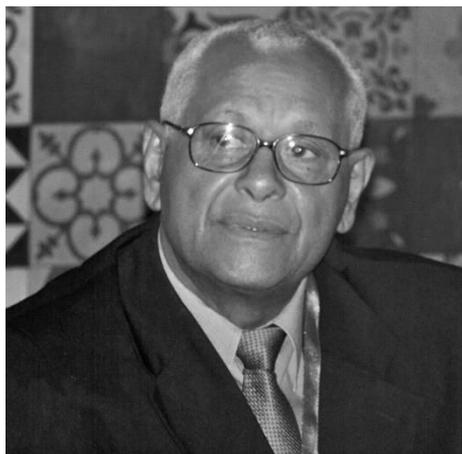
Ouviram das ruas de mariana
badalos festivos de sinos
macios
puros
divinos
e-ternas
vozes de crianças

Ouviram da rachadura do céu
sincopada banda do mestre Gegê
canto de anjos
gorjeio uníssonos de pintassilgos
sabiás e bem-te-vis.

durão!
cláudio!
alphonsus!
ecos poéticos
inversa canção:
zumbidos soprados
v e n t o s declamados
Ouviram das montanhas de minas

No céu
na terra
nas montanhas
no Ribeirão do Carmo
ouviram diversas vozes
em som retumbante:
- Mariana/
Cellula Mater de Minas!

Canto a Mariana



Anicio Chaves – Membro efetivo da Academia
Marianense de Letras

Oh! Mariana, cidade linda
teu nome veio da rainha de Portugal
Predestinada, foste escolhida
Pra ser de Minas a primeira capital.

Teu povo ordeiro, hospitaleiro
Religioso, gentil e respeitador
Tuas igrejas, teus monumentos
Dos teus artistas, mostram todo o valor.

Tuas montanhas têm curvas perfeitas
Que não cansamos, nunca, de admirar
Tuas cascatas são como espelhos
Onde as ninfas buscam se estilizar.

Oh! Mariana, sede da Igreja
Que Deus proteja tua arte secular
E que teus filhos, sempre aguerridos,
Nunca permitam que a venham devastar.

Carnaval de Outrora

Anicio Chaves

A Rua da Olaria,
Traz- nos muita nostalgia,
Dos antigos carnavais.
 O Zé Pereira descia,
 Trazendo muita folia
 Aos solteiros e casais.
“Lá na chácara pegou fogo”,
O bloco inteiro cantava
Em coro fenomenal.

 No Jardim, estava o povo
 Esperando ansioso
 O Zé Pereira passar.

À frente, o Boi da Manta
Com a toureira Ivonilde,
Dava um show particular.
 Satanás cuspi fogo,
 Pulava por todo lado,
 Sacudindo o longo rabo.

O Amigo da Onça, enxuto,
Trajando terno de linho,

Fumava o seu charuto.

E o povo inteiro a cantar,

“Lá na chácara pegou fogo

“E não tem jeito de apagar.”

E quando o Bloco voltava,

A Praça se esvaziava,

Todo mundo ia atrás,

Cantando um refrão antigo:

“Até no alto eu vou contigo,

“Do alto pra lá, não tem perigo.”

E ao som tenor do trombone,

Segue o Bloco serpeando,

Pela Rua da Olaria.

Rua que mudou de nome,

Mas, Zé Pereira desfila

Com toda graça e magia.

Ode a Mariana

Anicio Chaves

Eu vou cantar-te sim! Oh! MARIANA
Porque de todas és a mais mineira
Eu vou cantar-te sim, como quem ama
Porque tu és de todas a primeira

Eu canto o teu passado e o teu presente
E os heróis, que a história, escreveram.
Canto o teu filho mais proeminente
E os mais humildes que também te ergueram

Eu canto as minas de teu solo rico
E as montanhas lindas que a circundam
O sol nascendo e pondo-se entre os picos
E os riachos que as terras fecundam

Canto o teu céu azul e estrelado
E a inspiração dos teus artistas
Que deixaram na história registradas
Obras das mais famosas e bonitas

Anício Chaves - Nascido em Mariana/MG, filho de João Polycarpo Chaves e Maria Ephigênia Chaves. Teve a maior parte da sua formação escolar no período em que era seminarista. Neste período desenvolveu seus conhecimentos em Latim, Grego, Francês, Italiano, Espanhol e Inglês. Fez parte da Orquestra Sinfônica no Seminário São José do RJ. Lecionou no Seminário Dom Carlo Sterpi, em Belo Horizonte, e no Seminário Pio X, em Siderópolis – SC. Coursou filosofia nos Estados Unidos. Retornando ao Brasil, iniciou o curso de Teologia no Mosteiro São Bento/RJ, curso que não foi concluído por interrupção da carreira eclesiástica. É membro do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Mariana. É membro da Academia Marianense de Letras e da ALACIB. Possui várias poesias e pensamentos publicados em agendas culturais e jornais locais, e uma de suas músicas já foi perfeitamente executada pela Banda União XV de Novembro (Mariana/MG). Compôs também um hino para as crianças da APAE. É autor do livro “Por Detrás da Face” (2009) e é um dos poetas que compõe os livros: “Lumens em prosa e verso” (Antologia), “O livro das Aldravías”, “O Livro das Aldravias II - Bi-Lingue”, O Livro das Aldravipeias, o “Livro I da ALACIB”, Mineralamas, Livros III, IV, V das Aldravias.

minha vila



Gabriel Bicalho – Membro efetivo da Academia
Marianense de Letras

1
no bojo do teu nome
inda ressona
o mar de Portugal

2
és Mariana:
arquétipo barroco
das sagas lusitanas

3
em ti
o que persiste
de colônia
em tudo
me fascina

4
amo-te enquanto Minas
começando aqui!

5
amo-te nas manhãs
de lírica atmosfera
dentre as brumas
(nesta calma)

6
amo-te na singeleza
de vila quando a tarde
põe repiques de sinos
em minh'alma

7
amo-te à noite quando a lua clara
põe retoques de prata nas montanhas
e um céu inteiro belo se escancara

a estampar o infinito itinerário
das estrelas ao meu sonho navegante

8

amo-te amante
de um amor atávico:
há três séculos
fluindo no meu sangue!

ALDRAVIA REAL

fidalgua
tradição
ouro
comida
gaveteiro
guarda!

TRIBUTO À MARIANA,
{BERÇO DE MINAS GERAIS I}

Gabriel Bicalho

A paisagem brumosa desta vila,
na antiga arquitetura se engalana
e meu olhar de poeta, assim, perfila
montanhas e montanhas de Mariana.

Preservando-a do tempo que mutila,
seu povo, que da História mais se ufana,
acolhe-me em seus braços e me asila
e eu, de Minas Gerais, proclamo: hosana!

Que Deus me cobre no render-te graças,
como um dobre de sino em campanário,
pelo Alphonsus, solene e solitário!

Dou-te graças, Mariana, que não passas!
Eu, que, mortal vivente em teu cenário,
comungo as hóstias do teu relicário!

TRIBUTO À MARIANA
{BERÇO DE MINAS GERAIS II}

Gabriel Bicalho

Dos céus vem uma bruma leve e mansa,
cobrindo-te, *urbs mea*, ante o fremir
das asas de mil anjos, nessa dança,
em sonhos de princesa inda a dormir!

Desfralda-se a bandeira da esperança
e brindo ao teu futuro, ao refulgir
das luzes, nesta aurora de bonança,
Musa do Alphonsus, pérola de Ofir!

Foi Maria Ana D'Áustria quem cedeu
o nome que Dom João V escolheu
a ti, *cellula mater*: a primaz!

Orgulho-me de ser um filho teu!
Viver neste cenário onde nasceu
Minas Gerais: em berço de ouro e paz!

Gabriel Bicalho: (Nome Literário de Gabriel José Bicalho): Nasceu em 1948, em Santa Cruz do Escalvado, então, distrito de Ponte Nova/MG. Membro Efetivo da AMULMIG; da ALACIB e da Academia Marianense de Letras, correspondente da Academia Brasileira de Trova/RJ; Membro Fundador, Efetivo, Correspondente ou Honorário de outras distintas Academias de Letras – no Brasil e no exterior; Delegado da UBT / Mariana-MG, tendo sido Secretário-Geral da UBT/NACIONAL, no biênio 2012 / 2013. Fundador e Presidente da ALDRAVA LETRAS E ARTES, do Jornal Aldrava Cultural e da Editora Aldrava Letras e Artes. Publicou, também, os seguintes livros de Poesia: “Criânsia” (1974); “Euge, Poeta! – Subsídios para a Apologia de Wagner de Montalvão”; “Apesar das Nuvens” (2004); “Nas Sendas de Bashô – Senda 2 – Enquanto Sol” (2005); “Caravela {Redescobrimentos}” – MEC/BR (2007); “Ventre de Minas – Ventre I – Aldravas” (2009); “Lírios Possíveis” (2009); “Ainda o Sol” (2010); “Essências e Medulas” (2010); “Âncoras Flutuantes” (2011); “Beiral Antigo” (2012); “Alquimia do Azul” (2013); “As Crianças que Ainda Somos”– Infantojuvenil – (2014); “Zoo Maluco” – Infantojuvenil – (2015); “Ad Referendum” (2016). “TIC TAC Coração Menino”– Infantojuvenil – (2017); “Lírios Para o Amor” / Seleção de Sonetos (2018); “Fria Solidão do Amar” (2019); “Minerais Tardes Mineiras” (2019) - Trovas.

CENÁRIO DE CENAS



Hebe Rôla – Presidente da Academia Marianense de
Letras

Em mariana A ARTE esvoaça no dobre dos
sinos
Canta nas bandas de música
Nos conjuntos de seresteiros, nos corais
Pinta nos tetos dos templos e
Esculpe as portas dos sacrários
Desenha nas fraldas das montanhas
Borda nas minas e nos leitos dos rios
Fotografa na cachoeira

Tece nos tapetes de pita e
Nas peneiras, esteiras de balaios de taquara
Coreografa a arma nas contas-de-lágrimas de
Nossa Senhora
Batuca no Zé Pereira da Chácara
Louva no Congado da Barroca
Garimpa e bateia nos filetes auríferos
Reza nas trezenas, nas novenas e no
setenário das Dores
Poeta no seixo rolado das ruas e na Ponte de
Tábuas
Cultiva e cultua o Seminário São José
No Seminário Nossa senhora da Boa Morte
No Colégio Providência
No Noviciado Nossa Senhora do Carmo
Planta na colheita do milho e do feijão
Mói na mó pedra-sabão do moinho d'água
Trota no trote da tropa e no assobio do
tropeiro
Promete, reverencia e agradece nos ex-votos e
Monsenhor Horta
Cria, fala, recria, vibra
Inventa, lamenta, reage e
Documenta a história do povo
Que constrói as Gerais.

Aldravias

Hebe Rôla

café
medroso
clarividência
marianenses
em
inconfidências

**

gaveta
aberta
destino
plúmbeo
Mariana
alerta

**

sino
divino
plange
responsus
canta
Alphonsus

MARIANA
PONTO TURÍSTICO SENTIMENTAL
O Jardim de Gomes Freire

Hebe Rôla

O Jardim de Gomes Freire
ladeado pela *Pedra do Amor*
ponto de encontro dos apaixonados
encantados pelo *Lago da Ferradura*
moldura de peixes vermelhos
e girinos negros
que traz sorte ao jogar-lhe uma moedinha
e pedir à estrela madrinha:
- *primeira estrela que vejo*
me dá tudo que desejo

A Ponte do Suspiro
que separa lagos
afoga afagos
entre a ferradura e o estribo
aquíferos

A Ilha do Amor
cheinha de ninhos
carinhos

construção de sonhos
risonhos

de nascimentos e pétalas

Os canteiros
flores olores policromia
inspirados na teoria da Escola Italiana
de Geometria e Álgebra
as penas esvoaçantes cantantes
contracantam com a sinfonia
das bandas de música
alegretto no coreto
e das vozes infantis
os banquinhos silentes
salas de visita tecendo memória
história
orquestradas pelas fadas borboletas
brancas pretas multicores
perpetuando a arte a botânica a vida
na Terra Aurora das Minas Gerais

Hebe Rôla - Escritora, pesquisadora e contadora de histórias. Pesquisadora do Patrimônio Cultural Imaterial, especialmente da Linguagem dos Sinos. Licenciada em Língua Portuguesa, Língua Francesa e suas literaturas. Especialista em Leitura e Produção de Textos - PUC/MG. Professora Emérita da UFOP. Presidente da Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes. Membro da AMULMIG, da ALACIB-MARIANA, correspondente da Academia Feminina Mineira de Letras, Secretária (fundador) da ALDRAVA LETRAS E ARTES. Idealizadora da Academia Marianense Infantojuvenil de Letras, Ciências e Artes. Embaixadora Universal da Paz, entidade ligada à ONU. Membro honorário do Instituto de Estudos Históricos - Militares Napoleão I - Portugal. Desenvolveu e desenvolve vários projetos de extensão universitária na UFOP. Publicou os livros: O BEM-TE-SINO (2004); Chitarô Cadê o Gato? (2011); O Dia de Minas (coautora); Mãos de Mariana (coautora); Pequeno Dicionário da Linguagem dos Sinos; *Écrivains Contemporains du Minas Gerais*; Crônicas e Contos de Escritoras Marianenses (2016)

JARDIM



J.S.Ferreira – Membro da Academia Marianense de
Letras

Nos tempos do
Filipe dos Santos
pastavam aqui
cavalos do
Conde de Assumar.
(Cavalos bem cuidados, cor de marfim.)

Hoje,
resta a ferradura
que emoldura
o espelho d'água
deste imponente jardim.

CATEDRAL

J.S.Ferreira

Quem dentre vós, ó marianenses,
não se orgulha da terra que tem?
Da serra vem o ouro
que se espalha pelos rios,
mata a fome de seus filhos,
orna as talhas dos templos,
cobre as vestes dos santos
e vai alojar-se nas mãos
dos homens de pouca fé.

Quem dentre vós, ó marianenses,
não se orgulha do artista que é?
Faz da madeira, da argila,
da pedra-sabão e do pincel
o que deseja e bem quer.

Quem dentre vós, ó marianenses,
não se orgulha do poeta que é?
Que canta de seu povo
a alegria e a tristeza.
Delas faz uma prece,

um hino que soa,
dobra-se e desdobra-se,
como os dobres dos sinos
de sua Catedral.

CENÁRIO

J.S.Ferreira

eis o Itacolomi
e a cidade
eis

eis as igrejas
e os sinos
eis

eis o ribeirão do Carmo
suspiros
e ais

eis do ouro o veio
da história das minas gerais!

A NOIVA

J.S.Ferreira

Esta lua
solitária
e sem véu
é a noiva
que Alphonsus
nos legou
no altar do céu

GARIMPEIRO

J.S.Ferreira

ouro vem,
ouro vai
e o 'gaveteiro'
do rio não sai!

J.S.Ferreira – Nome literário de José Sebastião Ferreira. Poeta e Escritor. Vice-Presidente da Associação Aldrava Letras e Artes Mariana. Vice-Presidente da ALACIB – MG. Membro da Academia Marianense de Letras, Cadeira número 21 - MARIANA – MG; da AMULMIG - BH-MG. – Membro Honorário da Academia Internacional de Heráldica – PORTUGAL. Autor de: LIXOS & CAPRICHOS (1991) – Editora CMC – BH - MG. - BATEIA LÍRICA (1996) – GráficaOuro Preto – OP - MG. - Poemas in: Aldravismo – a literatura do sujeito (2002) Aldrava Letras e Artes – MG. Criaturas & Caricaturas (co-autoria com Camaleão) (2004).- prenúncio de Chuva – senda 03 de nas sendas de Bashô (2005) - JENIPAPO - (poesia – infantojuvenil) Projeto Giro /Lê - CLESI - Ipatinga – MG – 2007. - Ventre de Minas – Ventre IV: Gerais Minas - 2010. - Meu São Gonçalo do Rio Abaixo – (Memórias - 2010) Publicou poesia no livro LUMENS-Mariana – MG - 2011. O livro das ALDRAVIAS -(Org. 2012).e o Livro II das ALDRAVIAS (Org.)- 2013. APOCALIPSE 2013. ALGO NAS NUVENS - 2014. Possui publicações em diversos jornais e sites.

Mariana de Alphonsus



J. B. Donadon-Leal – Membro da Academia Marianense de
Letras

Quando Alphonsus virou poesia
a catedral arbórea dos seus sonhos
declamava resposta, resposta
sucessão aliterata, musicata plúmea
a voar vocifone louca dos sinos
que plangeram, rangeram, tangeram
linhas circulares de ondas moduladas

entre as escadas de pedra e a porta de
madeira
ante o altar, e a novena aos santos
medindo compasso com a métrica do poema
de pé na quinta estação do terço
na sétima do rosário em procissão
rimando as ruas de pedras disformes
consagrando vinho pra ressuscitar
transsubstanciada poesia
dos esquifes museus
que mantêm viva
Mariana.

**Para Roque, Zé Arnaldo, Ivan,
Lázaro e Luiz Vitor in memoriam**



Luiz Tyller Pirola - Membro da Academia Marianense de
Letras

Meus avós vieram da Itália
para São Paulo
pouco mais que miseráveis
pisaram em terra estranha

Eu vim da São Paulo conhecida

para a Mariana estranha
uma longa estrada
só de mim para comigo
o espírito apertado
nas poucas roupas
emboladas na mala antiga.

Estudei, aqui aprendi, ensinei
e afinal me aposentei
fiz amizades e várias são dolorosas
e inaproximáveis presenças.

Às vezes me ocorriam velhas palavras
que o velho Biagio me dizia:
guarda, Gigio, la vita un lampo...

No entanto jamais imaginei
que sentiria calafrios
com as geadas de agosto
em meu quintal

Por entre a densa neblina
entrevejo uma ou outra torre

e se apagam as montanhas
no horizonte

Permaneci, fui ficando
fiz aqui meu pedaço de terra

Sim, a vida é um relâmpago!
e nesse tempo todo

Mariana foi testemunha de minha
História.

10/07/20

Luiz Tyller Pirola, professor aposentado de Literatura Brasileira da UFOP, Mestre em Comunicação e Semiótica-PUC/SP; Doutor em Letras- USP; Pós-Doutor em Estudos Literários- UNESP-Araraquara, membro efetivo da Academia Marianense de Letras. Tem livros publicados de poesia e ensaios. Atualmente tem escrito poemas e depois da aposentadoria tem se dedicado a traduzir tragédias de Shakespeare e poemas da chilena Gabriela Mistral e do espanhol Antonio Machado.

MARIANA: CELLULA MATER DAS GERAIS. Academia Marianense de
Letras, Ciências e Artes - 2020



Os poetas aldravistas prestam homenagens à Primaz de Minas Gerais com aldravia, forma poética criada em Mariana e sabidamente a primeira forma de poesia criada no Brasil. Parabéns, Mariana, pelos seus 324 anos de vida acolhedora.

01
Mariana
mar
doce
ar
de
montanhas!
(Andreia Donadon)

02
fidalguia
tradição
ouro
comida
gaveteiro
guarda!
(Gabriel Bicalho)

03

anjos

athaydianos

pintam

sinos

aldrava

gaveteira

(Hebe Rôla)

04

bules

de

prosa

mineira

amainam

saudade

(J.B.Donadon-Leal)

05

na

serra

brancos

lençóis

de

chuva!

(J.S.Ferreira)



Mariana em textos, telas e fotografias





Participações especiais

Textos

Ana Cláudia Rôla Santos – Coordenadora do Museu Casa
Alphonsus de Guimaraens

José Carlos Baeta – Trovador Gaveteiro

José Luiz Foureaux de Souza Júnior – Professor da UFOP
e Delegado da Academia Portuguesa de Ex-Libris no Brasil

Luiz Carlos Abritta – Presidente do Instituto Histórico e
Geográfico de Minas Gerais

Rogério Faria Tavares – Presidente da Academia Mineira
de Letras

Paschoal Motta – Poeta



Hino de Mariana – Em Cantos de Alphonsus



Ana Cláudia Rôla Santos - Coordenadora do Museu Casa
Alphonsus de Guimaraens

O Hino de Mariana, letra de Alphonsus de Guimaraens, poeta simbolista, e música de Antônio Miguel de Souza, primeiro maestro da Sociedade Musical União XV de Novembro, foi composto em 1911, a pedido do Senador Dr. Gomes Freire de Andrade, para as comemorações do Bicentenário da Cidade de Mariana (200 anos de elevação à Vila). A primeira publicação do texto foi no jornal *O Germinal*, órgão oficial do Partido

Republicano no Município de Mariana, na edição de 05 de julho do mesmo ano.

O texto, em forma de poesia, é composto por quatro estrofes e um estribilho, que são os versos repetidos ao final de cada estrofe. O eu poético é a princesa, personificação da cidade, referência à Maria Ana D'Áustria, esposa de Dom João V, de quem Mariana recebeu o nome.

A primeira estrofe retrata uma princesa/cidade desolada, sobre um solo dorido, referência clara a exploração mineral, que tem saudades dos seus tempos de glória. O último verso dessa estrofe diz o seguinte: Chorando o passado, esperando o porvir! Percebemos uma princesa/cidade que não vive o presente, seus olhos estão voltados para o passado e para o futuro.

O estribilho faz uma referência ao ambiente religioso, às *litanias* (ladainha), que embala o sono dessa princesa/cidade que vive de mortas alegrias e está sempre a *sonhar*. Continua com os olhos fitos no passado e não vive a realidade presente.

Na terceira estrofe, como nos *Contos de Fadas*, surge a imagem da princesa adormecida no bosque. A princesa/cidade é acordada e, nesse momento, questiona a interrupção do seu sono, alegando que é uma princesa sem trono, ou seja, uma cidade sem riquezas, sem poder.

Na quarta estrofe, inicia-se uma reviravolta na vida dessa princesa/cidade. Os elementos que surgem indicam coisas positivas: uma noite clara, um céu coberto de estrelas, a nossa auriflama (bandeira). Tudo é esperança e a princesa/cidade, vivendo esse momento presente, vê um futuro melhor.

Por fim, na última estrofe, a princesa/cidade está muito diferente daquela do início do texto, uma onda de otimismo e ânimo faz com que ela sinta no peito *áureos brilhos* e recupere suas riquezas, seu poder. E, nesse momento, é revelado quem acordou a princesa/cidade, e, para a surpresa de todos, não foi nenhum príncipe encantado com um beijo de amor verdadeiro, foi o povo.

*Aos doces afagos da voz dos meus filhos,
Mais bela que outrora eu irei ressurgir.*

Esse desfecho está totalmente inserido no contexto da escrita do texto, primeiros anos da República, mas serve também como lembrete para que nós, *filhos de Mariana* (naturais ou adotivos), nunca nos esqueçamos do nosso poder em fazer da nossa cidade um lugar melhor.

Parabéns, Mariana, pelos seus 324 anos!

Ana Cláudia Rôla Santos - Licenciada e Especialista em Letras pela UFOP e Mestre em Letras – Estudos Literários - pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Foi professora da rede pública e privada de Mariana-MG e região, integrou a equipe da UFOP no programa Alfabetização Solidária. Há 13 anos coordena o Museu Casa Alphonsus de Guimaraens onde desenvolve projetos que objetivam o conhecimento, a divulgação e a preservação da vida e obra do poeta Alphonsus de Guimaraens dialogando com a literatura, de um modo geral, e com a educação patrimonial, dentre os quais se destacam o *Sarau Cantando Alphonsus* e o *Alô, Poesia!*. Em 2019, desenvolveu o projeto comemorativo de 100 anos da Visita de Mário de Andrade a Alphonsus de Guimaraens, que culminou com a exposição *Mário & Alphonsus Revisitados*, nas antigas residências dos dois escritores, no Museu Casa Alphonsus de Guimaraens, em Mariana (MG), e na Casa Mário de Andrade, em São Paulo (SP).



PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DO
Trovador Gaveteiro, José Carlos Baeta

Portal da Sé-Catedral de Mariana

Veja na Sé-Catedral,
logo assim que nela entrar,
um detalhe no portal:
Clemente, o Cristo a te olhar!

(José Carlos Baeta nasceu em Mariana em 1927)

JOSÉ CARLOS BAETA nasceu em Mariana/MG, em 1927 (93 anos), e possui cidadania portuguesa. É engenheiro civil e bacharel em direito, pela UFMG, especialista em engenharia econômica e técnico em metalurgia pelo IFMG/Ouro Preto. É aposentado como engenheiro do DNIT e como professor universitário de Topografia e Geodésia. É casado, têm três filhas, quatro netos e dois bisnetos. Iniciou suas atividades literárias aos 15 anos, no Grêmio Literário Tristão de Atháide, do Ginásio Arquidiocesano de Ouro Preto, onde foi crítico literário por designação do ilustre professor Pe. José Mendes Barros. É membro da UBT/BH, onde participou dos livros “Pórticos de sonhos”, “Trovas mineirianas” e “Trovas além do horizonte”. É membro ocupante da cadeira 32 da ALACIB, desde 2013, onde participou dos livros das Aldrarias II e VII e do livro das Aldrarias. Publicou os livros : “Torres e beirais de Mariana, no limiar do 3º milênio”, “Em cada curva, um caso”, ambos de crônicas com alguma poesia, e “Trovêlhas” (trovas). Organizou o caderno: “Sonetos e poesias escolhidas”, de Afonso Gomes Baeta -in memoriam. Frequentemente, publica artigos em jornais e já participou de 17 livros coletâneas de literatura e crônicas.



PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DO

Professor e Delegado da Academia Portuguesa de Ex-libris
no Brasil, **José Luiz Foureaux de Souza Júnior**

ELA

Por trás da sombra do tempo
ergue-se diminuta,
cortada pelo ribeirão, as pedras e as árvores,
a primaz.

Entre poucas colinas,
guarda a memória da neblina,
das tortuosas meditações dos sinos
do caminhar soturno e lúgubre do poeta,
não mais.

As pedras do piso,
escorregadias pela natureza,
lavradas estão pelos miasmas do tempo
que se acumula,
hoje,
em fuligem do metal vil e da poeira mecânica
que se espalha
demais.

Rememorar é preciso,
comemorar não é preciso:
ecos do poeta
em celebração desta que foi a primeira,
com nome de mulher,
homenagem real de que se ufana.
Ave, Mariana!

José Luiz Foureaux de Souza Júnior. Poeta nascido em Belo Horizonte (23/07/1956), é graduado em Letras, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1985); Mestre em Teoria da Literatura, pela Universidade de Brasília (1988); Doutor em Estudos Literários-Literatura Comparada, pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995) e Pós-doutor em Literatura Comparada, pela Universidade Federal Fluminense (2004). Foi Leitor de Português, na Universidade de Zagreb, em Zagreb (Croácia, 2008–2010). Professor Aposentado da UFOP. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Luso-Brasileira e Literatura Comparada, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria, crítica, comparatismo, sexualidade, historiografia e leitura.



PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DO

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, **Doutor Luiz Carlos Abritta**

O Dia de Minas foi instituído pela lei 7.561, de 19/08/1979, e referendado pelo art.256 da Constituição do Estado. Constituem tais normas, no meu entender, apenas o reconhecimento da luta do povo de uma cidade que se projeta no tempo, ou seja, Mariana. Conhecida mundialmente pela sua arquitetura barroca colonial, até hoje é visitada por milhares de pessoas, em busca daquilo que é essencial para a vida - o belo. Ela se destaca no Brasil, assim como outras similares no mundo, por vários fatores, que vão além da nossa percepção. Fica evidenciado que as riquezas materiais, desacompanhadas do viés cultural, constituem coisa morta e esquecida. Fernando Pessoa já dizia que ninguém se lembra do nome de um comerciante antigo, mas todos se recordam de um intelectual, de um cientista, de um filósofo, de alguém que procurou fazer

o mundo melhor. No sermão em ação de graças pela continuação das melhorias de saúde de dom João V e pela exaltação da Vila do Carmo das Minas em cidade de Mariana, escreveu José de Andrade Moraes (1746): "Ou senão dizyme: Não parece sonho, que esta, que a oito dias lamentávamos vila decadente, arruinada, a aclamamos hoje exaltada e triunfante cidade ? Não parece sonho, que nessa exaltação da nossa cidade nova se cante recuperada a saúde do inclyto Rey, que chorávamos perdida ? E finalmente não parece sonho que essas felicidades, que gratificamos a Deos, sendo tão distantes uma da outra, se germanem ambas para o aplauso do anjo Custódio do nosso Reyno ? Tudo parece sonho, mas nem tudo he o que parece ser." Konisberg ficou famosa graças a Kant, Salzburgo graças a Mozart e Mariana graças a seu povo idealista. Mariana, glória das Minas Gerais, do Brasil e do mundo! Mariana, ontem, hoje e sempre!

Luiz Carlos Abritta, Filho de Oswaldo Abritta, Juiz de Direito e Poeta, integrante do grupo modernista da Revista "Verde", de Cataguases, MG, e de Yolanda Nery Abritta. Atividades na área jurídica: - Juiz do Tribunal Regional Eleitoral de MG. Procurador de Justiça do Estado de MG. Advogado. Conselheiro e Presidente do Tribunal de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de MG. Presidente Emérito da AMULMIG. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia de Letras do Ministério Público. Tem dezenas de livros publicados. Já recebeu centenas de premiações na área literária. Medalhas: da Inconfidência; Santos Dumont; do Ministério Público MG; da Justiça Federal; do IHGMG, e da Societé Académique des Arts, Sciences et Lettres - Paris - França



PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DO

Presidente da Academia Mineira de Letras, **Rogério Faria Tavares.**

**NOS 290 ANOS DE CLÁUDIO MANUEL DA COSTA -
Rogério Faria Tavares**

Nascido em 5 de junho de 1729 no distrito da Vargem do Itacolomi, pertencente à freguesia da Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Carmo, hoje Mariana, Cláudio Manuel da Costa era filho do português João Gonçalves da

Costa e da paulista Teresa Ribeiro de Alvarenga. Passou a infância em Minas e cerca de quatro anos de sua juventude no Rio de Janeiro, vindo a matricular-se, em 1749, na Universidade de Coimbra. Aluno do curso de Cânones, formou-se em 19 de abril de 1753, quando regressou a Minas. Era, então, um jovem bacharel de 24 anos. Por cerca de três décadas, viveu com Francisca Arcângela de Sousa, que nasceu escrava e, ao que tudo indica, obteve alforria quando deu à luz o primogênito de Cláudio, tendo sido a companheira de sua vida toda e mãe de seus cinco filhos.

Cláudio Manuel da Costa foi um homem rico. Dos advogados de Mariana e Vila Rica, era o proprietário do segundo maior plantel de escravos. Também esteve entre os que possuíam mais propriedades fundiárias. Se suas conquistas financeiras lhe garantiram o conforto material de que gozou enquanto viveu, foi, sem dúvida, a sua produção poética que garantiu sua passagem à posteridade. Se sua participação na Inconfidência Mineira a ele reservou um lugar de destaque na história do Brasil, foi sua atividade literária que a ele conferiu posição definitiva no panorama da literatura escrita em língua portuguesa.

Em seu importante livro, “Metamorfozes – a poesia de Cláudio Manuel da Costa”, Edward Lopes situa Cláudio como um poeta de transição, um dos mediadores entre as duas primeiras grandes etapas da literatura nacional, a saber: a literatura portuguesa feita no Brasil e a literatura brasileira propriamente dita. Ao seu lado, Basílio da Gama, Alvarenga Peixoto, Santa

Rita Durão, Tomás Antonio Gonzaga e Domingos Vidal Barbosa – grupo também conhecido como a “Escola mineira”.

Opina o autor que foram os mencionados escritores os artífices da ultrapassagem histórica da fase do Brasil português para a fase do Brasil brasileiro.

Para o referido autor, Cláudio Manuel da Costa foi quem introduziu a reforma neoclássica em Portugal, o neoclassicismo no Brasil e quem iniciou a fase brasileira da literatura produzida no país. Edward Lopes o chama de ‘inaugurador de estilos’, tanto na poesia lírica quanto na poesia épica, com a ‘Fábula de Ribeirão do Carmo’ e o célebre ‘Vila Rica’. Baseado em Wilson Martins, o pesquisador ainda qualifica Cláudio como o autor do primeiro manifesto literário brasileiro, por conta do ‘Prólogo ao leitor’ que fez imprimir à frente de suas Obras Poéticas, texto em que faz considerações teóricas sobre o tema da arte. Finalmente, Edward Lopes posiciona Cláudio Manuel da Costa como segundo maior sonetista – depois de Camões – da língua portuguesa até o final do século 18 e, junto com Gregório de Matos e Tomás Antonio Gonzaga, um dos três únicos poetas de gênio que teve o Brasil colônia.

Como é sabido, Cláudio Manuel da Costa morreu aos sessenta anos, em 1789, na Casa dos Contos, em Vila Rica, de causa até hoje discutida por diferentes correntes historiográficas. Mais que o modo como faleceu, o que importa, realmente, é a potência da poesia que legou à posteridade.

DE NOVO, CLÁUDIO MANUEL DA COSTA

Rogério Faria Tavares - Presidente da Academia Mineira de
Letras

Escrevo, mais uma vez, sobre Cláudio Manuel da Costa, sobre quem falei no aniversário do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG), no ano passado, e sobre quem acabei de escrever um breve ensaio, com ênfase na fortuna crítica colhida por sua obra, para livro a ser publicado pelo mesmo IAMG, a propósito dos trezentos anos de Minas Gerais. De vida fascinante, o inconfidente era filho de pai português, que imigrou para o Brasil na esperança de enriquecer com o ouro, e mãe paulista, de boa condição social.

Mestre em Artes no Rio de Janeiro, quando estudou com os jesuítas, Cláudio Manuel da Costa viajou em seguida para Coimbra, onde morou por cinco anos, até formar-se em Cânones. A experiência na Europa imprimiu marcas profundas em sua formação intelectual e em sua sensibilidade estética, o que se refletiu fortemente em sua produção literária.

De volta ao país, Cláudio Manuel da Costa estabeleceu-se em Vila Rica, logo se tornando um dos advogados mais prestigiados da região, com o que pôde enriquecer. No final de sua vida, era dono de patrimônio respeitável. Homem do Direito, mas também da Política, ocupou vários cargos na administração pública, tendo sido vereador, juiz e secretário de estado.

Vocacionado para a Poesia, começou a escrever ainda em Portugal. Notabilizou-se como sonetista e, ainda, como autor de éclogas e epicélios, formas raríssimas hoje em dia. Dono de uma das melhores bibliotecas de seu tempo, na região das minas, foi também tradutor e dramaturgo, havendo escrito “O

Parnaso obsequioso”, que foi interpretado em 1768. Seu poema épico “Vila Rica” é visto como texto que já contém traços de inegável ‘nacionalismo’ ou, pelo menos, de inequívoca defesa das coisas brasileiras. Os versos escritos na fase conclusiva de sua existência só vieram a lume mais recentemente, e foram reunidos em notável livro de autoria do professor Carlos Versiani dos Anjos, da Universidade de Ouro Preto, sob o título “O velho Cláudio – inéditos da maturidade de Cláudio Manuel da Costa” (Editora Liberdade, 195 páginas), com ‘orelha’ do acadêmico Ângelo Oswaldo de Araújo Santos.

Influenciado pelos movimentos literários da época, Cláudio Manuel da Costa assumiu claramente, em vários de seus textos, sua filiação ao Arcadismo, embora seja possível, em alguns momentos de sua obra, detectar traços do Barroco, e até de um certo ‘Pré-Romantismo’, como opinam alguns especialistas. Para melhor compreender o seu legado, a leitura do trabalho de certos estudiosos é fundamental. Entre os que mais se dedicaram a interpretar a sua contribuição para a literatura brasileira, menciono Caio de Mello Franco (e seu importante “O inconfidente Cláudio Manuel da Costa”, de 1931); Domício Proença Filho, que organizou as obras completas dos inconfidentes, em precioso volume da Editora Nova Aguilar, de 1996; e a saudosa professora Melânia Silva

de Aguiar, da UFMG, cuja tese de Doutorado foi sobre Cláudio. Para quem quer conhecer a trajetória biográfica desse fascinante personagem, vale a pena começar pelo excelente volume assinado, em 2010, por Laura de Mello e Souza para a coleção ‘Perfis brasileiros’, da Companhia das Letras, coordenada por Elio Gaspari e Lilia Schwarcz.

Rogério Faria Tavares nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 24 de abril de 1971. É filho de Expedito de Faria Tavares e Diana de Vasconcelos Faria Tavares. Casou-se com Sabrina Tunes Fonseca, é pai de Carlos Tunes de Faria Tavares e de Gabriela Fonseca de Faria Tavares. 2020 - Doutor em Literaturas de Língua Portuguesa (aprovado em primeiro lugar, com nota máxima, na seleção de Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orientadora da tese: Professora Doutora Márcia Marques de Moraes (coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUC Minas)



PASCHOAL MOTTA

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

O Brasil atual lembra um circo de cavalinhos onde palhaçadas de títeres dominam as cenas em setores da governança geral, enquanto a assistência mal se mantém em arquibancadas de incertezas, insegurança e receios.

Diante desse quadro deprimente, cada um de nós, com os recursos de que dispõe, tem o dever de cidadania democrática incrementar sua contribuição, mesmo mínima, para o palco não pegar fogo de vez...

Não podemos continuar calados enquanto temos voz...

Passados cinco anos do rompimento de grande barragem de mineração no Município de Mariana, a situação desse tipo de problema, mesmo assim, recrudesce, ao que tudo indica, País afora.

Por isso, e ainda no pasmo e revolta daquele 5 de novembro de 2015, repetimos a publicação deste poema. Que ele sensibilize mais pessoas, principalmente aquelas que, por responsabilidade direta, dirigem o bem-estar das populações brasileiras. Temos convicção da força da Arte na melhoria da emoção humana e, assim, no seu conseqüente suporte no desenvolvimento da espécie.

O equivalente a quase 25 mil piscinas olímpicas de lama foi despejado nas redondezas próximas à barragem que se rompeu na cidade de Mariana, em Minas Gerais. (Brasil Ambiente, 09-11-2015)

“Na agonia de achar oxigênio, os peixes subiram barrancos, rãs fugiram da água. Tinha um monte de cascudo com a cabecinha na pedra, procurando oxigênio, um do lado do outro”. (José Francisco Abreu, pescador no Rio Doce)

OS AFOGADOS DE MARIANA

Paschoal Motta

Em Mariana, a opulência é sol no dobre dos sinos...

**NEM SEI SE LAMA NAS ALMAS,
NEM SEI SE LAMA DE HUMANOS,
NÃO SEI SE XINGO OU BLASFEMO,
NEM SEI SE CHORO OU ME CALO.**

**A NATURA NÃO DÁ SALTOS
PARA AUTO SE CONSTRUIR.
POR CENTENARES DE SÉCULOS;
NUM DIA, O HOMEM DESFAZ...**

**EIS O MEU VALE DE LÁGRIMAS,
AFOGANDO A ESPERANÇA
NA ENXURRADA DA GANÂNCIA.
ESSA, MARCO DE TERRORES:**

**ROMPERAM LAGOS DE LAMA,
BORRAS DE MINERAÇÃO,
COM VERMELHO DO ANJO MAU,
E CASTIGA, DURO, O POVO:**

**ONDE O CALDO SE ESPALHOU,
NÃO BROTA NEM TIRIRICA.
TUDO ARIDEZ NESTAS BANDAS,
EM FONTE, RIBEIRO E RIO.**

**COM AS GENGIVAS VERMELHAS,
A LAMA ENGOLE O NA FRENTE;
A AGONIA DAS ÁGUAS
JÁ PEDE SOCORRO EM VÃO...**

2.

Ai vozes, vagas tristezas! Ai cemitérios tão frios!

**DESCE UM PRANTO DE FINADOS
DESDE O ITACOLOMI.
NO RIO GUALAXO AFORA,
LAGRIMO COM OS AFOGADOS.**

ADEUS, RIBEIRÃO DO CARMO,

SEM AS NINFAS DOS POETAS;

AS ÁGUAS NÃO SÃO MAIS ÁGUAS

E NEM SERÃO DE NINGUÉM.

DESTAS MONTANHAS TÃO MINAS,

COM TERRA, REJEITO E LODO,

ORA ESCORRE O NÃO DEVIDO,

DE CRATERAS ESGOTADAS.

OCULTO OS MEUS OUVIDOS

DOS TROVÕES DE UM DEUS IROSO.

QUER OS CASTIGOS CELESTES

PRA QUEM BOLE A NATUREZA.

**ELA ACUSA POR ESTRAGOS,
SEM SABER A QUEM CONDENA.
SE MACHUCA, SENDO VIVA,
NA LEI GERAL DO PLANETA.**

**ASSIM, DESDE LÁ NO ÉDEN
DA LENDA DO PARAÍSO.
SOMOS UNS FILHOS INGRATOS;
CUSPIMOS NO NOSSO ALMOÇO.**

**MAIS PADECE O INGÊNUO JUSTO
PELO INJUSTO PECADOR;
REBENTA A PARTE MAIS FRACA
DA CORDA DESSA GANGORRA.**

3.

O ouro gastou-se e é pedra, vence ponteiro e relógio...

**NO TRIPUÍ, LOGO ACIMA,
BROTOU OURO DE SOBEJO;
CATARAM PLACAS TÃO BASTAS
COMO SE LÍNGUA DE VACA.**

**PELAS BEIRAS, REBRILHAVAM
DO BANDEIRANTE O ANSIADO.**

**NEM NOS SANTOS DE PAU OCO,
NEM NAS BURRAS CABERÃO.**

**QUANTA MATA DERRUBADA,
QUANTA MONTANHA ESTUPRADA,
QUANTA AREIA EMPORCALHADA
QUANTA RIQUEZA ROUBADA.**

**O OURO COM SEU FASCÍNIO,
O OURO COM SEUS AVAROS;
O OURO PRENHAVA AS BURRAS
DA GANÂNCIA DO ESTRANGEIRO.**

**O OURO COM SEU DELÍRIO,
TAMPAVA O SOL DO BOM-SENSO;
ESCRAVOS NÃO DAVAM CONTA,
E CHIBATAS ESTRALAVAM...**

A FOME, A SEDE, A ILUSÃO.

O OURO DO SUOR SALOBRO

SUMIU LONGE, ALÉM-MAR;

E O POBRE EM MOR POBREZA.

4.

Ouvidas vozes tão vivas, memórias de barro e ouro...

**TRADIÇÃO SOBRA É NA OBRA
DAS MÃOS DE ALEIJADINHO.
SEUS PROFETAS JÁ PREVIAM
AS NOSSAS HORAS FUNESTAS**

**DESSA GLÓRIA TRANSITÓRIA
EM OPULÊNCIA E PODER.
PREVIRAM OS DIAS DE IRA,
DE CHORO E RANGER DE DENTE.**

**E DEU NO QUE HAVIA DE DAR,
COM FÚRIA DE ESCAVADEIRA,
DINAMITE, O ESCAMBAU,
DE APRESSAR O DESARRANJO.**

**E O ESGOTO DAS BARRAGENS,
QUE NEM VESÚVIO EM POMPEIA,
RECOBRE CASA, RIO, GENTE,
ESCOLA, IGREJA E FUTURO.**

**A MULHER E O SEU FOGÃO,
O HOMEM E A SUA HORTA.
A MENINA E A BONECA,
A BOLA COM SEU MENINO.**

O ROCEIRO E SEU PLANTIO,

O VAQUEIRO E SUA CRIA,

A ENXÓ DO CARPINTEIRO

SE ATOLA COM UM CACHORRO.

NA MORTE, TODOS SE IGUALAM,

MAS JAMAIS NA INJUSTIÇA...

DINHEIRO ALGUM SALDARÁ

SAUDADE DE QUEM NÃO VOLTA.

OS RESÍDUOS DAS LAVAGENS

COBREM O BENTO RODRIGUES.

VIÚVA, A MÃE NATUREZA,

NÃO ACHA A QUEM APELAR.

PERECESSE APENAS UM,

JÁ CHEGAVA PRA CHORAR.

OS OSSOS DOS SOTERRADOS

TÉ PERDERAM CRUZ DE TUMBA.

5.

*Preces não são necessárias ao ar que vem de outros
dias...*

**SENHORA DA CONCEIÇÃO,
SENHORA DA BOA MORTE,
NADA MAIS PODEIS FAZER
PELA MÃE SEM A MENINA.**

**NÃO TEM PEDRA SOBRE PEDRA,
EM CINCO POVOAÇÕES;
UMA LAMA PEGAJOSA
LAMBUZA NOSSA ESPERANÇA.**

***O QUE É MEU NÃO É MAIS MEU,
NEM DA GAIOLA O CANÁRIO;
NEM A GALINHA NO CHOCO,
NEM LAMBARI NO REGATO.***

**A FOLHINHA DE MARIANA
SE AFOGOU NO DIA CINCO;
VIVEREMOS NUM SEM DATA
COM OS IRMÃOS AFOGADOS.**

**E ENTORNA A MERDA MANHOSA,
ENGOLFANDO O DOCE RIO
PARA O MAR DA DESMEMÓRIA
DE HOMENS ENGRAVATADOS.**

**PARA ESCAPAR DA SUJEIRA,
AS RÃS, PIABAS, CASCUDOS,
SALTAM PRA FORA DO RIO,
MORREM SEM ÁGUA NA PRAIA...**

***FRANCISCO DE ASSIS DOS BICHOS,
MARIA, MÃE DE JESUS,
SENHORA MERCÊS DE CIMA,
QUEDÊ VOSSA SANTIDADE?***

**DEBAIXO DO BARRO MAU,
SÓ A SAUDADE PERDURA
NUM RETRATO DA AMADA,
DE VIAGEM SEM RETORNO.**

6.

Ai vozes sempre veladas! Ai cavalgadas noturnas!

**E APORTAM AUTORIDADES
EM CARROS COM BATEDORES;
OLHAM, POR ALTO, O CIRCO
ARMADO PELA GANÂNCIA.**

**OS MORTOS NÃO CLAMARÃO
PELAS BOCAS ATOLADAS.
E OS FEUDAIS ESQUECERÃO
AS PRIMÍCIAS PROMETIDAS,**

7.

Ai vozes, vagas tristezas! Ai cemitérios tão frios!

COMO DE PRAXE COMETEM.

COMO DE PRAXE PROMETEM,

COMO DE PRAXE LAMENTAM,

COMO DE PRAXE SE VÃO...

OH, ANTIGA IMPREVIDÊNCIA

DE QUEM É IMEDIATISTA.

QUE MILHÃO HÃO DE PAGAR

MINHA CASINHA TÃO SIMPLES?

- QUEDE O VASO DA ROSEIRA?

- MEU RETRATO DE CRIANÇA?

- A TREMPE DE MEU FOGÃO?

- O BALANÇO DOS MENINOS?

OS ESCAPADOS DA LAMA

NEM PROCURAM SEUS QUINTAIS.

A CASA E A LERDA CANCELA

E SEU JARDINZINHO DO LADO.

***SE EU ME ESCAPEI POR SORTE,
CHORO UM CHORO ACUMULADO:
POR MEU MENINO PEQUENO,
INDA APRENDENDO FALAR.***

**QUALQUER UM PERDE UM SEU BEM,
MESMO SENDO UM CATRE VELHO;**

**SÓ NÃO TEM CONSOLAÇÃO
SE NELE NASCEU SEU FILHO.**

**OS SALVADOS DA BARRAGEM
SÃO GENTE DE NADA HAVER,**

**MAS SEU PARCO SOTERRADO
NO LODO CUSTOU FORTUNA.**

**AI MORTE COM SUAS MANHAS,
AI DEJETOS DO MALIGNO...
AI CORRENTES DA DEMÊNCIA,
AI TÁBUA SEM SALVAÇÃO.**

**Ó RAÇA DE DURA INSÂNIA
NUNCA SABE O QUE DE HUMANO;**

**JAMAIS SE LEMBRA DOS SIMPLES
QUANDO VAI BUSCAR MINÉRIO...**

**TODA A LIDA RIBEIRINHA
DO AMARGADO RIO DOCE
VAZA EM TREDA TRANSIÇÃO
DE NEM MILAGRE ESPERAR.**

**FABRICO UM BARCO DE SONHOS,
MAS NAVEGO, JÁ SEM RUMO,
COM OS MORTOS DE MARIANA,
S.Ó.S. NUM DILÚVIO DE ABSURDOS.**

***1) Os versos em epígrafe, em cada parte deste poema,
são de Cantilena Para Mariana, do mesmo autor.***

Paschoal Motta: De São Pedros dos Ferros, onde reside atualmente. Professor de Letras Neolatinas, jornalista. poeta. ficcionista. Tem livros publicados e inéditos.



Participações especiais
Pinturas e Fotografias

Elias Layon
César do Carmo
Lauro Soares



A Academia Marianense de Letras recebeu três imagens das telas “Quando a Pintura se Dilui em Poesia I, II e III”, do artista plástico, **ELIAS LAYON** que retrata cenários poéticos da cidade de Mariana, em pinceladas leves e transparentes das brumas.

Para Jardel Dias Cavalcanti, em **Mariana sob as brumas: a arte de Elias Layon**: "quem visita a histórica Mariana, em Minas Gerais, deve conhecer o atelier de Elias Layon. O artista retrata imagens poéticas da Primaz de Minas, com pinceladas leves e aveludadas das brumas. As telas de Layon transformam cada espaço da cidade em cenários místicos.

Sua arte devolve à cidade de Mariana sua condição perdida, condição poética que é redescoberta e iluminada pela arte, sabendo que é a obra de arte que a torna perene".

Quando a Pintura se Dilui em Poesia I – 70x50-OST



Quando a Pintura se Dilui em Poesia II – 70x50-OST

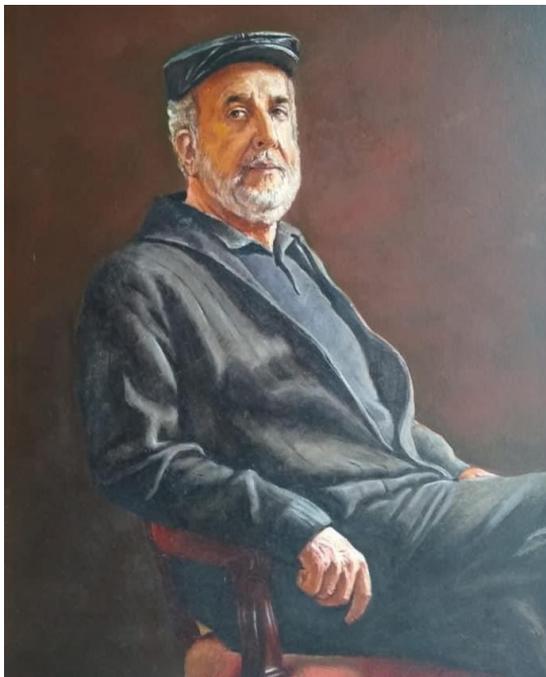


Quando a Pintura se Dilui em Poesia III – 70x50-OST



ELIAS LAYON

Autorretrato



Estudou pintura com Erna Antunes, formada pela Academia de Belas Artes de Viena

- Estudou com Oscar Walzack, pintura ao natural, teoria e prática das cores complementares
- Estudou com o arquiteto Théo Lorier perspectiva linear
- Estudou com Jair Afonso Inácio na FAOP, composição e restauração de pinturas.
- Estudou anatomia humana pela Escola de Farmácia de Ouro Preto
- Estudou pintura ao ar livre com Estevão , aluno de Guignard

Membro:

Catalogado: Brasil, Estados Unidos da América, Suíça, Japão, Argentina, França, Alemanha

Ilustrou diversos livros, entre eles: – Moinho D'Água – Dom Oscar de Oliveira; XXI Poemas- Sylvia Plath; Haicais- J.B.Donadon

Leal; Caravela Vazia- Gabriel Bicalho; Revista Rua Direita- Cônego José Geraldo Vidigal; Cheiros, Marcas e Rastros- Ivanise Junqueira Ferraz

Livro publicado: Mariana Berço de Varões Ilustres; The Sensual and Entertening Guide to Adventure in Brasil; Catálogo de Arte do Brasil de Júlio Louzada -Volume 4 e 8; Sinfonias Cromáticas de Layon- Eugênio Ferraz

Acervos (alguns acervos):

– Vaticano – Retrato de João Paulo II; Museu de Arte de São Paulo (MASP)- O Homem e seus Conflitos; Museu da Música de Mariana- O Órgão da Sé; Museu de Belas Artes de Cataguases- Princípio de Minas(Pintura reconhecida através de um projeto lei pela Assembleia de Minas com quadro oficial da fundação do estado); Museu Casa Guignard de Ouro Preto- Retrato de Guignard; Museu Alphonsus de Guimarães- Retrato do Poeta; Academia Mineira de Letras- Brumas de Minas; Seminário Menor de Mariana – Retrato de Dom Oscar de Oliveira

Recebeu diversas premiações, entre elas:

– Medalha de Ouro – III Salão Nacional de Artes- SP; Medalha de Ouro- I Salão de Arte de Petrópolis; Troféu Melhor Expositor do Ano- Palácio de Cristal- Petrópolis; Primeiro Lugar- Salão de Arte Pop- SP; Medalha de Honra ao Mérito- Prefeitura de Mariana; Troféu 10 Melhores- Academia Marianense de Letras; Diploma Mérito Cultural- Casa de Cultura de Mariana; Diploma de Mérito Cultural- Casa Museu Maria da Fontinha- Portugal; Medalha da Inconfidência- Ouro Preto

A Academia Marianense de Letras recebeu fotos do artista marianense **CÉSAR DO CARMO** que registrou em imagens: janelas, casas, igrejas, pessoas e montanhas da Matriz de Minas.

As imagens surpreendem e chamam a atenção do espectador para o sentimento contemplativo do Patrimônio da cidade.



Mariana e seus encantos – Uma janela solitária

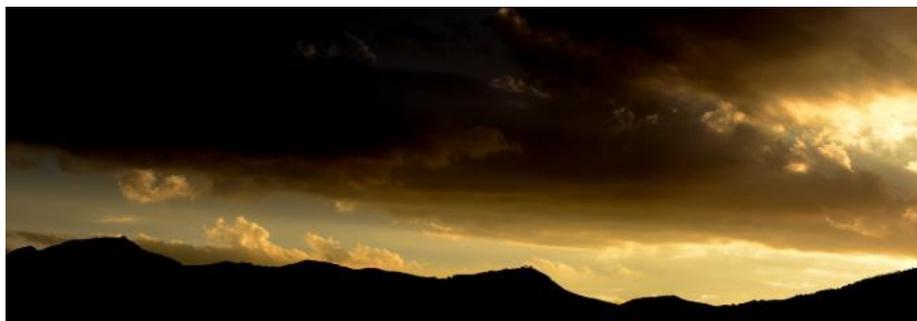
MARIANA: CELLULA MATER DAS GERAIS. Academia Marianense de
Letras, Ciências e Artes - 2020



Casa de Cultura – Academia Marianense de Letras – CORAL
MADRIGAL - Foto: **César Do Carmo**



Capela de N. S. da Boa Morte, anexo ao ICHS (antigo Seminário Menor) em Mariana. Foto: **César Do Carmo**



Montanhas ao redor de Minas - Foto: **César Do Carmo**



Matando saudades de nosso jardim. Mariana-MG
Foto: **César Do Carmo**



A lua por testemunha. Detalhe do Pelourinho na Praça Minas
Gerais em MARIANA-MG. Foto: **César Do Carmo**

CÉSAR DO CARMO



Marianense nato, iniciou profissionalmente na fotografia em 2010. Era um hobby que se tornou profissão. Trabalhou como fotógrafo voluntário da PASCOM (Pastoral da Comunicação), setor da igreja responsável pela evangelização através da divulgação de textos, fotos e notícias. Seu trabalho foi exposto na TOMNHOS (Centro de Imagem Monsenhor Horta LTDA) em 2016 e no saguão da Prefeitura Municipal de Mariana (2018). Atualmente trabalha em projetos pessoais e na fotografia autoral.

A Academia Marianense de Letras recebeu fotos do artista marianense **LAURO SOARES** que registrou Crepúsculos Marianenses. Segundo o fotógrafo: “Não é indo do lado de lá da montanha que vê o sol, depois que ele se põe. Daqui dá pra ver. Nem adianta ir lá, vai sempre ter outra montanha ali na frente onde ele se esconder. Também daí não se vê o sol olhando pra trás. O outro sol só vai aparecer na manhã seguinte, detrás os montes, aos montes.”



Crepúsculo 1 - Mariana-MG
Foto: **Lauro Soares**



Crepúsculo 2 - Mariana-MG
Foto: **Lauro Soares**



Crepúsculo 3 - Mariana-MG
Foto: **Lauro Soares**



Crepúsculo 4 - Mariana-MG
Foto: Lauro Soares

LAURO SOARES



Lauro de Souza Soares - Presente desde o verão de 1957, 9 de janeiro. Nascido e batizado em Mariana. Crismado e criado (malcriado) nessa mesma urbe. Sempre frequente nas escolas, mas enorme incompatibilidade com os estudos. Aprendizado pouco. Jornalista de jornais de folha de letras miúdas, filósofo de botequim, pensador (só pensa), sonhador (dormindo); terapeuta desocupado, fotógrafo “semiprofissional”. Fotografando desde sempre, mesmo sem câmeras.



Participação especial

Movimento Renovador de Mariana





Casa de Cultura de Mariana – AML – Foto: Naty Torres

"O Movimento Renovador de Mariana" nasceu da necessidade de fazer aflorar valores sociais e preservar talentos, habilidades artísticas e culturais da comunidade marianense. Através do grupo de artesãs "Histórias entre linhas" desenvolve projetos temáticos coletivos de bordado e costura. Sua produção tem como foco a criação de produtos que contam a história da cidade, seus monumentos, símbolos históricos e culturais. O fazer coletivo e a troca de saberes fortalece o grupo que tece com tramas de fios a história da cidade".

Peças produzidas pelas artesãs



Peças produzidas pelas artesãs



Peças produzidas pelas artesãs





*Casa de Cultura –
Academia Marianense de
Letras, Ciências e Artes*





**Casa de Cultura - Academia Marianense de
Letras, Ciências e Artes** – Foto: Ailton Fernandes

Edificada em 1730, foi a antiga Casa da Intendência e primeira casa de fundição de Ouro de Minas Gerais. Serviu como casa de hospedagem de D. Pedro II, residência do poeta inconfidente Claudio Manoel da Costa e local de reunião dos sediciosos liderados por Felipe dos Santos. Ainda podem ser vistos, em ruína, seus muros de pedras, com janelas, por onde era pago o quinto do ouro. Atualmente abriga a Academia Marianense de letras e a Academia Infanto-Juvenil de Letras, Ciências e Artes.

A Casa de Cultura-Academia Marianense de Letras, fundada, em 28 de outubro de 1962, por ilustres intelectuais mineiros como Waldemar de Moura Santos, Pedro Aleixo, Alphonsus de Guimaraens Filho, Salomão de Vasconcelos, José Mesquita de Carvalho, Cristóvão Breyner, Wilson Chaves, Dom Oscar de Oliveira e Marly Moysés e outros.

Instituição, primeira a ser denominada, no Brasil, em 1962, Casa de Cultura.

No ano de 1969, o Governador Israel Pinheiro da Silva outorgou o título de Entidade de Utilidade Pública Estadual à Casa de Cultura-Academia Marianense de Letras, desapropriando o imóvel da Rua Frei Durão nº 84, transferindo-o para a Academia.

Em 2004, atendendo indicação da acadêmica e professora Emérita da UFOP, Hebe Rôla, a Academia Marianense de Letras criou o departamento denominado "Academia Infantojuvenil de Letras" para incentivar a leitura e a escrita entre crianças, jovens e adolescentes.

Presidentes da Casa de Cultura-Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes.

- Waldemar de Moura Santos (Fundador e 1º Presidente)
- Roque Camêllo
- Hebe Rôla

O BRASÃO DA ACADEMIA MARIANENSE DE LETRAS, CIÊNCIAS E ARTES



Dr. Vítor Escudero, Presidente do Instituto Napoleão I de Portugal e membro da Academia Internacional de Heráldica-Portugal, brindou o Silogeu com uma completa leitura do escudo da Academia Marianense de Letras. Diz o estudioso de heráldicas:

Escudo em bico, de característica influência heráldica francesa ou inglesa, em fundo azul celeste ou azul pureza (alusivo à Harmonia e Solidariedade), em cujo terço central se abre um livro em branco (alusivo à Liberdade de Pensamento), debruado ou filetado de negro em que está inscrita a negro alocução latina "*Valere Loquendo*" (**A Força da Palavra**), sobre o qual repousa uma pena de ouro e ponta negra (alusiva às Boas Letras) na vertical (alusiva à verticalidade e verdade) e na qual nos aparece sobreposta uma

Flor de Liz branca (alusiva à pureza e realeza das ideias e da criatividade artística ou literária) com caule verde (alusivo à fecundidade e vitalidade). Envolve o livro, de forma circular, uma coroa aberta de laurel de sua cor (verde), com quinze folhas de sua cor (verde), em cada haste (alusiva à Gloria, Fama e Fortuna do Espírito Humano). Em ponta ou abismo, um terrado de sua cor (castanho) alusivo às férteis terras de Mariana, sobre o qual se atravessa uma representação ondulada de um rio de ouro (amarelo), (alusivo à proliferação da exploração aurífera de Minas Gerais). Na parte central do terrado, em cima, exibe-se uma pequena estrela de cinco pontas de ouro e sobre o mesmo terrado representam-se a ambos os lados, duas outras estrelas de cinco pontas de ouro e de maior dimensão (num total de três estrelas) (alusivas ao "Homem de Vitrúvio" – ideal clássico de Equilíbrio, Harmonia, Beleza e Perfeição das Proporções– ou ao dogma e culto Mariano). Embaixo do escudo, em listel castanho, surge aberta a branco a locução latina "Spiritus Super Omnia" (**O Espírito sobre Todas as Coisas**). – **VÍTOR ESCUDERO** – *Mensagem eletrônica enviada para a acadêmica Andreia Donadon Leal – 29/11/2019*

Diretoria e Conselho Consultivo da Academia Marianense de Letras – 2020/2024



Anicio Chaves (Secretário), Gabriel Bicalho (Conselho Consultivo), J.S.Ferreira (2º secretário), Hebe Rôla (Presidente), J.B.Donadon-Leal (Vice-Presidente), Rafael Arcanjo Santos (Bibliotecário), Frederico Ozanan Teixeira Santos (Conselho Consultivo). 2019 – Casa de Cultura – Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes.



**Diretoria e Conselho Consultivo da Academia
Marianense de Letras – 2020/2024**

Presidente: Hebe Maria Rôla Santos

Vice-Presidente: José Benedito Donadon Leal

1º Secretário: Anicio Chaves

2º Secretário: José Sebastião Ferreira

Tesoureira: Andreia Aparecida Silva Donadon Leal

Bibliotecário: Rafael Arcanjo Santos

Conselho Consultivo: Frederico Ozanan Teixeira Santos, Gabriel José Bicalho, Luiz Tyller Pirola.

Editora Aldrava Letras e Artes





MARIANA: CELLULA MATER DAS GERAIS

Diante do cenário caótico da pandemia do coronavírus, as tradicionais festividades comemorativas do dia 16 de julho estão suspensas. No entanto, a Casa de Cultura – Academia Marianense de Letras, Ciências e Artes celebra a efeméride em grande estilo com a edição do LIVRO DIGITAL: MARIANA: CELLULA MATER DAS GERAIS, inspiração da Presidente da Casa de Cultura - Hebe Rôla, coordenado pela acadêmica efetiva Andreia Donadon Leal, através de postagens, na página Facebook, de textos de seus acadêmicos e de intelectuais amigos desta Casa de Cultura, em prosa ou verso, escritos ou em vídeo, além de fotografias e pinturas, em louvação ao Dia de Minas Gerais, ou ao estado de Minas Gerais, ou aos acadêmicos que protagonizaram a conquista do reconhecimento do Dia de Minas, ou aos cidadãos marianenses que ajudaram a escrever a história gloriosa de Minas Gerais.

Contemplem Mariana e marianenses em textos, telas e fotografias; na claridade feita da eternidade real de portas e janelas do século XXI.

Casa de Cultura – Academia Marianense de
Letras, Ciências e Artes / Presidente: Hebe Rôla

Coordenação: Andreia Donadon Leal

2020

